

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MARIA EDUARDA XAVIER VILELLA

**A DIPLOMACIA CULTURAL SUL-RIO-GRANDENSE COMO INSTRUMENTO
DAS POLÍTICAS SUBNACIONAIS (1995 – 2015)**

Santana do Livramento

2022

MARIA EDUARDA XAVIER VILELLA

**A DIPLOMACIA CULTURAL SUL-RIO-GRANDENSE COMO INSTRUMENTO
DAS POLÍTICAS SUBNACIONAIS (1995 – 2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Dr. Rafael Balardim

Santana do Livramento

2022

2

MARIA EDUARDA XAVIER VILELLA

**A DIPLOMACIA CULTURAL SUL-RIO-GRANDENSE COMO INSTRUMENTO
DAS POLÍTICAS SUBNACIONAIS (1995 – 2015)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael Balardim
Orientador
UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
UNIPAMPA

Prof. Dr. Rafael Vitoria Schmidt
UNIPAMPA

À minha mãe, Maria Suely Xavier, meu maior exemplo de ser humano, mulher, mãe, educadora e profissional.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos meus professores do ensino fundamental I, II e ensino médio sem a qualidade da educação pública não estaria concluindo esta etapa. Em especial, às professoras Dulce Bezerra e Sheila Carvalho pelo apoio, suporte e ensinamentos, obrigada por acreditarem em mim nos momentos que nem eu acreditava. Agradeço também de maneira especial a Universidade Federal do Pampa por propiciar ao longo desses quatro anos espaço para o desenvolvimento crítico, pessoal e profissional. Aproveito para destacar o papel do investimento público nas instituições federais, públicas gratuitas e de qualidade. Agradeço ao meu orientador e amigo, Rafael Balardim, por toda a paciência (em ouvir meus áudios enormes e ler textos longos), apoio e ensinamento proporcionado ao longo da construção desse trabalho e de toda a minha graduação. Igualmente, agradeço a todos os professores de Relações Internacionais e a todos os servidores da UNIPAMPA.

À minha mãe, Maria Suely Xavier, mulher forte e guerreira, meu maior exemplo de ser humano, mãe, educadora. Obrigada por sempre acreditar em meus sonhos e ficar ao meu lado em todas minhas decisões, sem a senhora nada disso seria possível. Quero agradecer ao meu avô (em memória), José Francisco, por ser a primeira pessoa da minha família a acreditar no poder emancipatório da educação. Igualmente agradeço a todos meus familiares, em especial, meu irmão, Vitor, a minha avó, Maria das Mercês e minha tia, Solange, por sempre me apoiarem nos meus projetos e sonhos. Agradeço ao meu namorado, Ryan, e minha amiga, Nayara, por me incentivarem, aguentarem meus desabafos e questionamentos.

Por fim, quero agradecer a todas as pessoas que conheci em Santana do Livramento e que fizeram esses quatro anos serem mais leves, em especial, as minhas amigas, Carmen (em memória), Susana e Suzy. Obrigada por me ajudarem nos momentos mais difíceis, principalmente, no período de adaptação a cidade e estenderem a mão para mim quando eu mais precisei. À Patricia Ramos, amiga e minha dupla que esteve comigo ao longo dessa fase e por ter tanta paciência para minhas ideias acadêmicas, te agradeço por estar ao meu lado.

“Los hermanos sean unidos porque esa es la ley primera. Tengan unión verdadera en cualquier tiempo que sea, porque si entre ellos se pelean los devoran los de afuera” (Martín Fierro, 1872).

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a utilização da diplomacia cultural por meio de políticas subnacionais do Rio Grande do Sul para a promoção da integração regional com os países vizinhos. A justificativa para tal recorte geográfico baseia-se nas semelhanças históricas, sociais, produtivas e culturais entre o estado gaúcho, a Argentina, o Uruguai e suas respectivas populações. Quanto ao recorte temporal, este compreende o período 1 de janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 2015 como forma de entender os vinte anos de vigência do bloco do Mercado Comum do Sul (Mercosul). O estado gaúcho por suas características desenvolveu políticas públicas que o fizeram ser um dos estados mais internacionalizados do Brasil. Em consonância, sua paradiplomacia ou políticas subnacionais desenvolveram-se em diferentes âmbitos como, por exemplo, para a área cultural. Desse modo, tendo em vista a necessidade de integração regional com os países vizinhos, foram realizadas iniciativas e/ou projetos visando realçar e estabelecer laços culturais a longo prazo. Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se o aporte conceitual de cultura, da diplomacia cultural, da paradiplomacia ou políticas subnacionais e da integração regional. Este trabalho se caracteriza por seu caráter qualitativo, natureza básica, procedimentos de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, bem como análise documental de fontes primárias e secundárias, sendo norteadas pelos métodos hipotético-dedutivo e histórico-descritivo.

Palabras-clave: Diplomacia cultural; Río Grande del Sur; Paradiplomacia o políticas subnacionales; Integración regional.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar el uso de la diplomacia cultural a través de políticas subnacionales en Rio Grande do Sul para promover la integración regional con los países vecinos. La justificación de tal corte geográfico se basa en las similitudes históricas, sociales, productivas y culturales entre el estado de Rio Grande do Sul, Argentina, Uruguay y sus respectivas poblaciones. En cuanto al marco temporal, comprende el período del 1 de enero de 1995 al 1 de enero de 2015 como una forma de entender los veinte años de vigencia del bloque Mercado Común del Sur (Mercosur). El estado de Rio Grande do Sul, por sus características, desarrolló políticas públicas que lo convirtieron en uno de los estados más internacionalizados de Brasil. En consecuencia, su paradiplomacia o políticas subnacionales se desarrollaron en diferentes áreas, por ejemplo, para el área cultural. Así, teniendo en cuenta la necesidad de integración regional con los países vecinos, se llevaron a cabo iniciativas y/o proyectos para potenciar y establecer lazos culturales a largo plazo. Para el desarrollo de esta investigación se utilizó el aporte conceptual de cultura, diplomacia cultural, paradiplomacia o políticas subnacionales e integración regional. Este trabajo se caracteriza por su carácter cualitativo, carácter básico, procedimientos de investigación bibliográfica y de campo, así como análisis documental de fuentes primarias y secundarias, guiado por métodos hipotético-deductivos e histórico-descriptivos.

Keywords: Cultural diplomacy; Rio Grande do Sul; Paradiplomacy or subnational policies; Regional integration.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DELIMITAÇÕES HISTÓRICAS	16
2.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL	19
2.2 OS ELEMENTOS PAMPEANOS	24
2.3 OS CONFLITOS EM SOLO PAMPEANO	33
3 DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS	37
3.1 O CONCEITO DE CULTURA	37
3.2 DIPLOMACIA CULTURAL	40
3.3 INTEGRAÇÃO REGIONAL OU REGIONALISMO	42
3.4 PARADIPLOMACIA OU POLÍTICAS SUBNACIONAIS.....	46
3.5 LEGISLAÇÕES ESTADUAIS DA SECRETARIA DA CULTURA.....	48
4 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ESTADO SUL-RIO-GRANDENSE.....	52
5 DIPLOMACIA CULTURAL DE ANTÔNIO BRITTO A TARSO GENRO	60
5.1 INTERCÂMBIO DE PESSOAS	62
5.2 ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA	66
5.3 PROMOÇÃO DA ARTE E DOS ARTISTAS	70
5.4 PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E INTELLECTUAL	77
6 INTERAÇÃO DA DIPLOMACIA CULTURAL COM A INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	81
6.1 INICIATIVAS BEM-SUCEDIDAS	81
6.2. DESAFIOS E DIFICULDADES	86
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul é um ator subnacional com grande relevância para o Brasil, principalmente, por sua experiência de integração regional. Sua história política, social, econômica e, principalmente, cultural traz grandes ensinamentos, em especial, para os agentes formuladores de políticas públicas. A região sul-rio-grandense é reconhecida por suas similaridades socioculturais com os países que fazem fronteira, Argentina e Uruguai, as quais foram construídas ao longo dos processos históricos. Dessa forma, as relações internacionais regionais fizeram com que o estado construísse com os países vizinhos diálogos de integração e cooperação em diversas áreas, sendo que a raiz dessas trocas é a cultura que atua como uma teia de significados (GEERTZ, 1978).

A posição geográfica e estratégica da unidade federativa do Rio Grande do Sul propiciou uma relação de proximidade com a cultura argentina e uruguaia. Se traçar uma linha reta, desconsiderando as malhas ferroviárias e rodoviárias existentes, obtemos que a distância entre a capital gaúcha, Porto Alegre, à capital uruguaia, Montevidéu, é de aproximadamente 700 quilômetros. Já de Porto Alegre a Buenos Aires, capital argentina, a distância se amplia em apenas 100 quilômetros em relação à anterior. Se utilizar o mesmo método para medir a distância de Porto Alegre à capital do Brasil, Brasília, encontra-se o valor aproximado de 1600 quilômetros. Logo, é possível observar que elementos da geografia física serviram como facilitadores e indutores para a construção de valores culturais comuns na região.

Mesmo se medirmos a distância de Porto Alegre às antigas capitais do Brasil, Salvador¹ e Rio de Janeiro², respectivamente, é de aproximadamente de 2300 quilômetros e 1100 quilômetros, ou seja, os centros urbanos, políticos e comerciais da Argentina e do Uruguai são mais próximos para o estado do que para muitos centros brasileiros. Dessa forma, a distância calculada em quilômetros do centro político e comercial do Rio Grande do Sul para tanto o seu homólogo na Argentina quanto no Uruguai é inferior que para Brasília. Por sua vez, o estado gaúcho desenvolveu laços culturais também por uma questão geográfica que, conseqüentemente, gerou socialmente um sentimento de pertencimento e necessidade de integração com os países vizinhos. Portanto, o recorte geográfico dessa pesquisa é o estado do

¹ A cidade de Salvador foi a primeira capital do Brasil instituída em 1549, permanecendo como sede do governo central até 1763 quando a capital foi transferida para o Rio de Janeiro.

² A cidade do Rio de Janeiro foi a segunda capital do Brasil instituída em 1763 por conta da descoberta de metais preciosos na região sudeste do país.

Rio Grande do Sul, a Argentina e o Uruguai, uma vez que os três juntos formam uma unidade regional entorno de elementos culturais, históricos e identitários.

Os sul-rio-grandenses possuem várias semelhanças com os argentinos e os uruguaios, sendo visualizado em diversos âmbitos. O cantor pelotense Joca Martins interpretou e lançou, em 2008, a música “Pampa” que em seu primeiro trecho ilustra bem a particularidade da região da pampa³ que é tida como “um país com três bandeiras”. Essa unidade possível de identificação no estado e mais latente nas regiões de fronteira são parte de vários elementos culturais como, por exemplo, a formação agropastoril, a forma de povoamento e o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai. Nesse sentido, o estado enquanto um ator subnacional dotado de capacidades político-administrativas ao escolher integrar-se com os países vizinhos através de políticas públicas aspira, principalmente, ganhos alternativos à integração regional que é fomentada pelo Estado brasileiro. Não obstante, o presente trabalho adota como aporte temático a cultura que envolve a região e representa o elo entre os três territórios.

Nesse sentido, os tomadores de decisão a nível estadual ao utilizarem estrategicamente o elemento cultura, possibilitam que esta represente um instrumento para a consecução de seus objetivos políticos, socioeconômicos e comerciais. Assim, as políticas subnacionais tais como as políticas estatais ao utilizar da arte da cooperação e da negociação com os países vizinhos sob o fundamento de relações históricas e culturais propiciam a execução da diplomacia cultural, sendo uma forma de estabelecer um ambiente favorável para a realização de ações concretas em outros setores (RIBEIRO, 2011). Sendo assim, o presente trabalho parte do elemento cultural que o Rio Grande do Sul compartilha com os países vizinhos para entender a relevância que a integração assume regionalmente. Desse modo, questiona-se enquanto problema de pesquisa como que a diplomacia cultural proposta pelo Rio Grande do Sul para com a Argentina e o Uruguai foi utilizada na execução de políticas subnacionais visando a integração regional entre 1995 e 2015?

Assim sendo, propõe a hipótese de pesquisa de que considerando-se os processos históricos, sociopolíticos e culturais vivenciados pelo estado do Rio Grande do Sul, Argentina

³ “Grande extensão de campo raso e plano, com pouca vegetação arbórea, constituído principalmente por pastagens e característico da região meridional do Rio Grande do Sul. O pampa todo, entretanto, ocupa as planícies dominadas pelo rio da Prata e seus afluentes imediatos, tanto em território argentino e uruguaio como brasileiro. Compreende as províncias litorâneas 687 da Argentina (de Buenos Aires a Corrientes), todo o território do Uruguai, além da metade Sul do Rio Grande do Sul, chamada de modo amplo de campanha sul-rio-grandense” (SCHLEE, 2019).

e Uruguai, as relações internacionais regionais contribuíram para a formação de um ambiente favorável entre os atores, que, conseqüentemente, exige a adoção de políticas subnacionais para áreas culturais, visando fomentar a convivência e relacionamento entre as populações. Destarte, a diplomacia cultural subnacional se insere como um mecanismo de concertação de valores culturais, mas também possibilita, mediante a confiança mútua e aos laços identitários, negociações em prol da integração regional.

O principal intuito desta pesquisa consiste em analisar a utilização da diplomacia cultural por meio de políticas subnacionais do estado do Rio Grande do Sul para a promoção da integração regional com os países vizinhos. Ademais, analisar a partir da integração cultural e histórica o processo de internacionalização do estado do Rio Grande do Sul, compreender o papel desempenhado pelos valores culturais da região no processo de entendimento subnacional governamental sobre a relevância da realização de políticas públicas voltadas para integração regional, bem como identificar as iniciativas subnacionais bem-sucedidas da diplomacia cultural realizadas pelo Rio Grande do Sul que possam servir de experiências para a política externa brasileira.

Para tanto, o recorte temporal trabalhado por essa pesquisa inicia em 1995, ano chave para a integração regional proporcionado pela entrada em vigor do Mercado Comum do Sul (Mercosul), até 2015, ano em que o bloco completou vinte anos de atividades. A justificativa para a escolha desse período é que o ano de 1994 foi eleitoral para as três regiões objetos desse trabalho, ou seja, no Rio Grande do Sul ocorreu eleições estaduais, na Argentina, provinciais e no Uruguai, departamentais. Quanto à explicação para a abrangência do período, fundamenta-se que o ano de 2015 foi o primeiro ano eleitoral após 1994 em que as três eleições coincidiram novamente. Embora reconheça a amplitude do recorte temporal, este se faz necessário por marcar o início e o último ano dos mandatos eleitorais, de modo que o período representa uma interseção entre os atores envolvidos, o que, conseqüentemente, gera uma qualificação na pesquisa e na análise.

O presente trabalho utilizou como aporte conceitual as definições de paradiplomacia e/ou de políticas subnacionais. Através das noções proporcionadas pelo conceito, buscou identificar as experiências que o estado do Rio Grande do Sul enquanto ator subnacional e internacionalizado consolidou ao longo do recorte temporal, geográfico e temático desta pesquisa. Não obstante, a paradiplomacia define bem a proposta deste trabalho, uma vez que enfatiza a relevância que as políticas subnacionais possuem dentro do contexto de integração regional. Dessa forma, esse aporte conceitual permite a compreensão de elementos que

justificam a necessidade e os esforços que o Rio Grande do Sul estabeleceu para com os países vizinhos por vias culturais com o intuito de promover a integração regional.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da sistematização do método científico, utilizando os procedimentos ordenados que possibilitam o domínio do saber. Cabe-se ressaltar esse ponto em virtude do descrédito que a ciência como um todo vem sofrendo nos últimos tempos, bem como realçar que a universidade pública é o espaço propício para a promoção e disseminação de conhecimentos científicos para a sociedade. Destarte, esta pesquisa se organiza em torno dos métodos e da ciência para chegar às verdades que possam ser submetidas a testes para fins de falseamentos. A abordagem desse trabalho é qualitativa em razão do foco principal ser a compreensão dos fatos e fenômenos relacionados ao objeto e não em preocupar com a representatividade e amostragem numérica dos mesmos (GERHARDT & SILVEIRA, 2009). Destarte, o intuito é focar nas dinâmicas que ocorrem com o objeto para que assim consiga-se explicá-las. Sem embargo, para o desenvolvimento da pesquisa poder-se-á utilizar de dados matemáticos a fim de expressar análises ou mesmo construir gráficos e/ou tabelas, porém ainda assim trata-se de uma abordagem qualitativa.

Quanto à natureza da pesquisa compreende que por se tratar de um trabalho de conclusão de curso ainda é incipiente a formação de novos conhecimentos. Não obstante, buscou analisar algumas questões das políticas públicas subnacionais com potencialidades que, eventualmente, possam trazer contribuições para outros casos específicos, tais como para os estados e para o Brasil. Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa básica, mas que busca a reflexão para, posteriormente, a formulação de estratégias políticas relacionadas ao objeto.

Para o desenvolvimento deste trabalho contou com uma investigação histórica que propiciou uma visão dos fundamentos da diplomacia cultural sul-rio-grandense para com os países vizinhos, bem como a análise das políticas subnacionais adotadas dentro do recorte temporal estabelecido. Além disso, o caráter desta pesquisa é exploratório por fazer o levantamento das políticas públicas realizadas para promoção dos programas de integração, bem como descritivo por buscar entender e descrever os fatos, as realidades e os desafios enfrentados para o sucesso das ações descentralizadas adotadas.

A hipótese levantada foi construída baseada no método hipotético-dedutivo, a qual será testada por meio das análises e fatos coletados no desenvolvimento do trabalho. Contou-se com uma revisão bibliográfica como meio de coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa, sendo utilizado, em especial, livros, artigos e periódicos. Ademais, em relação aos dados das iniciativas e/ou projetos utilizou os dados disponíveis em sites oficiais do governo estadual e

uma pesquisa de campo no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRHS) vinculado à Secretaria da Cultura do estado. Ressalta-se que a escolha do local da pesquisa de campo se deu em função da indisponibilidade e falta de dados relativos à diplomacia cultural e às relações internacionais do estado por parte da Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais do Rio Grande do Sul (SERFI), conforme entrado em contato com o departamento responsável pelo acervo histórico da secretaria.

Assim, esta pesquisa conta com uma pesquisa de campo (documental) como fonte das informações das políticas subnacionais empregadas na área da diplomacia cultural do estado. A pesquisa de campo foi realizada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul localizado na Rua Sete de Setembro, nº 1020, Prédio do Memorial do Rio Grande do Sul, no bairro Centro Histórico de Porto Alegre/RS, entre os dias 13 e 14 de setembro de 2022. O intuito desta visita foi levantar dados a respeito da condução da diplomacia cultural realizada pelo estado gaúcho ao longo de 1 de janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 2015. Ademais, destaca-se o papel do AHRHS em virtude da preservação e manutenção dos documentos relativos à projeção da cultura da unidade federativa tanto para a região quanto para o âmbito internacional. Essa pesquisa foi previamente agendada pelo servidor público arquivista, Alexandre Veiga, cujo deu os encaminhamentos e direcionamentos durante todo o processo de pesquisa, consulta e levantamento de dados.

Ao longo dos dois dias, tive contato com diferentes pastas de documentos da políticas subnacionais para a diplomacia cultural do Rio Grande do Sul realizadas dentro do recorte temporal desta pesquisa. Os dados das pastas consultadas foram separados previamente pelo arquivista do ARHS que selecionou as iniciativas e/ou projetos realizados entre 1995 a 2015. Os documentos foram consultados um a um, separados para registro e digitalizados para o desenvolvimento desta pesquisa. Ademais, ressalta-se o papel do arquivista, Alexandre Veiga, em fornecer as informações, instruções e orientações a respeito do trâmite e execução das políticas subnacionais do estado gaúcho. Por fim, destaca-se que os dados coletados foram catalogados de acordo com a matéria das iniciativas e/ou projetos e, em seguida, separados conforme as áreas da diplomacia cultural.

Dessa forma, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de contribuir para as investigações acerca da diplomacia cultural subnacional e a integração regional. Assim sendo, a pesquisa se estrutura da seguinte forma, no primeiro capítulo realiza uma contextualização dos elementos que ligam o estado gaúcho a Argentina e Uruguai. No segundo capítulo, adentra as perspectivas conceituais utilizadas e no terceiro, realiza breve caracterização da

internacionalização do estado sul-rio-grandense. Em seguida, o trabalho segue com uma discussão das iniciativas e/ou projetos executados ao longo do recorte temporal e, por fim, aborda as experiências bem-sucedidas da diplomacia cultural do Rio Grande do Sul, bem como os eventuais desafios e dificuldades ainda presentes. Com essa estrutura, acredita-se contemplar as nuances que envolvem a diplomacia cultural sul-rio-grandense como instrumento das políticas subnacionais.

2 DELIMITAÇÕES HISTÓRICAS

A gênese do ser gaúcho ou gaudério advém de processos históricos que moldaram a tipologia humana dos indivíduos que viveram na região do atual estado do Rio Grande do Sul. Por um lado, os campos e a vida rural produziram sobre os sul-rio-grandenses a imagem do peão de bombacha montado a cavalo e, por outro lado, os conflitos limítrofes regionais propiciaram a face guerrilheira, viril e de superioridade do homem gaúcho (HOWES NETO, 2009). Em uma análise sociológica, identifica-se a presença de três elementos que esculpiram os estereótipos dos gaúchos, sendo eles: os sociais, pelos quais impuseram o caráter camponês aos gaúchos; os econômicos, ligados ao desenvolvimento das atividades ganadeiras e a formação de estâncias; e os bélicos, os quais são vinculados às lutas militares travadas na região. A mescla desses fatores proporcionou o desenvolvimento cultural do extremo sul brasileiro de maneira singular em relação às demais unidades federativas e, conseqüentemente, mais próxima com os países vizinhos.

O nativismo⁴ gaúcho traduz a um retrato regionalista e, por vezes, bairrista do território do Rio Grande do Sul. Segundo Lessa (1985), há poetas que descrevem o formato do mapa político do estado como uma pegada de casco de cavalo, aludindo os campos pampeanos e a forma de organização social dos gaúchos, enquanto nas canções, danças e melodias há a menção que a forma é de um coração, demonstrando o regionalismo do gaúcho. Contudo, a forma e a constituição do território ultrapassam as simbologias carregadas de sentimentos, constituindo, em especial, uma posição estratégica tanto a nível local (regional) quanto mundial.

O estado sul-rio-grandense é uma das unidades federativas do Brasil com maior disponibilidade de águas superficiais em razão de sua malha hidrográfica que é composta pela: Bacia do Uruguai que abrange cerca de 57% da área total do estado; Bacia do Guaíba com cerca de 30%; e a Bacia Litorânea com 13%, conforme pode ser observado na figura 01 (RIO GRANDE DO SUL, 2020). Tanto em números absolutos quanto em relativos, a Bacia do Uruguai é a mais importante, já que ela se encontra com a Bacia do Paraguai e do Paraná compondo a 4ª maior bacia hidrográfica do mundo, a Bacia do Prata, cujo representa a segunda

⁴ Por nativismo entende-se o sentimento positivo que os indivíduos de determinadas localidades têm pelo local em que nasceu. No Rio Grande do Sul o nativismo pode ser utilizado como sinônimo de duas expressões típicas, sendo elas: o pago fazendo referência a localidade em que se nasceu; e a querência para referir ao lugar em que se vive (LESSA, 1985).

2.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL

Em termos históricos, pode-se dizer que as coordenadas geográficas do estado foram determinantes para a evolução dos acontecimentos políticos, uma vez que permitiram uma maior aproximação transfronteiriça e a um relativo isolamento com as demais regiões brasileiras. Tal proximidade do Rio Grande do Sul com os países vizinhos por muito tempo não foi enxergada positivamente, promovendo a denominação de “este país vizinho e amigo do Sul” (OLIVEN, 1989, p.1). Essa expressão foi utilizada por brasileiros de outros estados como modo de explicitar as diferenças da região com o restante do Brasil. No entanto, em determinadas circunstâncias, a expressão serviu para indicar aversão à proximidade dos gaúchos com as nações vizinhas – Argentina e Uruguai. Desse modo, os elementos da geografia física propiciaram o condicionamento do envolvimento sul-rio-grandense com as dinâmicas nacionais, que, por consequência, implicaram nas relações internacionais culturais.

A integração da região ao Império português foi tardia quando comparada com as outras regiões do país. De acordo com Oliven (1989), a capitania do Rio Grande de São Pedro ficou isolada do Brasil durante aproximadamente dois séculos por motivos de dificuldades de acesso do centro ao extremo sul da colônia. A falta de interesse pela região platina deve-se também ao fato de ser “uma zona deserta e aparentemente desprovida de recursos econômicos” (MURADÁS, 2008, p.160). Assim, o extremo sul do subcontinente não apresentava a possibilidade de retorno econômico, diferentemente das regiões do nordeste e sudeste brasileiro, as quais desenvolveram atividades com elevados ganhos financeiros para a metrópole. Ademais, de acordo com Muradás (2008), o território sulista não representou nenhum projeto geopolítico para nenhuma das Coroas Ibéricas, reforçando a impossibilidade de assentamento populacional e o próprio estabelecimento dos contornos limítrofes, que, por sua vez, estavam condicionados tanto pela dificuldade espanhola de impor-se sobre suas colônias quanto pela distância da região para o Império português.

O desenrolar da história do estado foi moldada por fatores econômicos, os quais iniciaram em meados do século XVI com a “descoberta” da região. Entretanto, o interesse pelas terras gaúchas veio somente no século seguinte com a possibilidade de exportação⁵ de couro para Europa a partir da preia⁶ do gado xucro (OLIVEN, 1989). Por conseguinte, as planícies, o clima temperado e a alta fertilidade dos solos fizeram com que na virada do século XIX para o

⁵ Prática realizada pelas colônias espanholas de Buenos Aires e Sacramento (OLIVEN, 1989).

⁶ Prática que envolve a captura do gado para alguma finalidade comercial.

XX a região se transformasse em uma “moderna fábrica de alimentos” (DJENDEREDJIAN, 2008, p.130) com potencialidade de abastecimento tanto para a metrópole portuguesa quanto para as províncias vizinhas espanholas por meio dos contrabandos. Destarte, dois estereótipos dos gaúchos começavam a ser moldados, o camponês e o peão.

Embora a visão da Espanha fosse que o sul não possibilitava retorno econômico, tais como a região do Peru e da Bolívia, o despertar de interesse português na região não foi entendido como algo positivo, uma vez que de acordo o Tratado de Tordesilhas assinado em 1493 a região do atual estado do Rio Grande do Sul era de posse espanhola. Conforme Luvizotto (2009), a partir do século XVII a região passou ser palco de disputas territoriais conduzidas pelo Império da Espanha, o qual possuía a província de Buenos Aires como sede e o Império de Portugal, sediado no Rio de Janeiro. Assim, o território sul-rio-grandense era a separação entre os Impérios e, sobretudo, uma região-limite. Isso permitiu a configuração do outro estereótipo dos gaúchos, as questões bélicas, já que a posição geográfica do estado permitiu a configuração da região como uma “fronteira quente”, servindo de local para os embates militares, guerras e negociações diplomáticas (LUVIZOTTO, 2009). Desse modo, os pampas – argentino, gaúchos e uruguaios – foram espaços de contestação em sua gênese, sendo, inicialmente, em decorrência dos marcos legítimos das terras e, posteriormente, por questões de anexações e independências.

Para Portugal, que tinha seus limites territoriais demarcados até o extremo sul do subcontinente sul-americano, era importante a extensão em direção ao Rio Uruguai. A razão era que, em virtude da falta de controle espanhol com as colônias, desenvolveu-se o contrabando de mercadorias, os quais eram escoados, em sua maioria, pela Bacia do Rio da Prata. Destarte, o governo português ao expandir seus domínios também “estava interessado em participar do comércio local” (MURADÁS, 2008, p.161). Assim, gestava um dos principais elos naturais dos gaúchos com os argentinos e uruguaios, o compartilhamento da Bacia do Rio da Prata.

Os primeiros assentamentos de pessoas na região iniciaram com os portugueses por meio da penetração nos campos dos pampas sob a crença de que tais terras eram de ninguém, ou seja, desconsiderando os indígenas que ali viviam. Segundo Luvizotto (2009), por volta de 1625 que os portugueses enviaram expedições de interiorização para a região e permitiram a instalação de jesuítas na região atual sul-rio-grandense. Entretanto, em meados de 1641, os

jesuítas foram expulsos da região pelos paulistas (bandeirantes)⁷ e, como consequência, estes levaram os indígenas catequizados consigo, porém os rebanhos de gado ficaram na região.

A partir de então, os gados se criaram sozinhos e livres pelas pampas, tornando-se animais selvagens e bravios e, por conseguinte, marcando um dos traços típicos dos indivíduos que nascem no Rio Grande do Sul, a relação com estes animais e com os campos. Passando-se uns quarenta anos, os padres jesuítas retornam a região e fundam o estado do Rio Grande do Sul e Paraná e consigo trouxeram novamente os indígenas catequizados, outra figura importante para a formação cultural da região. Como atividade econômica, os missionários encontraram o gado europeu que havia desenvolvido livremente ao longo das décadas. As condições físicas como o clima e vegetação somadas à disponibilidade de gados soltos e sem donos, propiciou a utilização destes animais para alimentação das comunidades missionários e indígenas, bem como para a extração dos couros bovinos (LUVIZOTTO, 2009). Assim, instalou uma das primeiras comunidades do Rio Grande do Sul, em 1687, foi fundado o aldeamento dos Sete Povos das Missões.

Entretanto, segundo Muradás (2008, p.169), outro elemento fundamental para o assentamento de pessoas na região foi a descoberta do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, em 1695, que “provocou uma grande movimentação econômica no mundo colonial, desencadeando o movimento demográfico para a região de mineração”. Desse modo, havia-se uma necessidade da metrópole em formar uma rede de logística e de fornecimento de alimentos capazes de promover o sustentamento do desenvolvimento das atividades no centro da colônia. Logo, a região sul até então considerada por Portugal como de ninguém, com disponibilidade de terras, gados e fertilidade nos solos tornou-se um espaço propício para o fornecimento dos insumos necessários para o abastecimento das outras regiões. Além disso, na época, as províncias espanholas possuíam mulas e cavalos, o que, estrategicamente, tornava o atual estado do Rio Grande do Sul ainda mais interessante por conta de sua curta distância com tais regiões.

Desse modo, primeiro, Portugal tratou de adquirir as mulas das províncias espanholas para permitir o traslado do extremo sul ao centro de sua colônia. Posteriormente, em meados de 1700, o governo português construiu juntamente com os tropeiros e as estâncias que foram

⁷ Os paulistas, também chamados de bandeirantes, não tinham uma boa relação com os jesuítas, porque estes denunciavam a escravidão dos indígenas e apoiavam a centralidade do poder nas mãos da Igreja, o que era errado para os paulistas.

formadas na região, estradas para a ligação da criação de gado com os pontos centrais da metrópole (MURADÁS, 2008). Por conseguinte, a região do estado do atual Rio Grande do Sul

[...] desempenhou duas funções importantes desde o início de sua ocupação. A primeira foi a de ser um local estratégico que garantia a presença portuguesa junto às áreas de colonização espanhola. A segunda, e não menos importante, foi a de fornecer alimentos e outros bens para as demais regiões do País (DANACAL, 1992 *apud* LUVIZOTTO, 2009, p. 16).

Assim, nasceu as primeiras iniciativas de comercialização entre as duas colônias que, naquele momento, eram em caráter ilegal, já que se tratava do mercantilismo cujo todos os recursos e bens eram de propriedade da metrópole colonial. O comércio de animais de transporte praticado pelas províncias coloniais espanholas para a colônia portuguesa do Rio Grande do Sul se deu em decorrência da decadência da mineração no Peru e na Bolívia, possibilitando uma grande oferta de mulas e cavalos. Desse modo, de um lado, Portugal necessitava de meios de transportes para o abastecimento das atividades mineradoras e, por outro, as províncias ao sul do Império espanhol possuíam disponibilidade de tais recursos, configurando o contrabando colonial da Bacia da Prata entre os tropeiros gaúchos com os argentinos e uruguaios.

Como mencionado anteriormente, a região ocupada pelos portugueses, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, não pertencia a Portugal, mas sim a Espanha. Entretanto, com o assentamento de pessoas e o desenvolvimento de atividades econômicas na região, iniciava indiretamente o recurso do Direito Internacional do princípio de *uti possidetis*⁸, que, posteriormente, foi utilizado por Portugal para defender sua posse no território ocupado. Nesse sentido, segundo Oliven (1989), a própria utilização dos gados para consumo e extração de couro tornou-se estratégica, já que permitiu a formação de estâncias e sedentarização dos tropeiros, sustentando o domínio português sobre o território. Deste modo, em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madrid, firmando o domínio e posse da região dos Sete Povos das Missões ao império português, baseando-se nos assentamentos jesuítas firmados no território.

Mesmo após a posse efetiva de Portugal sobre a região, as atividades econômicas permaneceram ligadas aos campos dos pampas. Segundo Luvizotto (2009), a criação de gados e o desenvolvimento das atividades agrícolas permitiram a inserção do Rio Grande do Sul

⁸ Princípio do Direito Internacional que privilegia a posse das terras para aquele que possui a ocupação de fato do território (LIMA, 2017).

dentro da lógica econômica da colônia portuguesa, recebendo grande importância, principalmente, por abastecer as outras regiões que sofriam com o aumento dos preços dos alimentos em razão da mineração. A dinâmica econômica colonial passou a ser do sul para o sudeste, permitindo uma complementaridade e integração da região com o restante do Brasil, bem como produzindo a legitimação da expansão portuguesa de seus territórios (MURADÁS, 2008). Os rebanhos gaúchos tornaram-se para os proprietários de terras um negócio rentável que, com o passar do tempo, desenvolveu novas tecnologias para a conservação das carnes, o charque⁹, já que os percursos da exportação - embora interna - eram longos e poderiam estragar os alimentos. Um fato importante sobre as terras sulistas, diferentemente das outras capitanias, é que estas não foram distribuídas entre proprietários. Segundo Muradás (2008), a razão é que, para o Rei Dom João, dividir provocaria a Coroa espanhola, optando por evitar conflitos.

Para além da pecuária, a agricultura também se consolidou como atividade econômica na região, propiciada, em especial, pela participação da cultura indígena, a qual protagonizou o plantio de erva-mate, sendo considerada, na atualidade, como “uma herança dos hábitos índios guaranis” (LUVIZOTTO, 2009, p. 20). Contudo, as plantações inicialmente foram utilizadas como atividade econômica complementar a criação de gados. A intensificação da agricultura se deu com a chegada de imigrantes europeus, os quais se depararam com os fatores físicos e climáticos e dedicaram a maior diversidade de plantios, como o cultivo de arroz, soja, trigo e grão em geral. Em resumo, o território sul-rio-grandense configurou para o Império português mais que região-limite entre os Impérios ibéricos, mas sim em uma gama de oportunidades, tais como: a possibilidade de criação de porto de livre comércio com as províncias vizinhas; acesso a navegação do Rio da Prata; apropriação dos recursos pecuários dos pampas; a própria expansão territorial a partir da desestabilização do domínio espanhol da região platina; e a viabilidade de participar do comércio ilícito (contrabando) das colônias espanholas realizadas na região (MURADÁS, 2008).

Por sua vez, a dinâmica produtiva regional voltou-se para o setor agropecuário, observando as capacidades e disponibilidade de recursos do território. Sob esses condicionantes, os indivíduos sul-rio-grandenses passaram a ter um estreito contato com a agricultura e a pecuária, moldando a definição de agricultor e colono, os quais se inseriram no

⁹ “Carne de gado salgada e secada ao ar livre, em grandes pedaços chamados de manta. No resto do país equivale a carne de sol, carne do sertão, carne seca, carne velha, jabá. Mas, no Rio Grande do Sul, também pode ser chamado de charque de vento e charque doce – aquele, preparado nas estâncias, para consumo rápido, sem muita exposição ao sol; este, secado ao sol, mas sem sal ou minimamente salgado” (SCHLEE, 2019a, p. 234).

ideário social do ser gaúcho ou gaudério para parte de seu estilo de vida (DJENDEREDJIAN, 2008).

2.2 OS ELEMENTOS PAMPEANOS

A estrutura social sul-rio-grandense é composta por características regionais que permitiu e permite, na atualidade, uma diferenciação das pessoas que nasceram na região com as de outras localidades do país. Para Oliven (1989, p.3), essa diferenciação é fruto dos processos históricos ocorridos no Rio Grande do Sul que inseriram no pensamento da elite gaúcha um sentimento de superioridade política advinda de suas experiências com a guerra, bem como pela própria “capacidade de mando e a prática da organização de grandes massas humanas”. Por outro lado, Oliveira (2007) *apud* Almeida e Grossi (2019, p.4), argumenta que os brasileiros de outros estados criaram o estereótipo que o gaúcho é um “ser heróico, altivo, corajoso; impiedoso na defesa de altos ideais, justo”. Destarte, na atualidade, essas imagens dos sul-rio-grandenses corroboram para os processos de integração regional do estado com os países vizinhos.

Uma das principais imagens construída na história dos pampas, é o tropeiro. Segundo Muradás (2008, p. 175), a figura do tropeiro é de fundamental importância para a compreensão do passado, visto que seu trabalho fez com que fosse “levando o idioma português, a ideia integradora, a vontade de expansão e o novo costume. Unifica o território e a cultura. Cria a brasilidade”. Seu papel coincide com as políticas públicas voltadas para a integração regional de uma forma indireta e sutil. Assim,

O tropeiro foi importante, pois além de conduzir as tropas, eles passaram exercer as mais variadas funções como: o abastecimento da região mineradora e outras; a ocupação da região interior do Brasil, contribuindo para consolidar o domínio português; contribuição na movimentação econômica da colônia; intercâmbio cultural do Rio Grande do Sul com o Brasil; funcionavam como correio, levando e trazendo notícias entre os pontos de pouso e povoados; intermediavam negócios entre os comerciantes (MURADÁS, 2008, p. 176).

Desse modo, a ideia de unir a região dos pampas por questões geoestratégicas, quiçá, foi gestada nas ideias dos próprios tropeiros, os quais, em sua grande maioria, não nasceram no território sul-rio-grandense, mas que com o intenso traslado entre as regiões centrais da colônia portuguesa e as províncias espanholas, desenvolveram as relações internacionais culturais platinas.

Estes agentes possibilitaram as trocas comerciais e culturais que somadas à posição geográfica do estado permitiu com que os gaúchos compartilhassem elementos comuns com os argentinos e os uruguaios. Isto, para alguns, não é algo positivo, levando com que os gaúchos, por vezes, são referidos como “sulistas” como forma não de especificar que estão ao sul do país, mas sim que são uma unidade federativa mais próxima dos países vizinhos do que do próprio Brasil. Para o escritor Erico Verissimo¹⁰, essa ideia deve ser superada, visto que

No século XVIII, quando soldados de Portugal e Espanha disputavam a posse definitiva deste então “imenso deserto”, tivemos de fazer a nossa opção: ficar com os portugueses ou com os castelhanos. Pagamos um pesado tributo de sofrimento e sangue para continuar deste lado da fronteira meridional do Brasil. Como pode você acusar-nos de espanholito? Fomos desde os tempos coloniais até ao fim do século um território cronicamente conflagrado. Em setenta e sete anos tivemos doze conflitos armados, contadas as revoluções. Vivíamos permanentemente em pé de guerra. Nossas mulheres raramente despiam o luto. Pense nas duras atividades da vida campeira – laçar, domar e marcar potros, conduzir tropas, sair para a faina diária quebrando a geada nas madrugadas de inverno – e você compreenderá por que a virilidade passou a ser a qualidade mais exigida e apreciada do gaúcho (VERISSIMO, 1994, p. 242).

Este trecho dos escritos de Erico Verissimo é de suma importância para a compreensão do ponto de vista gaúcho sobre os fatos históricos. Haja vista que, a maioria dos acontecimentos da história brasileira são reportados a partir da perspectiva do poder central da época que, nesse caso, era o Império português. Assim, as palavras do escritor refletem questões importantes sobre a própria historiografia social do estado, bem como as percepções locais sobre as semelhanças culturais dos gaúchos com os argentinos e uruguaios.

Para Oliven (2021), com esse trecho é possível identificar elementos do estado, tais como: o caráter social que a fronteira denota ao estado; a opção por Portugal ao viés da Espanha; o preço pago por essa escolha; a configuração da figura do gaúcho como um ser forte e campeiro; e a própria originalidade dos costumes e comportamentos sociais dos sul-riograndenses. Sob esse último ponto, é necessário esclarecer uma questão antes de adentrar nas semelhanças do estado com a Argentina e o Uruguai. O Rio Grande do Sul assim como qualquer outro ator possui características culturais *sui generis* que ainda que se estabeleça uma relação de proximidade com outros povos e regiões, são originais e únicas do estado ou de determinada localidade. Assim, a cultura gaúcha, ainda que seja similar, em alguns aspectos, com a argentina e a uruguaia, possui elementos próprios que mesmo nas semelhanças, há diferenças. Desse modo, toda e qualquer relação de comparação que esta pesquisa estabeleça entre ditas culturas,

¹⁰ Romancista urbano, natural de Cruz Alta, Rio Grande do Sul.

é observando de um modo geral e não adentrando as particularidades de cada uma, visto que cada qual vai se configurar de acordo com os seus meios.

A música “Pampa” interpretada pelo cantor pelotense, Joca Martins, retrata bem o multiculturalismo presente no bioma pampa. No início da letra da canção é expresso que a região tem “três nomes, três brasões pra mesma terra” e, em seguida, é dito que “somos um só nesta pampa, mas se contam três”, a estrofe finaliza com o questionamento “por que se contam três?” (BAUEN, HARDEN, 2008). Esta música é um exemplo do diagnóstico nativista das semelhanças culturais com os povos argentinos e uruguaios. Posto isso, se faz necessário indagar: em quais momentos a história do Rio Grande do Sul se cruza com a formação da Argentina e do Uruguai?

Em primeiro lugar, destaca-se que a colonização do sul da colônia espanhola foi relativamente diferente da colonização portuguesa que, segundo Real de Azua (1984), foi marcada pela escassez de mão de obra escrava (negra). Desse modo, tanto a colonização da Argentina quanto do Uruguai observou características naturais, como a existência de planícies e clima temperado. Nesse sentido, assim como os jesuítas portugueses voltaram para as terras do atual Rio Grande do Sul e encontram os gados criados livres e sem dono uma oportunidade de atividade econômica, o mesmo ocorreu com os argentinos e uruguaios.

O segundo ponto é a formação econômica desses territórios. Segundo Maeder (2018), a economia da Argentina é marcada pela criação de rebanhos cujo representou um grande desenvolvimento com criações de gado bovino, equinos, ovinos e caprinos. O Uruguai, por sua vez, desenvolveu uma espécie de “economia de enclave”¹¹ com a exportação de carne bovina. Destarte, a pecuária se consolidou como uma característica do sul do subcontinente da América do Sul, haja vista que as condições físicas permitiram não somente uma boa adaptação dos animais, como também a multiplicação dos mesmos. O cronista Martin Orné escreveu, em 1573, que “*hay mucho ganado de vacas, cabras, ovejas, yeguas y puercos, que de hoy es menester alejarlos del pueblo, porque van en crecimiento, Dios mediante*” (INCHAUSPE, 2011, p. 40). Desse modo, a primeira forma de constituição da integração da região platina foi

¹¹ É um conceito utilizado dentro da área da Economia para referir ao sistema econômico que se desenvolve por meio de investidores estrangeiros com o intuito de gerar produtos voltados para a exportação. Esse modelo é característico de países dependentes, como é o caso da maioria dos países latino-americanos devido ao processo de colonização.

por meio das condições naturais intrinsecamente independentes da ação humana – a existência dos campos e dos gados.

Em terceiro lugar, destaca-se as condições físicas propícias para o desenvolvimento das atividades econômicas, visto que havia abundância de pastos, água potável, abrigos, clima temperado e salinidade apropriada. Desse modo, de acordo com Azua (1984), a fonte de riqueza e potencialidade de crescimento econômico para o início do assentamento de pessoas foi a própria multiplicação dos gados. Os argentinos e uruguaios assim como os gaúchos passaram a criar estes animais que

se constituirán en parte sustancial de la economía de cada ciudad y no solo en el aprovechamiento de carne y leche, y también de grasa, sebo y cuero; en el caso de los ovinos y caprinos de lana y cueros. Los caballos y yeguas y más tarde las mulas, serán indispensables para el transporte y la seguridad, y los bueyes para la labranza de la tierra y el transporte (MAEDER, 2018, p. 154).

A reprodução dos animais possibilitou o desenvolvimento das atividades econômicas voltadas tanto para o consumo local quanto para a comercialização com outras regiões. Desse modo, a criação de gados se configurou como um importante indicativo da construção da identidade comum na região, uma vez que a partir desta os indivíduos desenvolveram uma relação social com os campos que, conseqüentemente, influenciou em seus hábitos e formas de vida baseadas no mundo rural (MAEDER, 2018).

Por outro lado, a pecuária possibilitou a identidade regional em torno de alguns costumes, como o preparo da carne assada, o famoso churrasco no Rio Grande do Sul e *parrillada* na Argentina e no Uruguai. Segundo Zamberlan *et al* (2009, p. 9), esse prato é um elemento cultural associado aos gaúchos, argentinos e uruguaios cujo recebe grande relevância em “momentos de alegria, de relacionamento familiar, de amizade e descontração, ou seja, o alimento exercendo, também, uma função psicossocial”. De acordo com os levantamentos históricos, a origem do churrasco ou *parrillada* remonta os campos dos pampas, visto que, conforme mencionado anteriormente, o gado era criado solto e livre, permitindo as vacarias¹² e o preparo de carnes em buracos abertos no chão (ZAMBERLAN *et al*, 2009). Segundo o dicionário da cultura pampeana sul-rio-grandense, embora o churrasco seja uma comida típica campeira da região dos pampas, este se diferente entre os gaúchos, argentino e uruguaios. O modo sul-rio-grandense é colocar a carne em espetos na direção horizontal sobre as brasas, já

¹² “Ações desenvolvidas no período de tempo em que predominava a procriação natural de gado bovino no Pampa (a partir do séc. XVI – e especialmente no séc. XVII), e os animais sem dono ou de donos desconhecidos eram caçados e capturados livremente, a campo aberto” (SCHLEE, 2019b, p. 913).

à moda argentina e uruguaia, a *parrillada*, a carne é posta em uma grade sobre as brasas (SCHLEE, 2019b).

A agricultura assim como desempenhou um papel fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul foi também na Argentina e no Uruguai, sendo este outro ponto elemento de ligação regional. Inicialmente, o produto que recebeu destaque foi a erva-mate, configurando como um elo entre os pampas devido ao intenso consumo dos povos banhados pelo Rio da Prata. Posteriormente, a produção de cereais, legumes e hortaliças também cresceu dentro do setor agrícola. Contudo, dentre o rol de produções agrícolas na Argentina, há que ressaltar o cultivo da erva mate e do algodão, já que

La primera, como es sabido, proporciona una bebida que los guaraníes conocían desde antiguo. Con el correr del tiempo, el consumo del mate logró introducirse en toda la sociedad colonial y su uso se extendió fuera del Paraguay hasta alcanzar mercado en Chile y el Alto Perú. [...] El algodón, a su vez, revestía también especial importancia, ya que de sus fibras que hilaban las indias y tejían los hombres en los telares del segundo patio del colegio, se confeccionaban distintas variedades de lienzo. Este se destinaba en su mayoría al vestuario de los indios, pero, como en el caso anterior, quedaba una cierta cantidad para el intercambio (MAEDER, 2018, p. 235).

Entretanto, o cultivo da erva mate é de ocorrência estritamente da Argentina e do Rio Grande do Sul, como pode ser observado na imagem abaixo. Apesar disso, o consumo do produto espalhou-se entre os povos da Bacia do Rio da Prata, sendo utilizado, segundo Zamberlan *et al* (2009), tanto para fins digestivos e estimulantes quanto para a promoção de interação social em diversos momentos.

Figura 03: Área de ocorrência da erva-mate silvestre



Fonte: Mayer (2018), adaptado.

Ainda que se considere as semelhanças entre os argentinos, gaúchos e uruguaios em relação ao consumo do chimarrão ou *mate*, há diferenças entre estes quanto aos costumes. De acordo com o dicionário pampeano sul-rio-grandense (2019), os sul-rio-grandenses consomem a erva mate em uma cuia, sendo passada de mão em mão da direita para a esquerda, na maioria das vezes, consumida em grupo. No Uruguai, o mate é servido em um recipiente menor em comparação com a cuia gaúcha, sendo consumido em grupo ou isoladamente. Já na Argentina, a cuia é ainda menor e é de uso individual. Sem embargo, o chimarrão ou *mate* é um elemento cultural típico do sul do subcontinente sul-americano, utilizado também para aquecer das baixas temperaturas no inverno.

Para além da pecuária, do consumo de churrasco ou *parrillada* e do chimarrão, o contato cultural entre os gaúchos, argentinos e uruguaios construiu outros elementos comuns, tais como o a formação do portunhol¹³, as vestimentas e os estilos musicais e/ou dançantes. Sem embargo, a cultura platina tanto a argentina e uruguaia quanto a gaúcha, por vezes, é interpretada como estritamente influenciada pelos espanhóis, porém, Azua (1984), destaca que

¹³ “Forma comum de expressão oral (raramente escrita) que – na fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina – mistura palavras do português e do espanhol” (SCHLEE, 2019b, p. 740).

muitos elementos são de influência da cultura indígena, como o poncho, o *mate*, a bota, chiripá e o churrasco (ou *asado*).

O contato e o intenso intercâmbio entre as populações produziram a mistura linguística entre o português e o espanhol cujo tem grandes ocorrências nas fronteiras do Brasil com o Uruguai. Esse é o portunhol que, segundo Sturza (2019, p. 96), não pode ser caracterizado como um idioma, mas sim como “nomeação ou uma designação”, constituindo a partir da “situação de contato”. Entretanto, embora o surgimento do portunhol foi na região platina, é importante recordar que

A história entrelaçada do português e do espanhol remonta à divisão geográfica dada pelos romanos à Península Ibérica durante seu domínio. A delimitação geopolítica, a partir dos movimentos de Reconquista, que levaram à configuração dos limites territoriais de Portugal, não apagou a história comum nem o parentesco das línguas predominantes nesses três domínios. Da mesma maneira, no novo mundo a conquista de novas terras dividiu os domínios de Espanha e Portugal, e novamente lusos e castelhanos se colocaram na disputa pelos limites territoriais. As fronteiras definiram-se, as línguas foram oficializadas, no entanto, a porosidade das fronteiras recoloca a proximidade linguística como problema, mas também como recurso. Herda-se, assim, línguas já nomeadas e carregadas de histórias e memórias (STURZA, 2019, p. 102).

Desse modo, o portunhol se configura como uma maneira das populações locais comunicarem entre si, mesmo tendo cada qual sua própria língua. Sem embargo, cada região possui suas variações que são determinadas pelas interações sociais, as quais abrangem funções desde fronteira até a de interlíngua. Ademais, Tatsch (2011), aponta que as intensas disputas territoriais e a vinda de imigrantes para o estado gaúcho, contribuíram para a circulação de palavras e expressões que foram determinantes para a formação linguística do portunhol.

No âmbito musical, destaca-se três gêneros que possuem laços da cultura platina. O primeiro deles é a milonga que constitui como uma manifestação cultural de predominância na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul, sendo sua origem motivo de contestação até os dias atuais. Para Nunes e Jesus (2019, p. 3), este estilo está relacionado “à música, à dança, ao espaço utilizado para prática de dança e, também, a eventos sociais”. A milonga entrelaça as três culturas da Bacia do Rio da Prata, sendo possível a visualização de seus traços no folclore uruguaio, no tango argentino e, principalmente, na dança gaúcha. De acordo com Ayestarán (1967) *apud* Nunes e Jesus (2019), tais influências culturais devem-se ao fato de que, muitas vezes, o mapa político não é o mesmo que o mapa cultural.

O malambo é outro estilo musical de relevância nos pampas que nasceu na Argentina, muito embora o Uruguai também reivindique o direito sobre a sua origem. Segundo Pacheco (2021), o estilo trata-se de uma dança individual que utiliza do conjunto de sons produzidos

pelo sapateio, batidas e movimentos dos pés. De acordo com Novelli (2015), o malambo surgiu com os tropeiros da região dos pampas que utilizavam o sapateio para tocar os rebanhos de gado. Assim, o estilo musical bem como o churrasco e o chimarrão é um elemento regional dos pampas e conta com uma mescla cultural das fronteiras (NOVELLI, 2015).

Por fim, ainda dentro do âmbito musical, pode-se citar o chamamé. O chamamé é um ritmo musical que tem origem na Argentina, mas que se espalhou pelo Brasil e Paraguai. O nome do estilo musical “não é nem guarani e nem espanhola, não há uma tradução para chamamé. Para os argentinos, chamamé significa ‘senhora ama-me’. No Brasil, a palavra tem o significado de ‘chama-me para bailar’ ou ‘aprochegar-se de mim’ (RIO GRANDE DO SUL, 2011, s.p.). Assim, o chamamé apresenta como um estilo folclórico que reúne elementos da cultura indígena guarani, afro-americana e europeia.

Outro ponto que entrelaça a cultura argentina, gaúcha e uruguaia são as vestimentas. De acordo com Fagundes (1985, p.6) *apud* Saleh (2015), o estilo de vida dos povos que viveram e vivem na região dos pampas determinou a indumentária de suas vestimentas, sendo estas uma mescla entre os ibéricos com indígenas. Atualmente, encontra-se a bombacha¹⁴ como símbolo do meio social que os pampeanos estão inseridos. Essa peça é utilizada, principalmente, para a realização de trabalhos nos campos, mas, sobretudo, para demonstração de tradicionalismo regional. A famosa bombacha sofreu uma evolução ao longo dos séculos, porém continua sendo uma das principais vestimentas dos indivíduos que moram em campanha¹⁵ no Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai.

O poncho é outra vestimenta utilizada pelos campeiros pampeanos, servindo segundo o dicionário pampeano (2019), para agasalhar contra o frio, o vento e a chuva. Conforme Garavaglia (2002), a indumentária apresenta uma rica história que envolve a cultura rioplatense, embora sua origem advenha dos mapuches. Desse modo, o poncho tornou-se um “*marco que más tarde sería el característico de los intercambios fronterizos entre los criollos y los indígenas pampeanos*” (GARAVAGLIA, 2002, p.188). Destarte, tal vestimenta está presente no Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai.

Conforme discutido na seção anterior, uma das primeiras relações comerciais realizadas pelo Império de Portugal com as províncias de Buenos Aires e Montevidéu foi a

¹⁴ “Calça comprida, de tecido variado, ajustada na cintura e cadeiras, 161 muito folgada nas pernas e abotoada no tornozelo, cujo uso é corrente na campanha” (SCHLLE, 2019a, p. 160).

¹⁵ “O campo, em oposição à cidade. A região compreendida pelas planícies onduladas do pampa, incluindo parte da Argentina, todo o Uruguai e a metade sul do Rio Grande do Sul” (SCHLEE, 2019a, p. 193).

compra de animais que, para o Império da Espanha, era considerado contrabando. As Américas antes da chegada dos espanhóis e portugueses não havia presença de cavalos, sendo a introdução desses animais datada a partir da segunda viagem de Cristóvão Colombo. No Brasil, a presença de equinos limitou-se às regiões sudeste e nordeste devido às atividades econômicas desenvolvidas. Contudo, foi nos pampas que os cavalos assim como os gados encontraram seu habitat ideal, especialmente, devido às extensões territoriais disponíveis. Destarte, na região houve a formação de uma raça específica do sul da América, o crioulo, os quais

tem sua origem nos equinos Andaluz e Jacas espanhóis, trazidos da península ibérica no século XVI pelos colonizadores. Estabelecidos na América, principalmente na Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e sul do Brasil, muitos desses animais passaram a viver livres, formando manadas selvagens que, durante cerca de quatro séculos, enfrentaram temperaturas extremas e condições adversas de alimentação. Essas adversidades imprimiram nestes animais algumas de suas características mais marcantes: rusticidade e resistência (ABCCC, c2022, s.p.).

Desse modo, a raça de equino crioulo também é um elemento aglutinador entre as culturas do Rio da Prata. Assim, o papel dos cavalos na região oscilou ora servindo como instrumento para o apresamento do gado bovino xucro e para percorrer as extensões territoriais ora como um “meio de transporte e recursos para a guerra, dentre outros empregos” (RIBEIRO, 2011, p. 118). Ademais, estes animais possuem um importante significado regionalmente, visto que estão inseridos dentro da vida cotidiana do homem do campo que, por conseguinte, tornou-se um elemento de valorização.

Quadro 01: Elementos compartilhados entre o Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai

ELEMENTOS COMPARTILHADOS ENTRE O RIO GRANDE DO SUL, ARGENTINA E URUGUAI				
Tipo	Elemento	Argentina	Rio Grande do Sul	Uruguai
Naturais	Bacia do Rio da Prata	X	X	X
	Aquífero Guarani	X	X	X
	Bioma Pampa	X	X	X
Econômicos	Pecuária	X	X	X
	Agricultura	X	X	X
	Produção de Erva Mate	X	X	
Sociais	Churrasco ou <i>Assado</i>	X	X	X
	Consumo do chimarrão ou <i>mate</i>	X	X	X
	Criação de equinos	X	X	X
	Portunhol		X	X
	Bombacha	X	X	X
	Poncho	X	X	X

	Milonga	X	X	X
	Malambo	X	X	X
	Chamamé	X	X	

Fonte: Elaborada pela autora.

Em resumo, esses elementos naturais, sociais e culturais esculpíram as relações internacionais regionais entre os gaúchos, argentinos e uruguaios que iniciou, em sua maioria, nos campos dos pampas e, progressivamente, adentrou as unidades dos núcleos urbanos, transformando em elementos de tradição. Desse modo, esses elos pampeanos ganharam valor tanto material quanto simbólico no interior dessas sociedades, representando laços presentes no imaginário regional dos indivíduos e de seus antepassados (HOWES NETO, 2009). Entretanto, somente os valores culturais comuns não foram suficientes para a manutenção de uma zona de paz nos pampas. Desse modo, há uma dualidade entre esses vizinhos que ora compartilhavam tradições comuns ora peleavam¹⁶ para defender seus interesses.

2.3 OS CONFLITOS EM SOLO PAMPEANO

A dualidade da posição geográfica do Rio Grande do Sul permitiu, por um lado, um relacionamento próximo com as províncias vizinhas que, conseqüentemente, corrobora a necessidade de políticas públicas de integração regional; e, por outro, sua posição de gargalo entre os governos imperiais de Portugal e Espanha, proporcionaram uma “região fronteira suscetível de embates militares” (SOUZA, FIOREZE, SILVA, 2005, p. 15266). A explicação para essa dicotomia é que a formação do estado, visto que a região é envolvida por interesses e domínios conflitantes que, por conseguinte, impuseram estratégias de militarização dos limites territoriais.

Segundo Teixeira e Anselmo (2012), Portugal em virtude de seu projeto de interiorização do subcontinente sul-americano apostou em uma militarização da região sul da colônia, voltada tanto para construção de fortificações e empreendimentos militares quanto pelo armamento da população. Desse modo, ao longo dos séculos, a estrutura social foi formada em torno das grandes estâncias, possibilitando que “o colono era também o soldado, defendendo sua estância e o território da colônia” (TEIXEIRA, ANSELMO, 2012, p. 321). Assim, a posição geográfica do estado deu aos gaúchos “o árduo papel de ser o eterno vanguardeiro de nossa dignidade cívica e a manifestação de arrojados de audácia na preservação das fronteiras” (GOULART, 1985, p. 54-55, *apud* SOUZA, FIOREZE & SILVA, 2005, p. 15266). Boa parte

¹⁶ O mesmo que lutar, brigar, combater. Ver Schlee (2019).

dos conflitos militares envolviam o domínio efetivo das terras, sendo estas definidas por alguns tratados: o Tratado de Tordesilhas (1494), o Tratado de Madrid (1750), o Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o Tratado de Badajós (1801). Desse modo, os domínios territoriais iniciaram no final do século XV e estenderam ao longo dos séculos seguintes com formulações, revisões e entraves a respeito das posses.

A primeira negociação entre as Coroas foi o Tratado de Tordesilhas, que em virtude da inexatidão das coordenadas geográficas do ponto de partida, as 370 léguas de Cabo Verde, abriu brechas para diferentes entendimentos em relação aos domínios portugueses. Conforme mencionado anteriormente, o interesse português pelo sul da colônia tardou. Contudo, isso “não se traduziu em extremo imobilismo por parte dos conquistadores lusitanos para com a sua colônia, sendo ela somente preterida e não esquecida dentro da estratégia global que Portugal mantinha nesse momento” (TEIXEIRA, ANSELMO, 2012, p. 322). Assim, inicialmente, a disputa se concentrou, principalmente, entre as populações que foram sendo estabelecidas, em especial, na figura dos jesuítas. Os missionários a serviço apesar de servirem ao mesmo centro político, Roma, possuíam diferentes percepções, visto que

[...] Os jesuítas lusos defendiam os interesses portugueses que se concentravam especialmente na conquista definitiva das terras ao norte do rio da Prata. Por sua vez os jesuítas espanhóis, liderando os índios missioneiros e apoiando os castelhanos, ajudavam a expulsar os portugueses das terras que consideravam como espanholas. [...] (AZEVEDO, 2004, p.12 apud TEIXEIRA, ANSELMO, 2012, p. 323).

Desse modo, a imprecisão dos limites territoriais possibilitou a configuração de uma região de demarcações questionáveis e com intensas rivalidades entre si. Não obstante, Portugal para permanecer com suas posses contou com uma grande estrutura militarizada que vão desde fortificações até a utilização de estâncias de caráter defensivo, formando a famosa elite estancieira militar que se apropriou da terra, do rebanho e da defesa territorial (PANIAGUA, COLVERO, PINTO, 2015).

Sob esse cenário de crescente militarização ocorreu a segunda tentativa de definir os limites territoriais e cessar os conflitos regionais, o Tratado de Madri, em 1750. Nessas negociações surge, do lado português, a figura do diplomata Alexandre de Gusmão que propõe a utilização do princípio de *uti possidetis* para a determinação das terras em litígio. Contudo, a validade do Tratado de Madri foi de apenas 11 anos, sendo substituído pelo “Tratado de El Pardo e uma série de novos e intensos conflitos, onde a militarização prévia desse território se fez valer mais uma vez na defesa do território português e favorecendo também a colonização”

(TEIXEIRA, ANSELMO, 2012, p. 326). Desse modo, a região volta a ser zona de conflito tanto a serviço do governo central quanto liderado pelas populações estancieiras locais.

Foi sobre esse clima de tensão, disputas e definição de limites que o estereótipo do ser gaúcho como um homem viril e preparado para a guerra foi sendo moldado, haja visto que possibilidade de conflito eram quase sempre eminentes, impondo uma dinâmica de vida militar que era atrelada aos trabalhos nos campos. A estabilidade da região é retomada com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Contudo, em 1801, este sofreu retificações com o Tratado de Badajós. Ambos, marcam um novo capítulo dos conflitos em solo pampeanos, visto que a partir de então boa parte dos domínios portugueses foram efetivados. Entretanto, os conflitos não cessaram por completo, ao contrário saíram da ótica imperial e passaram para a perspectiva dos recém Estados-nações que se formavam na região.

A independência da Argentina dos domínios espanhóis, em 1818, e do Brasil, em 1822, não significou o fim das rivalidades políticas na região. Isso porque, o Brasil permaneceu governado pela monarquia portuguesa que compreendia que os territórios localizados do lado oriental do Rio da Prata eram “um prolongamento natural de seu território” (PANIAGUA, COLVERO, PINTO, 2015, p. 3). Desse modo, o governo lançou o projeto expansionista de anexação da região, nomeando-a como Província Cisplatina. Essa política encontrou resistência do governo argentino que promoveu disputas com os portugueses de 1825 a 1828 como forma de apoiar a independência do Uruguai em relação ao recém Estado brasileiro. O desfecho do conflito se deu com a arbitragem da Inglaterra que concluiu que o território reconhecido pelo Brasil como Província Cisplatina não pertencia a nenhuma das nações em litígio, levando assim à criação da República Oriental do Uruguai com a assinatura do Tratado de Montevideo.

Entretanto, a perda da Província Cisplatina não foi bem recebida pela elite estancieira gaúcha que se revoltou contra a hegemonia política do sudeste que, de acordo com os líderes, colocava o território do atual estado do Rio Grande do Sul “em segundo plano, como uma economia subsidiária e subjugada aos interesses centrais do Império Brasileiro” (PANIAGUA, COLVERO, PINTO, 2015, p. 5). Desse modo, eclodiu, em 1835, a Revolução Farroupilha que demonstrou o descontentamento da elite militar local com as políticas econômicas e fiscais do Império. Ademais, esse é o episódio que o escritor Erico Verissimo se refere, visto que nesse momento levantou-se a possibilidade de separação da região do restante do país.

Outro conflito desencadeado na região foi a Guerra do Prata, em 1851, que levou a aliança entre Brasil e Paraguai contra Argentina e Uruguai. Este foi desencadeado em virtude da possibilidade levantada pelo governador da província de Buenos Aires, Juan Manuel de

Rosas, de restaurar o antigo Vice-reinado do Prata. Esse movimento foi considerado para o Império do Brasil “um risco não só as fronteiras da Província do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, como o comércio pelos rios Uruguai e Paraná” (PANIAGUA, COLVERO, PINTO, 2015, p. 9). Desse modo, esse conflito foi mais um momento da história que as forças regionais da Bacia do Rio da Prata estiveram em lados opostos devido a interesses conflitantes.

Por fim, pode-se citar o conflito mais sangrento que envolveu o Cone Sul, a Guerra do Paraguai. Esta guerra contou com a aliança da Tríplice Aliança formada pela Argentina, Brasil e Uruguai com o intuito de “combater o expansionismo paraguaio nos territórios brasileiro e argentino” (TEIXEIRA, ANSELMO, 2012, p. 327). Destarte, esse conflito foi mais um exemplo que os confrontos que envolveram os atores da Bacia da Prata, quase sempre, alternavam as alianças e os adversários, demonstrando a multiplicidade de interesses na região. Entretanto, é importante destacar que, segundo Teixeira e Anselmo (2012), em boa parte dos conflitos, as tropas do Rio Grande do Sul tiveram grande importância, uma vez que a estratégia de fortificações e utilização das estâncias como base de soldados serviu como uma sustentação da atuação brasileira na região.

Em resumo, segundo Cervo e Bueno (2002), a relação do Império do Brasil (pós-1822) para a região platina pode ser dividida em três fases: de 1844 a 1852 com a política intervencionista de forma direta; de 1852 a 1864 pela retomada das atividades comerciais com os países do Rio da Prata; e, por fim, de 1864 a 1878 pela intervenção militar que finalizou com a guerra contra o Paraguai. Tais conflitos, guerras e rivalidades contribuíram para a formação de um espaço marcado por bases militares, as quais perduram até os dias atuais. Isso porque, embora ao final do século XX os países vão buscar uma maior aproximação, há a eminência das divergências que podem levar a eclosão de conflitos. Desse modo, a história dos pampas é marcada tanto por elementos de semelhanças quanto por rivalidades entre povos. Assim, as relações internacionais regionais ora são marcadas por cooperação ora por divergência e conflito.

3 DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho serão abordados temas como cultura, diplomacia cultural, integração regional ou regionalismo, paradiplomacia ou políticas subnacionais, bem como Lei Estadual de Incentivo à Cultura (LIC). Para efeito de esclarecimento ao(s) leitor(es), esta seção trará uma exposição da interpretação utilizada para cada um destes conceitos e/ou terminologias empregados constantemente no desenvolvimento deste trabalho. Sem embargo, é preciso destacar que este trabalho não busca aplicar nenhuma teoria sobre os fenômenos observados, mas sim adotar abordagens conceituais devido a pertinência aos objetos, recorte e temáticas de estudo trabalhados.

3.1 O CONCEITO DE CULTURA

A origem da palavra cultura vem do latim *culturae* e tem o significado ligado aos atos de cultivar. Entretanto, o substantivo recebe diferentes conotações, sendo, de modo geral, determinadas pela perspectiva espacial estabelecida do observador para o indivíduo. A palavra, por vezes, é utilizada para referir a uma ideia de segregação e/ou fragmentação dos seres humanos com a finalidade de ilustrar diferenças de grupos oriundas de hábitos, costumes e tradições distintos. Contudo, nesta pesquisa, utiliza-se o sentido de que a cultura é a união de elementos e significados desenvolvidos pelos indivíduos ao longo da história e que cria uma atmosfera propícia entre os atores. Dessa maneira, a noção entendida é que a cultura agrega, aglutina e contribui significativamente para a integração de povos e Estados ao invés de segregá-los, sendo essa concepção baseada na definição explorada por Geertz por meio da interpretação das ideias de Max Weber. Partindo dessa percepção, define que

O conceito de cultura que eu defendo, [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 2008, p. 4).

Entretanto, apesar da cultura representar uma força motriz para diferentes fenômenos nas relações internacionais - seja a cooperação, seja a guerra - esta não deve ser considerada assim como outros elementos, uma forma de poder. Ao contrário, a cultura é o contexto que entrelaça os indivíduos e, por consequência, os atores do jogo político, permitindo assim as interações políticas (GEERTZ, 2008). Dessa forma, assume-se que a relação cultural entre os

objetos dessa pesquisa se configura como um cenário que envolve os atores e os une, ao contrário de fragmentá-los.

Na mesma linha, Jorba (2011), salienta que para conceituar a palavra cultura deve-se considerar o substantivo como um processo histórico, uma força produtiva, um espaço de interculturalidade e, sobretudo, como um recurso. Essas premissas são fundamentais para a compreensão de que a cultura não surge e desaparece do nada, mas sim trata-se de uma construção relacionada com a esfera política, econômica, social e geográfica das civilizações. Desse modo, esta não deve ser entendida como um elemento isolado pelos atores estatais, uma vez que existe uma conexão importante entre “cultura/economia, cultura/política, cultura/sociedade” que possibilita a utilização da cultura como instrumento para atingir objetivos externos (JORBA, 2011, p. 43).

Trazendo o conceito para a realidade regional dos países da Bacia do Rio da Prata, pode-se identificar que a temática da cultura foi inserida tardiamente no principal bloco de integração, o Mercosul. De acordo com Soares (2008), no Tratado de Assunção assinado em março de 1991 não há a menção tampouco a palavra cultura tanto no preâmbulo quanto nos artigos subsequentes. Isto se deve ao fato de que a gênese do bloco está relacionada com a esfera econômica e comercial dos países, de tal forma que temas como cultura, educação, desenvolvimento e ciência e tecnologia não recebem espaço dentro da agenda do Mercosul no momento inicial. Contudo, ainda que a cultura não seja compreendida como parte de algum objetivo da integração, no Tratado não há o entendimento por parte dos redatores que a cultura que permeia a região, em especial, a platina, é um elemento que contribui positivamente para a assinatura do acordo.

A inserção da cultura na agenda do bloco se deu a partir da entrada em vigor do Tratado, mais precisamente, em março de 1995, a partir da Reunião de Buenos Aires que tratou do “Mercosul Cultural” como um instrumento relacionado com o regionalismo. Entretanto, o tema não foi tratado com a finalidade de promover “a construção de uma identidade coletiva regional nem foi objeto de algum acordo comercial” (SOARES, 2008, p. 59). Ou seja, a conotação recebida foi de identificar a presença de elos comuns entre os países signatários. De fato, a cultura foi incluída como uma pauta de discussão na criação da Reunião de Ministros da Cultura realizada em agosto de 1995, sendo realizado uma divisão de temáticas e criação de pastas dentro do Mercosul. Entretanto, Borba (2011, p. 87) ressalta que “o que chamamos Mercosul Cultural é, portanto, esse conjunto de reuniões dedicado à temática cultural, reunindo sob essa “etiqueta” as iniciativas e ações culturais aprovadas nesses marcos”. Dessa forma, a instituição

do Mercosul Cultural possibilitou um diálogo a respeito de projetos e iniciativas com a finalidade de promover e incentivar os laços dos países platinos.

O século XXI modificou diversas concepções cristalizadas sobre o Sistema Internacional e o nível doméstico, bem como as relações entre sociedade e Estado, sociedade e mercado e Estado e mercado. Desse modo, a cultura até então vista como um elemento e não como um produto foi incorporada no mercado econômico internacional, produzindo integração entre populações e nações, gerando empregos e aumentando as receitas estatais. Assim, ao investir em cultura, os países não buscam tão somente alimentar uma imagem positiva no exterior, mas também promover desenvolvimento econômico nacional que permeia o curto, médio e longo prazo. Nesse sentido, Barão (2014) afirma que a cultura quando compreendida como um mecanismo pelos Estados e passa a receber investimento, se torna capaz de transcender gerações, de tal forma que possibilita desconstruir e construir estereótipos, melhorando a imagem de grupos e indivíduos de dada sociedade. Destarte, a nova configuração mundial no século XXI desenha uma “emergência da cultura como elemento articulador das relações” (BARÃO, 2014, p. 82).

Assim, em um mundo globalizado cada vez mais conectado e interdependente, há uma necessidade de construção de uma “cultura de informação” pelos governantes a fim de possibilitar a troca de ideias, experiências, culturas, valores e diferenças (BOURBON, 2004; BARÃO, 2014). E essa construção parte da emergência da

Coabitação cultural pode ser sustentada por uma história comum e deve ser sustentada por certas cortesias que podemos chamar de “diplomacia cultural”. [...] Isto deve levar a um programa de troca genuína, um esforço sustentado para traduzir e entender o que os outros pensam e sentem, para ler seus escritores tanto quanto os próprios, para dar-lhes espaço para transmitir seus pensamentos e experiências (NIZAMI, 2004, p. 78, tradução nossa)¹⁷.

Dessa maneira, considerando preceitos realistas e liberais que afirmam que o objetivo do Estado é manter a sua sobrevivência e garantir a paz, a cultura pode ser utilizada como um elemento importante para a interação entre as sociedades e Estados. Para tanto, esta deve assumir relevância dentro da agenda da política externa dos países. Destarte, parafraseando Ribeiro (2011), o incentivo cultural permite o enraizamento de sentimentos pacíficos e

¹⁷ Cultural cohabitation can be sustained by a common history and must be under-pinned by certain courtesies that we may call “cultural diplomacy”. [...] This should lead to a programme of genuine exchange, a sustained effort to translate and understand what others think and feel, to read their writers as well as one’s own, to give them space to convey their thoughts and experiences

amistosos entre os atores, contribuindo para diálogos, relações e interações tanto interestatais quanto intersocietais.

3.2 DIPLOMACIA CULTURAL

Nas últimas décadas, os Estados começaram a enxergar instrumentos diplomáticos menos coercitivos nas relações internacionais como uma ferramenta política. Desse modo, elementos considerados como *soft power* aumentaram a relevância dentro das agendas nacionais. Assim, os atores estatais passam a investir em estratégias diplomáticas com o intuito de atrair e ganhar prestígio internacionalmente para as riquezas naturais, potencialidades econômicas, elementos culturais e dinamismo econômico e tecnológico (SOARES, 2008). Todavia, a utilização de estratégias menos coercitivas não é uma característica essencialmente do final do século XX e início do século XXI, isto porque países como a França, Alemanha, Itália, Espanha, Polônia, Inglaterra e Estados Unidos há algum tempo já faziam uso por meio de políticas culturais associadas às suas políticas externas (SOARES, 2008). A atuação externa destes países vai desde a criação de instituições de ensino de língua, por exemplo, a Aliança Francesa e Instituto Cervantes, até serviços de cooperação técnica, tecnológica e intelectual.

Contudo, apesar de haver antecedentes, foi no século XXI que a diplomacia associada com os elementos culturais ganhou maior ênfase devido ao crescimento e desenvolvimento dos meios de comunicação e transmissão de imagem que possibilitaram a atração e exploração de um público mais abrangente (SOARES, 2008). Assim,

Se um país é detentor de uma cultura rica, forte, variada, dinâmica - e dela se orgulha a ponto de difundi-la fora de suas fronteiras – esse país, ao demonstrar sua capacidade no plano cultural, está igualmente chamando a atenção, implicitamente, para suas qualificações em outras áreas de atuação, por mais variadas que sejam (RIBEIRO, 2011, p. 39).

E ao utilizar a cultura como ferramenta na política externa, o Estado gera ganhos no âmbito das relações internacionais, visto que fortalece as características de confiabilidade e familiaridade com outros atores. Ao mesmo tempo, possibilita a construção de imagens e critérios em diferentes populações, gerando hábitos de consumo que, conseqüentemente, favorecem operações comerciais com meios artísticos (RIBEIRO, 2011).

Essas iniciativas promovidas por atores estatais foram designadas por Willy Brand, em 1966, como diplomacia cultural. Para Brand, a diplomacia cultural constitui como um componente fundamental do tripé das relações internacionais de qualquer nação, que, para ele, são a política, o comércio e a cultura (SOARES, 2008). Desse modo, para esta pesquisa,

considera-se essencial o papel desempenhado pela diplomacia cultural ao promover uma aproximação e harmonia entre povos, visto que contribui significativamente para o desejo dos Estados em construir mecanismos de integração. Para tanto, o conceito utilizado é do diplomata Edgar Ribeiro que compreende que

As relações culturais internacionais têm por objetivo desenvolver, ao longo do tempo, maior compreensão e aproximação entre os povos e instituições *em proveito mútuo*. A diplomacia cultural, por sua vez, seria a utilização específica da relação cultural para a *consecução de objetivos nacionais* de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica (RIBEIRO, 2011, p. 33, grifo do autor).

Entretanto, conforme Ribeiro (2011), para que a cultura seja utilizada como mecanismo tanto pelos países quanto pelos blocos regionais há que cumprir a necessidade primária de apropriação da cultura, para, posteriormente, avançar para a política externa. Nesse sentido, Soares (2008, p.58) afirma que apenas com a valoração interna da cultura que os Estados podem traçar objetivos que aloque “os capitais culturais nacionais a serviço das relações com o exterior”. Destarte, a teia de significados tecida por meio de elementos sociais, históricos e culturais entre as sociedades é o que permite a apropriação da cultura para o nível internacional.

Sob este panorama que, nesta pesquisa, acredita-se que os elementos culturais da região da Bacia do Rio da Prata que permitem uma maior ligação entre as populações sul-riograndenses com as argentinas e uruguaias. E, conseqüentemente, possibilita e legitima políticas públicas a nível subnacional da diplomacia cultural para alcançar objetivos específicos em diferentes esferas. Para tal, a difusão da cultura

[...] poderia abranger os seguintes temas ou ideias, entre outros: a) intercâmbio de pessoas; b) promoção da arte e dos artistas; c) ensino língua, como veículo de valores; d) distribuição integrada de material de divulgação; e) apoio a projetos de cooperação intelectual; f) apoio a projetos de cooperação técnica; g) integração e mutualidade na programação (RIBEIRO, 2011, p. 31).

Para este trabalho, em especial, para fins de análise, utiliza-se as temáticas de incentivo/investimento no intercâmbio de pessoas, ensino da língua, promoção da arte e dos artistas e promoção de cooperação intelectual e técnica. Com esta abordagem mais simplificada e direcionada, busca-se lograr resultados mais pontuais a respeito da instrumentalização da cultura na arena da política subnacional. Isto porque o investimento no intercâmbio de sul-riograndenses, argentino e uruguaios fortalece os laços entre as populações; no caso do Rio Grande do Sul, o ensino da língua espanhola promove maior aproximação com os outros dois países; a promoção da arte e dos artistas relaciona com a ideia de desenvolver manifestações artísticas

ao ponto de atrair e ganhar prestígio em outras sociedades; e, por fim, a promoção de cooperação técnica e intelectual busca fortalecer iniciativas, projetos e políticas que, em alguns casos, não conseguiriam obter ganhos significativos isoladamente.

É errôneo afirmar que o retorno do investimento em diplomacia cultural seja na esfera estatal seja subnacional é imediato e a curto prazo, ao contrário os resultados são obtidos a longo prazo por meio da construção de marcas e imagens positivas sobre um povo e/ou nação (SOUSA, 2008). Para tanto, adverte que Ribeiro (2011, p. 36) essa questão talvez seja a maior dificuldade dos atores, visto que embora “o bem cultural é, por definição, visível, palpável, audível ou perceptível de diversas maneiras [...], as consequências de sua utilização, sobretudo no contexto de programas de política externa, são, no entanto, essencialmente invisíveis”. Isto porque os custos da promoção da cultura podem ser quantificados e orçados, enquanto a mensuração dos produtos gerados pelo investimento na diplomacia cultural, muitas vezes, é oculta visivelmente e instantaneamente.

Com efeito, a diplomacia cultural ao exercer uma função de aglutinação entre Estados e populações, estabelece também alicerces sólidos e com longa duração de sentimentos de confiança, respeito mútuo e familiaridade. Nesse sentido, Ribeiro (2011) afirma que apesar de acordos, em especial, comerciais instituir elos entre sociedades, estes são instrumentos transitórios, ao contrário das relações culturais que transcende governos e dialoga com diferentes esferas sociais. Os atores mais interessados nos resultados proporcionados pela diplomacia e relação cultural são os agentes políticos, especialmente, no caso do Brasil, do Poder Executivo da esfera federal, estadual e/ou municipal, de tal forma que a origem, quase sempre, advém da iniciativa governamental. Entretanto, estes atores para promover projetos culturais dependem do “setor privado, da comunidade intelectual ou dos artistas para a implementação de programas, o que naturalmente acarreta múltiplas (e mútuas) interferências” (RIBEIRO, 2011, p. 64). Desse modo, a diplomacia cultural com ganhos significativos aos agentes políticos não se limita às instituições públicas, visto que há uma necessidade de parceria entre diferentes segmentos, desde participação da iniciativa privada até a sociedade civil.

3.3 INTEGRAÇÃO REGIONAL OU REGIONALISMO

As iniciativas de integração regional do subcontinente americano desde o século XIX surgem como uma alternativa em um Sistema Internacional Capitalista, que, em decorrência das heranças coloniais e das assimetrias de poder, os países latino-americanos têm dificuldades de inserção e autonomia. Para tal, os Estados da região estão diante de opções antagônicas, já

que de um lado podem alinhar aos interesses capitaneados pelos grandes centros hegemônicos e, por outro, construir um polo de poder regional centrado em auferir interesses mútuos aos atores subdesenvolvidos. Desse modo, os países latino-americanos a depender do contexto doméstico e internacional, escolhem a última opção, promovendo um processo de regionalismo. Este é o caso da formação do Mercosul, em 1991, entrado em vigor, em 1995, que uniu Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai com o intuito inicial de promover uma zona de livre comércio e, posteriormente, avançou para outras esferas (BRICEÑO RUIZ, 2018).

O regionalismo ou a integração regional são processos que ganharam força ao final do século XX e início do século XXI em diferentes regiões do mundo. As razões para seu surgimento vão desde a ausência de guerras mundiais a partir do fim da Segunda Guerra Mundial até o crescimento da globalização e da interdependência entre os Estados e sociedades. Para tanto, na América Latina, organismos como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) formaram movimentos integracionistas que, por conseguinte, geram arranjos regionais de fomento ao regionalismo. Entretanto, essas iniciativas focaram na liberalização comercial, bem como promoveram uma integração fechada na região, de modo que promoveram processos de protecionismo e assimetrias entre os próprios países envolvidos, que, conseqüentemente, gerou o fracasso das iniciativas (JÚNIOR MENDONÇA, 2014). Na década de 80s a região deu uma nova guinada na pauta da integração, incorporando novas perspectivas e alterando ênfases que não consideravam as assimetrias de desenvolvimento na América Latina, mas a conjuntura daquele momento não foi favorável para o desenvolvimento do regionalismo latino-americano.

Nos anos 90s, a agenda da integração na América Latina, especialmente, na América do Sul foi marcada por dinâmicas comerciais que sucederam em negociações de liberalização preferenciais. Essas iniciativas delimitaram uma nova onda da integração regional denominada como “a terceira geração”, visto que ampliou a perspectiva em relação a margem de atuação do regionalismo ao incorporar dimensões de uniões aduaneiras, mercados comuns, prestação de serviços e investimentos estrangeiros diretos (VEIGA, RÍOS, 2007). Sob esse arcabouço, foi assinado o Tratado de Assunção, em 1991, criando o Mercosul. A criação do bloco foi marcada pela forte influência do Consenso de Washigton que compreendia que os países latino-americanos deveriam promover uma abertura econômica e substituir a participação do Estado pela iniciativa privada (JÚNIOR MENDONÇA, 2014). Desse modo, a criação e entrada em vigor do Mercosul se deu em um período de forte influência da corrente neoliberal, propiciando um formato de regionalismo aberto.

Com efeito, o tom comercialista prevaleceu sobre os primeiros anos no Mercosul, propiciando agendas voltadas para comércio entre os membros. Neste sentido, Cervo (2016, p. 19) assinala que a integração da América Latina “abandona o propósito da modernização econômica e converte-se em integração comercial”. Desse modo, o bloco priorizou a regulação de uma aduana comum entre os países como forma de proporcionar um poder de barganha dos membros com os países do Norte (VEIGA, RÍOS, 2007). Assim, a integração econômica foi tida como essencial para propiciar o crescimento das economias em escalas maiores, aumento da especialização de bens produtivos, ganhos de eficiência nas cadeias produtivas e, principalmente, fomento à competitividade dos mercados platinos.

Entretanto, com as reversões políticas e econômicas da liberalização comercial, por vezes, unilateral dos países em desenvolvimento, os governos tiveram uma revisão em relação a agenda da integração latino-americana. Desse modo, nos últimos anos do século XX, houve uma “revisão de conceitos” do ideário regionalismo aberto para o pós-liberal (JÚNIOR MENDONÇA, 2014). Essa transição é somada com as crises financeiras geradas pela agenda neoliberal na América do Sul e a guinada à esquerda cunhada como “onda rosa”. Para Briceño (2018), a ascensão de governos de esquerda representou uma crítica ao modelo de integração regional por não promover a transformação produtiva e ter exagerado na agenda de livre comércio, bem como por não incluir a dimensão política no processo de regionalismo.

De acordo com Veiga e Ríos (2007), a denominação de regionalismo pós-liberal advém da noção de que o principal objetivo da integração entre os países já não é a liberalização comercial tampouco as inversões econômicas, mas sim um mecanismo de desenvolvimento econômico. Para tanto, esta pesquisa ao utilizar a abordagem da integração regional e/ou regionalismo adota a perspectiva pós-liberal ou pós-hegemônica, visto que os objetos estudados aqui não estão dentro da ótica liberal (ou neoliberal) das relações internacionais, mas sim inseridos dentro de aspectos históricos, políticos e culturais. Todavia, não se desconsidera que a fundação do Mercosul de seu em um contexto internacional e regional de integração por vias e finalidades econômicas, ou seja, de regionalismo aberto. Ao contrário, reconhece o papel desempenhado pelas trocas comerciais internacionais entre os atores que buscam/buscaram a integração regional, mas, nesta pesquisa, o comércio não é o fundamento norteador para a associação de Estados e sociedades. Assim, compreende-se que o regionalismo é um instrumento não somente de defesa contra efeitos colaterais sistêmicos, mas também de promoção de resistência, contestação às desigualdades, orientações arbitrárias do Norte para o

Sul e um espaço construído capaz de gerar o fortalecimento da diplomacia cultural entre os atores.

Para tal, utiliza-se a conceituação de o regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico é caracterizado por

O pilar central [...] não é mais a liberalização do comércio e dos investimentos, que passaram a ser vistos como um obstáculo à implementação das políticas nacionais de desenvolvimento. Em vez disso, os acordos regionais pós-neoliberais devem ser usados para promover o desenvolvimento econômico endógeno e devem estar comprometidos com a promoção de acordos centrados em questões de desenvolvimento e equidade. Em outras palavras, para o regionalismo pós-neoliberal, a ampliação e o aprofundamento das agendas comerciais não são prioridades (BRICEÑO-RUIZA & HOFFMANN, 2015, p. 4, tradução nossa¹⁸).

Desse modo, a noção trabalhada por esta pesquisa reduz o protagonismo essencialmente do comércio na integração regional e adiciona outras agendas que passaram a ser exploradas a partir da virada do século XX para o século XXI. A cultura e identidade cultural fazem parte dos elementos que ganham espaço dentro dessa nova agenda regional. Destarte, o regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico se torna uma “visão alternativa ao comercialismo” (BRICEÑO, 2018, p. 83, tradução nossa¹⁹).

Por fim, não se pode desconsiderar que na visão dos estudos integracionistas a integração da América Latina, em virtude das oscilações e mudanças de agendas, é tida como processos débeis e incompletos (BRICEÑO, 2018). Isto porque o referencial jurídico e normativo do regionalismo são as experiências bem-sucedidas da Europa. Desse modo, ao aplicar os conceitos e teorias “UE centrismo” na América Latina, há a constatação da fragilidade das iniciativas seja na esfera política seja na esfera econômica. Entretanto, isto se deve ao fato de importar uma interpretação e não de identificar as razões, contextos e motivações da região. Por isso, nesta pesquisa não há a intenção de aplicar uma fórmula organizada em etapas do regionalismo tal qual ocorreu na Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA) que atualmente representa a União Europeia (UE), mas sim a consideração de variáveis históricas e regionais que implicam realidades distintas da Europa.

¹⁸The central pillar [...] is no longer the liberalization of trade and investments, which have come to be seen as an obstacle to the implementation of national development policies. Post-neo-liberal regional agreements, instead, should arguably be used to further endogenous economic development and should be committed to fostering agreements centered on development and equity issues. In other words, for post-neo-liberal regionalism, widening and deepening trade agendas are not priorities (BRICEÑO-RUIZA & HOFFMANN, 2015, p. 4).

¹⁹“Visión alternativa al comercialismo” (BRICEÑO, 2018, p. 83).

3.4 PARADIPLOMACIA OU POLÍTICAS SUBNACIONAIS

A partir da segunda metade do século XX, a centralidade do Estado como único ator relevante dentro das relações começou a ser questionada pela academia. Com o fim da Guerra Fria, multipolaridade, aumento da interdependência entre Estados e sociedades e relações econômicas, comerciais e financeiras cada vez mais intensas, novos atores ganharam ênfase dentro do funcionamento do Sistema Internacional das relações internacionais. Empresas transnacionais, sociedade civil, organismos não-governamentais, organizações internacionais, bem como núcleos subnacionais passaram a serem inseridos na dinâmica internacional, exercendo não somente a presença, mas a participação de debates e questões fundamentais relativas tanto aos Estados quanto à sociedade internacional. Os atores subnacionais são “cidades, províncias, estados federados, regiões e muitas outras autoridades territoriais que se encontram hierarquicamente sob a política dos governos centrais” (MÈRCHER, 2013, p. 19).

No caso dos atores subnacionais, estes possuem semelhanças e diferenças dos atores centrais, ou seja, dos Estados. Quanto às diferenças, de acordo com Salomón e Nunes (2007, p. 104), pode-se caracterizar os atores subnacionais “como atores mistos, em parte livres de soberania, mas em parte condicionados pela soberania que compartilham com os demais níveis de Estado a que pertencem”. De acordo com Mèrcher (2015, p. 19), as semelhanças são que igualmente os Estados-Nações, os atores subnacionais possuem “território; responsabilidades por uma população; estrutura política; e, em alguns casos, autonomia na elaboração de normas e na legitimidade em se relacionarem com outros atores estrangeiros”. Por sua vez, a atuação dos atores subnacionais pode-se dar por meio da paradiplomacia que pode ser definida como

O envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (‘ad hoc’), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional. Embora bastante contestado, o conceito de paradiplomacia não impossibilita a existência de outras formas de participação subnacional no processo da política externa, mais diretamente ligado ao departamento de relações exteriores de governos centrais, como a assim chamada diplomacia federativa, tampouco impede o papel cada vez maior dos governos subnacionais nas estruturas de multicamadas para a governança regional ou mundial (PRIETO, 2004 *apud* KONISHI, MENDONÇA, RIBEIRO, 2015, p. 294).

Entretanto, o conceito de paradiplomacia dentro do campo da ciência política e/ou relações internacionais é novo dentro da literatura, visto que, por muito tempo, as atividades externas eram realizadas somente pelos Estados, conforme as teorias realistas. A primeira vez

que o termo foi utilizado foi na década de 60s por Rohan Butler para designar a diplomacia que ocorria de forma paralela e concorrente à estatal. Sem embargo, duas décadas após, o conceito assumiu a versão interpretada por Ivo Duchacek e Panavotis Soldatos, sendo uma terminologia cada vez mais utilizada por Estados com sistema de federações. Para tanto, devido à complexidade, a paradiplomacia pode apresentar diferentes tipologias, sendo: paradiplomacia regional transfronteiriça, paradiplomacia transregional, paradiplomacia global e protodiplomacia.

Tendo em vista que o objeto de estudo desta pesquisa é o estado do Rio Grande do Sul enquanto um ente do federalismo do Brasil que possui proximidade geográfica, vínculos históricos e laços culturais com a Argentina e o Uruguai, utiliza-se a tipologia da paradiplomacia transfronteiriça, que, por esta entende-se os “contatos formais e, sobretudo, informais transfronteiriços, que são predominantemente condicionadas pela proximidade geográfica e pela resultante similaridade na natureza dos problemas comuns e suas possíveis soluções (DUCHACEK, 1986 *apud* KUZNETSOV, 2014, p.27, tradução nossa)²⁰. Dessa maneira, as interações, as oportunidades e os desafios dos países da Bacia do Rio da Prata promovem uma necessidade por políticas de cooperação descentralizada do Estado brasileiro com intuito de auferir maiores ganhos sem que ao mesmo tempo contestar a política externa estatal.

As políticas subnacionais do Rio Grande do Sul para a área da cultura não são desassociadas da diplomacia cultural estatal, visto que

Os objetivos e prioridades da diplomacia cultural brasileira encontram-se genericamente definidos nos parágrafos 5 a 16 do documento *Política Cultural Brasileira no Exterior*, firmado no contexto do Ajuste Tripartite acima mencionado. O parágrafo 13 desse documento determina que *os centros receptores prioritários da ação cultural são a América Latina e a África, a que segue os Estados Unidos, a Europa e, por fim, o Oriente Médio e a Ásia* (RIBEIRO, 2011, p. 49, grifos do autor).

Dessa forma, a paradiplomacia transfronteiriça, neste caso, serve como um mecanismo de complementaridade a diplomacia do Brasil, uma vez que a primeira região prioritária é a América Latina. E, no caso do Rio Grande do Sul, que possui uma faixa de fronteira com a Argentina e Uruguai de maneira singular em relação a outras, a paradiplomacia cultural é

²⁰ By cross-border regional paradiplomacy, I mean formal and, above all, informal cross-border contacts, which are predominantly conditioned by geographic proximity and the resulting similarity in the nature of common problems and their possible solutions (DUCHACEK, 1986 *apud* KUZNETSOV, 2014, p.27).

baseada no “compartilhamento de processos de formação social, político, econômico, artístico e histórico” (KONISHI, MENDONÇA, RIBEIRO, 2015, p. 288).

Assim, como assinalam Salomón e Nunes (2007), as políticas subnacionais empregadas pelo estado do Rio Grande do Sul, especialmente, em busca de aproximação e cooperação com os países platinos tem por finalidade a integração regional com os atores. Desta forma, assim como para o Brasil o interesse na diplomacia cultural com o Terceiro Mundo advém de uma necessidade de afirmação da presença brasileira, para o Rio Grande do Sul, esta constitui como uma ferramenta de valorização de aspectos sociais, culturais e históricos da região (RIBEIRO, 2015). Destarte, este trabalho ao se debruçar sobre as políticas subnacionais desenvolvidas no período de 1995 a 2015 pelo estado sul-rio-grandense para a Argentina e o Uruguai, têm por perspectiva a compreensão das necessidades locais dos atores envolvidos, especialmente, para a questão da promoção da cultura que, historicamente, é um elo de integração regional.

3.5 LEGISLAÇÕES ESTADUAIS DA SECRETARIA DA CULTURA

Apesar dos inquantificáveis benefícios e resultados da diplomacia cultural para o âmbito político, cultural e diplomático, não se pode ofuscar o papel desempenhado por esta política pública no campo econômico e comercial. De acordo com Barão (2014), a cultura, nas últimas décadas, impulsionada pelas trocas internacionais ultrapassou a margem da simbologia e alcançou uma dimensão econômica, de modo a representar fonte de receitas. Para tanto, ainda que difícil comprovar a relação direta existente entre a diplomacia cultural e aumento do comércio, é inegável a construção de “uma sensação de familiaridade, graça aos produtos – e não somente produtos: bens e serviços, alternativas turísticas - circulam com mais facilidade” (RIBEIRO, 2011, p. 40). Isto, por sua vez, endossa o desenvolvimento do setor artístico e cultural do país.

Para além do aspecto político e diplomático, a diplomacia cultural ganhou

uma nova dimensão valorativa: os bens materiais que as simbolizam representam agora possibilidades de retornos financeiros, tornam--se mais uma alternativa de inserção econômica. Ao mesmo tempo, o consumo de produtos culturais de outros países torna---se uma fonte diferenciada de competição. Estão em jogo preferências individuais ampliadas pelo acesso à internet e pela circulação de bens, pessoas, informações que oferecem ao indivíduo imagens, referências e modelos os mais diversos, com os quais é possível encontrar elementos de identificação, gerando uma forma de consumo cada vez mais cosmopolita, cada vez menos local, cada vez mais identificada com o mundo; cada vez menos com seu país de origem (BARÃO, 2014, p. 83).

Desse modo, a cultura passa cada vez mais a se inserir dentro de uma ótica econômica e comercial altamente interessante aos atores políticos seja estatais seja subnacionais. Esses fatores corroboram a necessidade de implementação de ações para nível internacional e regional que promovam movimentos, organizações e comunidades artísticas, bem como reforçam as características, tradições e histórias das populações regionais. Ademais, é inegável o seu papel social em função da geração de conhecimento, fortalecimento das raízes históricas e culturais, bem como o desenvolvimento do respeito pela diversidade cultural.

Entretanto, o incentivo à cultura, em sua maioria, nasce dos Estados, visto que estes são os mais beneficiados ao longo prazo. Por isso, Ribeiro (2011) aponta que os países nórdicos da Europa possuem uma longa tradição de apoiar a indústria e o comércio de bens culturais e artísticos, de modo que, recentemente, que a iniciativa privada iniciou os financiamentos na área. No Brasil, por sua vez, a atenção para a área da cultura se deu com a criação do Ministério da Cultura, em 1985, com a função de promover o “enriquecimento da cultura nacional, decorrente da integração crescente entre as diversas regiões brasileiras e da multiplicação das iniciativas de valor cultural” (REZENDE, GRIECO, TEIXEIRA, THOMPSON, 2015, s.p.). Desse modo, a primeira Lei de apoio à área cultural se deu no ano seguinte, em 1986, a Lei Sarney nº 7.505 de 02 de julho de 1986 com o intuito de financiar projetos. A Lei promovia que “o estado, sob o pretexto de carência de recursos, reduzia o financiamento direto da cultura e, como alternativa, propunha que as verbas fossem buscadas pretensamente no mercado” (RUBIM, 2008, p. 24). Entretanto, a legislação assim como o Ministério da Cultura sofreu um revés em 1990, no governo Collor, sendo ambos extintos. Para tanto, foi criada a nível nacional a Lei Rouanet nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, substituindo a Lei Sarney de incentivo fiscal para a área cultural. Esta, por sua vez, promove com que “o Estado busca parcerias com a iniciativa privada como forma de captar recursos para a área cultural, e para tanto, cria incentivos fiscais para que as empresas invistam em atividades culturais” (GOMES, 2011, p. 34). Em 1992, o Ministério da Cultura foi criado novamente e a partir de então houve uma continuidade da política de incentivo fiscal para a área cultural que, posteriormente, avançou para os estados e municípios brasileiros. Desse modo, a criação da lei Sarney, atualmente, reformulada e conhecida como Lei Rouanet possibilitou que a cultura passasse a integrar o rol das políticas públicas dos atores políticos seja estatal seja subnacional.

No Rio Grande do Sul, a criação da Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC) se deu em 1990 por meio da Portaria nº11 de 1990 em um contexto marcado por necessidade de preservação da memória dos bens culturais do estado (RIO GRANDE DO SUL, c2022). Em

seguida, mais precisamente, em 9 de agosto de 1996, o Rio Grande do Sul aprovou a Lei Estadual de Incentivo à Cultura (LIC) de nº. 10.846. A criação da LIC é motivada pela compreensão de que o estado é o principal ator responsável por ser provedor/financiador da cultura, visto que isto gera resultados externos positivos (DE BEM, GIACOMINI, 2010). Institui ainda, de acordo com o artigo 1 da lei,

no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo aos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS que realizarem, na forma desta Lei, aplicações em projetos culturais (RIO GRANDE DO SUL, 1996, art. 1).

Segundo a lei estadual, as empresas que financiarem os projetos culturais poderão compensar em até 75% do valor aplicado com o ICMS a recolher, limitado a 3% do saldo devedor de cada período de apuração (RIO GRANDE DO SUL, 1996). Para tanto, o produtor cultural deve estar devidamente cadastrado para realizar os projetos culturais. Ademais, a LIC prevê que as áreas dos projetos culturais são “I - artes plásticas e grafismo; II – artes cênicas e carnaval de rua; III – cinema e vídeo; IV – literatura; V - música; VI – artesanato e folclore; VII – acervo e patrimônio histórico e cultural” (RIO GRANDE DO SUL, 1996, art. 5).

Conforme a LIC, todo o trâmite dos projetos culturais passa pelo Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais, de modo que a partir da aprovação em todas as instâncias o projeto “recebe a autorização para captar recursos junto às empresas que poderão abater parte dos recursos destinados ao patrocínio do ICMS devido ao Estado Rio Grande do Sul” (DE BEM, GIACOMINI, 2010, p. 10). Todavia, a Lei nº. 10.846 foi revogada em 19 de agosto de 2010 pela Lei nº 13.490. De modo geral, a essência permaneceu a mesma, houve alteração mais acentuada no artigo 2, visto que foi adicionada uma tabela com a discriminação da alíquota aplicada correspondente ao valor total do incentivo (RIO GRANDE DO SUL, 2010). Desse modo, o investimento na área cultural do Estado ocorre basicamente por meio de renúncia fiscal²¹ seja na lei de 1996 seja na lei de 2010.

Assim, ao analisar as políticas e projetos subnacionais desenvolvidos ao longo do recorte temporal pelo estado do Rio Grande do Sul tem-se por base aquelas aprovadas e executadas por meio da LIC. Entretanto, cabe ressaltar que o universo dos projetos promovidos pela SEDAC por meio da LIC é grandioso e como o objetivo desta pesquisa é compreender

²¹ É uma forma de desoneração tributária que, no caso da LIC, ocorre na modalidade de incentivo fiscal, na qual permite a não incidência de determinado tributo, conforme a Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

apenas a utilização de políticas subnacionais pelo estado do Rio Grande do Sul para a integração regional com os países vizinhos, concentrar-se-á somente nos projetos executados para o nível do Mercosul e/ou destinado a um ou mais dos membros do bloco por vias bilaterais.

4 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ESTADO SUL-RIO-GRANDENSE

O Rio Grande do Sul é reconhecido pelo status de ser uma das unidades federativas do Brasil mais internacionalizadas. De um modo geral, as razões para esta reputação devem-se a fatos históricos e geográficos apresentados na seção 2 deste trabalho. Nesse sentido, pode-se citar a questão das fronteiras com Argentina e Uruguai, bem como a face marítima do estado que implicaram, em decorrência do interesse antagônico de duas nações, em uma região militarizada e, sobretudo, em ponto estratégico para o exercício das relações exteriores do Estado brasileiro. Para além de questões militares, o território sul-rio-grandense constitui em uma das regiões “mais dinâmicas economicamente da América do Sul, que tem como eixos São Paulo e Buenos Aires” (NUNES, 2005, p. 58). Esses fatores somados a movimentos de migração, em muitos casos, com características exclusivas para a região, tornaram variáveis determinantes para a constituição de políticas a nível internacional e/ou regional focadas em demandas específicas do estado.

Os territórios delimitados por fronteiras com outros países possuem, na maioria dos casos, uma elevada sensibilidade no que diz respeito às relações internacionais. Por sua vez, estes são os atores mais engajados e ativos dentro da esfera das políticas subnacionais (ISER, 2013). O Rio Grande do Sul por suas características demonstrou a preocupação com a política externa brasileira na década de 1960 quando o governador, Leonel Brizola, encaminhou uma mensagem ao então presidente Juscelino Kubitschek “criticando a intenção do Brasil de participar da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) sem consultar o estado sobre o assunto, que poderia trazer efeitos danosos para a região” (SADECK, FROIO, MEDEIROS, 2017, p. 141). Esse protesto contra o governo federal sinalizou a preocupação não somente com a política externa estatal, mas, sobretudo, com os arranjos institucionais e parcerias estratégicas firmadas. Destarte, essa iniciativa foi o esboço da paradiplomacia que o estado sul-rio-grandense desenvolveu na sequência.

Entretanto, o interesse pela política exterior de Brizola promoveu uma crise entre a diplomacia brasileira e os Estados Unidos. Em 1962, o governador estatizou por meio do Decreto nº13.186 de 16 de fevereiro de 1962 duas subsidiárias das empresas multinacionais: a Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG) que pertencia à Bond and Share e a Companhia Telefônica Nacional (CTN) subsidiária da International Telephone & Telegraph

(ITT) (PRADO, 2018). Essa estatização transformou na empresa Companhia Rio-Grandense de Comunicações (CRT). A encampação²² da concessionária por Brizola

[...] aos 103 dias de governo, foi uma grande batalha que representou a concretização de uma promessa de campanha eleitoral: solucionar o problema crônico de abastecimento e de interrupção do fornecimento de energia elétrica que já se arrastava desde a década de 1940, mas que se agravara na década seguinte. O objetivo era o de reverter o quadro de estagnação da agricultura, da indústria, da economia do estado, como um todo, carente deste insumo básico (SILVA, 2015, p. 81).

Este episódio causou um desentendimento com Washington, de tal forma que João Goulart, presidente na época, teve que explicar ao presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Para tanto, a ação do governo sul-rio-grandense foi considerada ousada tanto pela opinião pública quanto pela imprensa. Na sequência, outros estados começaram a cogitar a ideia de nacionalização de outras concessionárias que prestavam serviços públicos. Todavia, com a instauração do regime militar, em 1964, as políticas subnacionais perderam força e espaço, visto que foi estabelecido a centralização do engajamento internacional ao governo central (PRADO, 2018).

A paradiplomacia do Rio Grande do Sul volta para a arena política após a redemocratização do Brasil, em 1985, visto que houve uma descentralização de atividades internacionais por parte do governo federal para os estados e municípios. De acordo com Salomón e Nunes (2007), a internacionalização do estado do Rio Grande Sul recebe duas fases que são marcadas pelo nível de institucionalização da paradiplomacia. A primeira abrange o período de 1987 a 1994 quando foi criada a Secretaria Especial para os Assuntos Internacionais (SEAI), enquanto a segunda abrange de 1995 até os anos subsequentes com a substituição da SEAI pela Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI).

No que diz respeito a primeira fase, para Jardim (2021, p.165), a criação da SEAI, em 1987, representou o momento em que “a paradiplomacia ganhou maior reconhecimento no governo estadual do Rio Grande do Sul”. Por outro lado, a criação da estrutura subnacional foi de elevado destaque a nível nacional, visto que após o Rio de Janeiro o estado gaúcho foi o segundo no país a criar um órgão para tratar sobre questões internacionais (NUNES, 2005). As razões para a criação desta nova Secretaria pelo governo de Pedro Simon (1987 – 1990), em 1987, partem do entendimento que

²² É a ação da tomada de posse por parte da administração pública de uma empresa privada, mediante a compensação.

[...] as dimensões continentais do Brasil tornam clara as especificidades dos interesses regionais dentro das diretrizes globais de política externa. Tanto mais quando se fala no Rio Grande do Sul – um estado particularmente internacionalista por características históricas, geográficas, culturais e econômicas. A marcada inserção gaúcha no contexto platino, sendo o último estado brasileiro a fazer parte da Federação; sua fronteira viva com o Uruguai e a Argentina; sua cultura notadamente europeia em algumas regiões; sua abertura internacional através da iniciativa privada, como estado exportador - são características que tornam imperativo pensar no futuro diferente em termos de cooperação internacional quando se redefinem as diretrizes de desenvolvimento do Rio Grande do Sul (SPC, 1988, p. 201 *apud* Nunes 2005, p. 58).

Estes elementos tornaram demandas cada vez mais efetivas, em especial, pelo avanço das negociações para integração da região platina. Para tanto, conforme o nº 32.515, de 15 de março de 1987, o objetivo da Secretaria eram promover uma assessoria ao governador do estado nos assuntos exteriores, em especial, com aos países da Bacia do Rio da Prata, bem como com organismos internacionais, captar recursos e investimentos e apoiar a iniciativa privada nos projetos com participação internacional (SIMON, 1989).

O ambiente de institucionalização da internacionalização do estado gaúcho era marcado pelo fim o contencioso das hidrelétricas que culminam no Acordo Corpus – Itaipu, bem como o apoio brasileiro à Argentina na Guerra das Malvinas e ao processo de redemocratização dos países que estavam sob regimes militares (NUNES, 2005). Segundo Salomón e Nunes (2007, p. 106), o tema da “integração regional, principalmente, o acompanhamento do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) entre Brasil e Argentina, era o assunto de maior relevância para a SEAI em seus anos iniciais”. Entretanto, como adverte Jardim (2021), o intuito da Secretaria era, sobretudo, garantir os interesses gaúchos no processo de negociação do Mercosul, visto que se havia o temor que o setor agropecuário pudesse ser prejudicado com a integração em virtude das semelhanças da economia do estado com as argentinas e uruguaias. Desse modo, na sociedade gaúcha prevaleciam dois sentimentos: de um lado, o entusiasmo com o avanço da integração regional e, por outro, a apreensão da concorrência dos setores produtivos (NUNES, 2005).

Todavia, diferentemente do governo de Pedro Simon (1987 – 1990), o governo Collares (1991 – 1995) não concebeu dentro da agenda política do estado um papel de destaque para a integração regional tampouco para as atividades subnacionais. Desse modo, houve a cogitação da extinção da SEAI, porém com as pressões dos meios de comunicação, de políticos e, principalmente, da academia, a proposta foi barrada, tendo uma manutenção da pasta (SALOMÓN, NUNES, 2007; NUNES, 2005). Esse período foi marcado pelo afastamento do sentimento da apreensão na sociedade gaúcha, principalmente, por conta do ambiente favorável entre os países da Bacia do Rio da Prata que, conseqüentemente, promoveu o aumento das

exportações do estado para os membros do bloco que entrou em vigor na sequência (JARDIM, 2021). Para tanto, apesar do intento de extinguir com a SEAI, o governo Collares manteve a estrutura com inspiração do modelo do Ministério de Relações Exteriores (MRE), sendo três coordenadorias “Apoio a Investimentos Privados, Cooperação Internacional e Integração com a América Latina, esta subdividida na Divisão de Integração e na Divisão de Cooperação Cultural” (JARDIM, 2021, p. 51).

Entretanto, em 1994, a SEAI, assim como outras Secretarias, sofreu modificações em sua estrutura, de modo que com o novo governo de Antônio Britto (1995-1999) a pasta foi extinta, em 1995. As razões podem ser descritas, sucintamente, em três pontos

Primeiramente, mesmo com a SEAI tendo sido criada para “supervisionar e orientar” as ações externas do estado, esse objetivo não foi satisfatoriamente atingido durante os oito anos de sua existência. [...] Em segundo lugar, a maneira de o Itamaraty relacionar-se com a SEAI e com outras instâncias da administração estadual não contribuiu para consolidar a Secretaria como o órgão responsável pelos assuntos internacionais do estado. [...] Em terceiro lugar, as frequentes trocas de titulares – nove secretários em oito anos – e o fato de que muitos deles não tinham preparação em temas internacionais reduziram as possibilidades de atuação da SEAI como órgão de coordenação efetivo (SALOMÓN, NUNES, 2007, p. 106 e 107).

Cabe destacar ainda que o contexto do governo de Britto era do paradigma do Estado normal definido por Cervo (2003, p.8), em consonância com o governo Collor e, posteriormente, com o governo FHC, de modo que havia a defesa da redução dos gastos públicos em função as crises inflacionárias que agravam na América Latina, sendo aderido a “ideologia imposta pelos centros hegemônicos de poder”, ou seja, a matriz política e ideológica tanto domesticamente quanto internacionalmente era o neoliberalismo. Assim, em 1995, houve uma “fusão das áreas de indústria e comércio e de assuntos internacionais” (SALOMÓN, NUNES, 2007, p. 108), dando origem à Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI).

De acordo com Ferreira (2015), a criação da SEDAI pelo governo Britto buscou, em grande medida, estabelecer uma interação entre os assuntos internacionais do Rio Grande do Sul com o mercado internacional e o desenvolvimento do estado. Dessa maneira, o foco da Secretaria passou a ser voltado, principalmente, para a área econômica, visto que o intuito era assegurar a atração de investimento estrangeiro, bem como promover os produtos gaúchos ao nível externo, aumentando as receitas estaduais de exportação (SALOMÓN, NUNES, 2007). Assim,

[...] a nova Secretária passou a cumprir de facto as funções para diplomáticas, ainda que com um alcance reduzido quando comparada a sua predecessora. Pode-se dizer que isto ocorreu principalmente pelo fato de que as demais secretarias de governo continuaram recorrendo à SEDAI quando necessitavam de orientação para suas próprias atividades internacionais. Paralelamente, a SEDAI configurou-se em uma referência para temas políticos, mantendo sob seu escopo de atuação as relações com o Itamaraty, com outros governos subnacionais estrangeiros e com diplomatas (PERUFFO, 2009, p. 43 e 44).

Destarte, ao longo do governo Britto a SEDAI, responsável pelas atividades internacionais do estado, concentrou nas relações econômicas internacionais do Rio Grande do Sul. Para tanto, os temas culturais como a promoção da arte e dos artistas e projetos voltados para o ensino da língua portuguesa e espanhola ficaram sob responsabilidade de outras Secretarias e não pela SEDAI. Desse modo, havia uma sinergia entre o governo federal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o governo estadual de Antônio Britto, visto que na esfera nacional o presidente abria o país para o capital estrangeiro e na esfera do Rio Grande do Sul organiza as políticas públicas para adequar as transformações doméstica e internacionais (PERUFFO, 2009).

O governo de Olívio Dutra (1999 – 2003) acompanhou a mudança que ocorreu na diplomacia brasileira em nível federal, visto que a inserção internacional do Brasil baseada no neoliberalismo foi substituída na segunda metade do segundo mandato de FHC em função das crises financeiras, cambiais, fiscais e fugas de capitais (VIZENTINI, 2005). Assim, a posição da chancelaria brasileira foi a adoção de um tom mais combativo em relação aos países desenvolvidos, sobretudo, como forma de crítica à globalização assimétrica e excludente. A crise enfrentada a nível nacional refletiu na economia gaúcha que teve uma reversão dos saldos positivos em sua balança comercial, que, para o governo Dutra, era fruto do aprofundamento da agenda voltada para o “modelo neoliberal e à globalização subordinada” (PERUFFO, 2009, 53).

Apesar desses fatores, “a promoção econômica manteve-se preponderante – não mais a atração de investimentos produtivos estrangeiros, mas a inserção das empresas gaúchas na economia globalizadas (SALOMÓN, NUNES, 2007, p. 123). Para tanto,

[...] duas alterações principais são percebidas com relação à gestão anterior. Em primeiro lugar, passe-se a privilegiar a inserção das empresas gaúchas na economia internacional em detrimento da atração de investimentos estrangeiros, a qual passou a atuar no sentido de preencher as lacunas da matriz produtiva existente. Paralelamente, ao contrário da política até então adotada, de privilégios aos grandes empreendimentos, via incentivo de natureza fiscal e financeira, opta-se por um modelo de desenvolvimento calcado no incentivo ao pequeno e médio empreendedor (PERUFFO, 2009, p. 53 e 54).

Dessa forma, a organização política do estado sul-rio-grandense foi de desenho do Estado logístico de Cervo (2003), visto que, ainda com a nova conjuntura internacional, houve o fortalecimento das empresas gaúchas, principalmente, ao assumir o papel de promover apoio financeiro e logístico ao setor econômico que estava sendo fortemente afetado pelas crises econômicas vivenciadas no país. Em verdade, de acordo com Ferreira (2015), a paradiplomacia do governo Dutra foi um precedente para o governo federal de Luís Inácio Lula da Silva, visto que buscou maior autonomia em relação às decisões, especialmente, as externas e a redução da vulnerabilidade.

O governo de Germano Rigotto (2003 – 2007) foi caracterizado pela priorização das pautas econômicas, especialmente, visando a atração de investimentos estrangeiros (SALOMÓN, NUNES, 2007). Desse modo, de acordo com Jardim (2021, p. 54), o foco principal do governo Rigotto foi na “intensificação das exportações do estado, de modo que o âmbito comercial foi priorizado em todas as tratativas com governos e organismos estrangeiros”. Nesse sentido

Com a alegação de endividamento, foram aplicadas diversas medidas para a redução das despesas e, com isso, departamentos da SEDAI foram extintos e as suas frentes de atuação restringiram-se, novamente, a pautas econômicas, conforme demonstravam a maioria dos programas propostos pelo órgão. Assim, a Secretaria passa a ter poucas preocupações com a manutenção do nível de projeção que o Rio Grande do Sul havia atingido no cenário internacional. A própria definição do governo estadual, para as funções da Secretaria, demonstrava como era secundária a representação do estado no exterior (FERREIRA, 2015, p. 75 e 76).

Assim, as estratégias implementadas na SEDAI pelo governo Rigotto possuíam como base as atividades econômicas, sobretudo, as comerciais, colocando o comércio internacional como um aliado fundamental para o desenvolvimento do estado (RAMOS, 2014). Destarte, a maior parte dos acordos assinados de cooperação internacional neste período tinha relação com questões comerciais, demonstrando a ênfase do comércio exterior de seu mandato.

O governo seguinte de Yeda Crusius (2007 – 2011) manteve o comércio exterior como pauta central da agenda das políticas subnacionais do estado. Segundo Jardim (2021, p. 54), “as missões ao exterior não foram foco do governo, que priorizou a participação em feiras de negócios em detrimento de eventos com caráter mais político e cerimonial”, demonstrando o tom comercial das estratégias implementadas via SEDAI. Outro ponto importante que Ferreira (2015) destaca é que a Secretaria passou três vezes por troca de secretários ao longo do mandato de Crusius, sendo que todos possuíam afinidades com o setor empresarial. Para tanto,

A promoção comercial e a atração de investimentos estrangeiros para o estado continuaram sendo as principais frentes de atuação da Secretaria. Ainda que houvesse preocupações com assuntos internacionais não econômicos, as ações do governo estiveram sempre muito mais próximas de objetivos econômicos do que dos demais temas (FERREIRA, 2015, p. 86 e 87).

Desse modo, as ações subnacionais do estado promovidas tanto pela SEDAI quanto por outras Secretarias tinham por intuito benefícios no campo econômico e comercial, de modo que cooperações a nível político e cultural não receberam tanta relevância dentro da agenda estadual.

Por fim, o governo de Tarso Genro (2011 – 2015) representou uma alteração em relação à condução das ações externas dos últimos governos do Rio Grande do Sul. Esta mudança inicia desde sua campanha eleitoral, uma vez que seu slogan era “Rio Grande do Sul, do Brasil e do Mundo” (RIO GRANDE DO SUL, 2010, p.1). Neste sentido,

A paradiplomacia proposta pela gestão amparava-se em três eixos principais: as relações econômicas, as relações político-institucionais e as relações culturais. No eixo econômico, os objetivos principais eram a ampliação das exportações dos produtos gaúchos, a diversificação das parcerias comerciais do estado e a atração de investimentos. No eixo político-institucional, o governo buscou estabelecer cooperações técnicas com atores internacionais para compartilhamento de experiências na formulação e implementação de políticas públicas. [...] Por fim, no eixo cultural, a gestão objetivou utilizar as relações internacionais como um instrumento de integração dos povos, buscando desenvolver ações culturais como forma de estabelecer laços de afinidade com seus parceiros internacionais (JARDIM, 2021, p. 55 e 56).

Nesta linha, assim que Tarso Genro tomou posse como governador do Rio Grande do Sul, em 2011, extinguiu a SEDAI. Todavia, ao contrário de seus antecessores no cargo, não criou outra pasta dedicada às atividades paradiplomáticas do estado, mas sim criou por meio da Lei nº 13.601 de 1 de janeiro de 2011 a Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais (ACRI), vinculada diretamente ao Gabinete do governador. A estrutura da ACRI, permitia o desenvolvimento de atividades de forma transversal, de tal forma que todas as Secretarias do governo pudessem executar atividades a nível subnacional (JARDIM, 2021).

Segundo Ferreira (2015), a diferença entre a SEAI criada por Pedro Simon, em 1987, e a ACRI criada por Tarso Genro, em 2011, é que o intuito da primeira, respectivamente, era de centralizar as ações exteriores enquanto a segunda era de estabelecer uma coordenação de agenda do estado para o internacional nas diferentes Secretarias. Isso, por sua vez, evitou a sobreposição e conflito entre os órgãos estaduais, visto que houve uma substituição do poder de decisão em relação às políticas subnacionais a serem executadas (ou não) por todas as pastas

para o assessoramento e coordenação das atividades. Com isso, todas as pastas ganharam mais autonomia para executar políticas a nível internacional, de modo que os órgãos possuíam margem e protagonismo para exercerem ações e atividades subnacionais em diferentes temáticas.

Quadro Resumo 01: As principais ações dos governos gaúchos no âmbito da política subnacional

GOVERNO	PRINCIPAIS AÇÕES
Antônio Britto (1995-1999)	Extinção da SEAI e criação da SEDAI
Olívio Dutra (1999-2003)	Busca pela inserção das empresas gaúchas no SI
Germano Rigotto (2003 – 2007)	Extinção de departamentos da SEDAI e foco nas exportações gaúchas
Yeda Crusius (2007 – 2011)	Foco na promoção do comércio e atração de investimentos
Tarso Genro (2011 – 2015)	Extinção da SEDAI e criação da ACRI

Fonte: Elaborado pela autora.

Em suma, o Rio Grande do Sul de 1995 a 2015 transitou entre uma paradiplomacia voltada para o setor econômico e para a esfera social, variando de acordo com o contexto internacional, regional e local, bem como de acordo com o governo federal. Desse modo, a internacionalização do estado e o fortalecimento de políticas subnacionais seguiram o ritmo traçado pelas agendas dos governos em questão. Ou seja, a diplomacia cultural empreendida, que será discutida na próxima seção, foi condicionada por diferentes variáveis que se conectam tanto com elementos conjunturais quanto político-ideológicos. Destarte, é notório o envolvimento do estado em assuntos internacionais, visto o interesse e preocupação com o relacionamento com outros atores, especialmente, com os vizinhos fronteiriços.

5 DIPLOMACIA CULTURAL DE ANTÔNIO BRITTO A TARSO GENRO

A diplomacia exercida por um ator no contexto de relações bilaterais e multilaterais é considerada uma política pública em virtude de suas características. A lógica é que a política externa é uma política que vincula os âmbitos internos, externos e internacionais (SANCHEZ *et al*, 2006). Por isso, a diplomacia cultural assim como a política externa tradicional é considerada uma política pública que preconiza as identidades culturais, os valores e as manifestações artísticas. Dessa forma, as ações externas realizadas por um ator subnacional voltadas para o fomento, a difusão e a cooperação cultural são compreendidas como atividades da política pública subnacional. Sob essa premissa que as discussões apresentadas por esta seção se baseiam.

Ainda sobre a definição do que é a diplomacia cultural, pode-se compreender a partir da noção de que

[...] la diplomacia es el actor, y la cultura el instrumento. Y no al revés, como a veces se ha discutido. Esta concepción nos permite diferenciar la diplomacia cultural de la promoción económica e industrial, y de la promoción cultural. Ciertamente que luego todas las acciones podrán estar relacionadas, pero partimos de esa premisa: la cultura puesta al servicio de la diplomacia (REYES, 2018, p. 36).

Dessa forma, a diplomacia é motor político que possibilita a execução de ações e a cultura é o elemento a ser impulsionado a partir das atividades. Ou seja, as esferas sociais estão interligadas entre si, de modo que permite a utilização de dado mecanismo, como a política externa, com diferentes finalidades, apesar de que os resultados gerados vão proporcionar benefícios não somente para uma área, mas para várias.

Em termos práticos, a atuação da diplomacia cultural se dá por meio de atividades que abrangem diferentes frentes, haja visto a pluralidade da cultura em nossas sociedades. De um modo geral,

Las actividades propias de diplomacia cultural son: a) organización y realización de eventos culturales y educativos a través de exposiciones, ferias y pabellones en donde se promueven las expresiones culturales y artísticas de los países - como la arquitectura, pintura, danza, gastronomía, etc. -; c) sostener encuentros y reuniones periódicas con los funcionarios, académicos y en menor medida con la sociedad civil de los países receptores con el fin de mantener relaciones bilaterales o multilaterales en materia cultural y educativa; d) otorgamiento de becas educativas; f) otorgamiento de recursos materiales y financieros [...]; g) coordinar las actividades internacionales de las misiones diplomáticas en materia cultural y educativa, así como las de otras entidades gubernamentales trabajando de manera conjunta; h) administrar los recursos otorgados por el Estado para desempeño de las funciones en materia de diplomacia cultural e educativa; i) servir de enlace en la construcción de un mayor acercamiento entre los países (país receptor y país emisor) (BARBA, 2018, p. 6).

Sob essa perspectiva, esta seção apresenta os dados coletados a respeito das atividades da diplomacia cultural do Rio Grande do Sul para ou em parceria com a Argentina e Uruguai que colaboraram para a integração dessas unidades políticas e, principalmente, das populações. Assim, a compreensão é que essas políticas públicas empregadas pelos objetos desta pesquisa, objetivam reforçar os laços culturais, consolidar as identidades e fomentar pontos de encontros entre artistas e instituições (RUIZ, 2012).

Como modelo teórico-conceitual para observação do envolvimento do Rio Grande do Sul na diplomacia cultural, utilizou a Análise de Política Externa (APE) que usa indicadores de visitas de representantes do governo, execução de projetos e acordos, bem como legislações estaduais que versam sobre as temáticas. Ainda que o estado gaúcho seja uma unidade federativa vinculado ao Estado brasileiro, este é dotado de capacidade políticas, administrativas, econômicas e culturais que permitem a criação e execução de agenda voltada para a diplomacia cultural. Desse modo, os dados desta seção referem-se a ações, projetos, iniciativas e legislações realizadas pelo Rio Grande do Sul de forma individual ou em parceria com outro ator, dentro do recorte temporal de 1 de janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 2015.

Para efeitos metodológicos, cabe destacar que a fonte dos dados dessa seção são: o Portal do Governo do Rio Grande do Sul cujo é alimentado com notícias, documentos e agendas do estado e pesquisa de campo realizada ao Acervo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) vinculado à Secretaria da Cultura. Em relação a primeira fonte de dados, respectivamente, esta pública com finalidades de transparência os eventos, projetos, programas, agendas, notícias e documentos a respeito do estado e de suas respectivas secretarias. Assim, após extrair as informações, realizou uma qualificação dos dados para, posteriormente, serem interpretados. Quanto à pesquisa de campo ao AHRS, realizou a consulta dos documentos que versam sobre a diplomacia cultural dentro do recorte temporal desta pesquisa, sendo separados pelos servidores da própria instituição estadual. Por fim, cabe destacar que para fins de aproveitamento prático, utilizou apenas os dados de ações que foram realizadas, desconsiderando todas aquelas que ainda tratam de intenções de governo ou estavam em instâncias anteriores à execução, uma vez que o intuito é a discussão de atividades propriamente empreendidas.

5.1 INTERCÂMBIO DE PESSOAS

A diplomacia cultural atua por meio de diferentes ferramentas, conforme abordado nas seções anteriores. Dentre elas, conforme afirma Ribeiro (2011), está o incentivo ao intercâmbio de pessoas cujo abrange vínculos com redes de governos locais, centros acadêmicos e escolas, órgãos, fundações e entidades de um modo geral. Para colocar em prática essa estratégia, os governos contam com formas diferentes, visto que, muitas vezes, as políticas públicas são implementadas visando objetivos em áreas distintas. Nesta pesquisa em específico, concentrou-se nas iniciativas e/ou projetos desenvolvidos tanto pelo Rio Grande do Sul quanto pela Argentina e/ou Uruguai no que diz respeito à promoção de projetos de intercâmbio cultural, estudantil, pedagógico ou profissional, de fomento ao turismo ao estado e a cultura gaúcha. Cabe destacar que no âmbito do estado gaúcho apenas considerou as ações promovidas e/ou patrocinadas pela unidade federativa, de modo a não ater em outras atividades realizadas por outras entidades, por exemplo, as do Ministério das Relações Exteriores (MRE) executadas no estado, visto que se trata de outra agenda política.

A forma de compreensão das iniciativas e/ou projetos para a área do intercâmbio de pessoas se deu por meio da seguinte metodologia: primeiro, realizou-se a pesquisa e busca das ações nas fontes disponíveis; segundo, examinou o conteúdo da iniciativa e/ou projeto; e, por fim, classificou seguindo o código de ano, ator(es) promotor(es), ator(es) alvo(s) e objetivo da atividade. Cabe destacar que todos os dados analisados se referem ao recorte temporal de 1 de janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 2015. Para efeitos de compreensão, organizou o quadro abaixo com o detalhamento das iniciativas e/ou projetos conforme os métodos empregados.

Quadro 01: Iniciativas/projetos da diplomacia cultural no âmbito do intercâmbio de pessoas

ANO	NOME DA INICIATIVA E/OU PROJETO	ATOR(ES) PROMOTOR(ES)	ATOR(ES) ALVO(S)	OBJETIVO
2002	Projeto de Intercâmbio Pedagógico-cultural Brasil-Uruguai/Uruguai-Brasil	Rio Grande do Sul/ Uruguai	Uruguai/ Rio Grande do Sul	Integração cultural de estudantes de ambos os países
2002	Convênio de cooperação entre UERGS e UdelaR	Rio Grande do Sul	Uruguai	Cooperação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão
2003	Workshop sobre potencial turístico do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Uruguai	Atrair e expor aos uruguaios a cultura e as possibilidades de turismo do estado
2003	Curso binacional de Gestão em Turismo	Rio Grande do Sul	Uruguai	Fomentar a diplomação binacional de alunos

2003	Curso binacional de Gestão em Agropecuária	Uruguai	Rio Grande do Sul	Fomentar a diplomação binacional de alunos
2005	Programa Camiño Del Gaucho no Brasil	Rio Grande do Sul	Argentina e Uruguai	Valorização da cultura gaúcha
2006	Projeto de Intercâmbio Pedagógico-cultural Brasil-Uruguai/Uruguai-Brasil	Rio Grande do Sul/ Uruguai	Uruguai/ Rio Grande do Sul	Integração cultural de estudantes de ambos os países
2008	Projeto de Intercâmbio Pedagógico-cultural Brasil-Uruguai/Uruguai-Brasil	Rio Grande do Sul/ Uruguai	Uruguai/ Rio Grande do Sul	Integração cultural de estudantes de ambos os países
2011	Projeto de Intercâmbio Pedagógico-cultural Brasil-Uruguai/Uruguai-Brasil	Rio Grande do Sul/ Uruguai	Uruguai/ Rio Grande do Sul	Integração cultural de estudantes de ambos os países
2012	Fiexpo Latinoamérica 2012	Rio Grande do Sul	Maldonado (Uruguai)	Intercâmbio de informações sobre atrativos e recursos turísticos
2013	Calendário da Integração Cultural Brasil-Uruguai	Rio Grande do Sul	Uruguai	Valorizar as ações culturais para promoção da integração

Fonte: Elaborado pela autora.

A fonte dos dados do quadro 01 é exclusivamente do Portal do Estado do Rio Grande do Sul que publica periodicamente os eventos, agendas e acontecimentos relativos ao estado e as respectivas Secretarias. Na pesquisa de campo realizada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) não foi encontrado nenhum material a respeito do fomento ao intercâmbio de pessoas no eixo geográfico desta pesquisa. A partir dos dados coletados e apresentados no quadro 01, pode-se realizar algumas considerações. Em primeiro lugar, para efeitos quantitativos, dentro do recorte temporal desta pesquisa encontrou-se onze iniciativas e/ou projetos para o eixo de intercâmbio de pessoas. Estas ações abrangem o intercâmbio de estudantes do ensino público do Rio Grande do Sul e Uruguai; cooperação entre instituições de ensino superior; e divulgação da cultura gaúcha e/ou pampeana para fins turísticos.

O Projeto de Intercâmbio Pedagógico-cultural Brasil-Uruguai/Uruguai-Brasil foi realizado em 2002, 2006, 2008 e 2011 e trata de uma atividade binacional que ocorre desde 1987. O Projeto envolve duas edições: em um ano os alunos uruguaios que vão à Porto Alegre sendo recebidos por famílias gaúchas e no ano seguinte, os alunos sul-rio-grandenses vão à capital uruguaia, Montevideú. Esta iniciativa busca promover o conhecimento da cultura do outro país, bem como realizar “atividades durante todo o dia na escola, com oficinas culturais e aulas curriculares” (RS, 2011, s.p.). De acordo com Dalmolin *et al* (2013, p. 443), o

intercâmbio de estudantes “é uma oportunidade de conhecer novas culturas, sistemas políticos e organizações sociais, aprender, aprimorar e/ou conhecer as variantes linguísticas de um novo idioma”. Desse modo, a experiência dos alunos tanto gaúchos quanto uruguaios com o intercâmbio promove uma relação de valorização da interdependência da região, conhecimento e respeito da cultura pampeana (PÉRICO, GONÇALVES, 2018).

Outro eixo que se destaca dentro das iniciativas e/ou projetos executados é a promoção do turismo, haja visto que dentre as onze ações, cinco foram relacionadas ao fomento de atividades turísticas para o estado que, conseqüentemente, envolve a diplomacia cultural, já que aumenta o fluxo de pessoas de fora na região gaúcha. Essas atividades com a finalidade de atração de pessoas e intercâmbios culturais visam os resultados econômicos e comerciais, mas também socioculturais, visto que

O turista, como qualquer outra pessoa, exerce a ambivalente e concomitante função de agente aculturador e de elemento suscetível de sensibilização por culturas outras que a sua própria. Assim, pelo próprio desejo ou pela necessidade de participar de ambientes e sociedades diferentes dos que lhes são próprios, ele se dispõe a interferir e a integrar-se, em um processo cultural, como elemento ativo e passivo de influência (ANDRADE, 1997, p. 95).

Dessa maneira, o turismo assim como o intercâmbio estudantil é uma ferramenta da diplomacia cultural que permite a aproximação, criação de vínculos entre sociedades e identidade cultural, não podendo apenas considerar seu papel econômico e comercial. Parafraseando Ribeiro (2011), o emprego desta estratégia possibilita a inserção externa do país, neste caso, do estado do Rio Grande do Sul, bem como atua positivamente para consolidar a identidade cultural em outras sociedades. Neste sentido, o fomento às atividades turísticas viabilizam o intercâmbio de pessoas, aproximação de populações e, sobretudo, promovem a integração cultural. No caso do Rio Grande do Sul, o investimento na divulgação das atrações turísticas busca, principalmente, demonstrar os potenciais estado, haja visto que, em muitos casos, o destino dos argentinos e uruguaios é para outras regiões do Brasil.

Por fim, há que mencionar a criação de parcerias entre instituições de ensino de nível superior do estado com outros países, como o Uruguai, bem como a criação de cursos binacionais. Essas iniciativas partem da compreensão

[...] de que a integração regional não deveria estar restrita ao plano econômico, mas também deveria contemplar ações nas áreas culturais, educativas e sociais. Quanto à educação, em específico, o pensamento que permeou tais iniciativas estava vinculado à qualificação da mão de obra como forma de garantir a inserção competitiva do bloco (AMORIM, 2021, p. 182).

Dessa forma, é possível traçar um paralelismo entre a implementação dessas ações com a mudança do regionalismo aberto para o regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico discutido por Briceño (2018), bem como a mudança do paradigma normal para o paradigma do Estado logístico de Cerro (2003). Isto se deve ao fato da consideração de novas esferas para o desenvolvimento econômico e, sobretudo, para a integração regional, de modo que as atividades a nível subnacional acompanharam as do âmbito nacional. Desse modo, o estado gaúcho buscou conduzir as políticas públicas na mesma direção que as ações estatais, haja visto que foi durante este recorte temporal que o governo brasileiro criou instituições de ensino técnico e superior em regiões de fronteira, cursos binacionais e reservas de vagas para estudantes estrangeiros em instituições públicas.

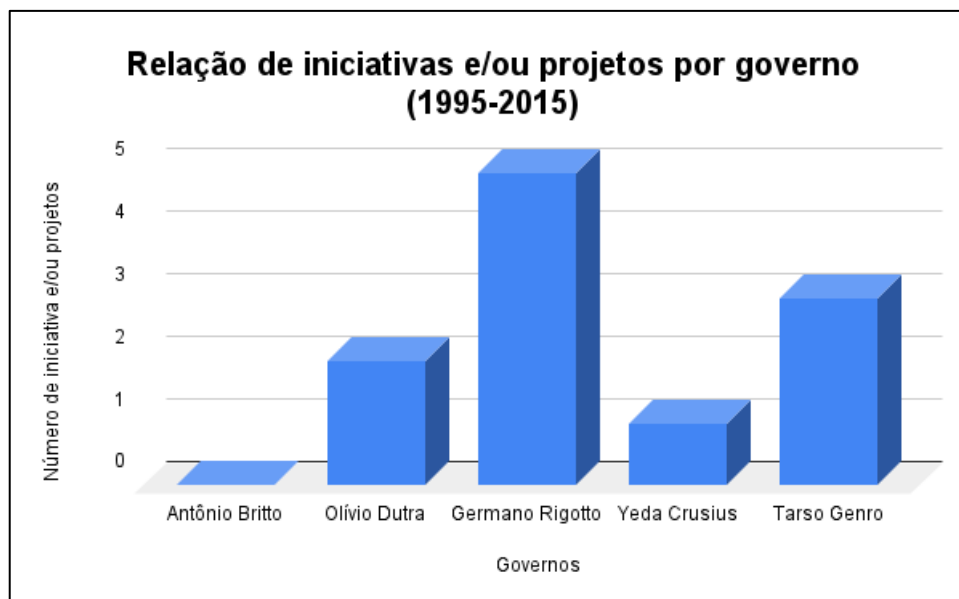
No caso do convênio firmado, em 2002, entre a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e a Universidad de la Republica (UdelaR) foi o primeiro convênio firmado do estado gaúcho com uma instituição de ensino superior, visando cooperação em matéria de pesquisa, ensino e extensão. O significado desse convênio pode ser ilustrado pelas próprias palavras do reitor da UERGS, Jose Clovis de Azevedo, proferidas no ato da assinatura do convênio

Nós não acreditamos que o Mercosul possa ser feito apenas via relações financeiras. Esse convênio tem o significado de abrir espaço para o intercâmbio cultural de povos com grande identidade, mas que até hoje não tiveram oportunidade de troca real de suas experiências culturais e identificação dessas identidades. Estamos neste momento, com a Universidad de La Republica, dando um passo importante no sentido da construção da verdadeira integração da América do Sul (RS, 2002, s.p.).

A parceria entre ambas as instituições e criação de cursos binacionais, como exemplificado no quadro 01, em 2003, contribui para o intercâmbio e formação de pessoas em nível binacional, bem como para a integração entre as sociedades em outras esferas, neste caso, educacional e cultural. Cabe destacar que essas iniciativas e/ou projetos podem ter gerado mais ações para intercâmbio de pessoas, sendo apenas o marco inicial das atividades para a diplomacia cultural para essa área.

Por fim, a partir dos dados do quadro 01, elaborou-se o gráfico abaixo que ilustra a relação existente entre as iniciativas e/ou projetos para fomento do intercâmbio de pessoas por governo, considerando o recorte temporal desta pesquisa.

Gráfico 01: Relação de iniciativas e/ou projetos por governo (1995-2015)



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desse gráfico é possível constatar que o governo de Germano Rigotto foi o que mais executou iniciativas e/ou projetos para a área de intercâmbio de pessoas, sendo seguido, respectivamente de Tarso Genro, Olívio Dutra, Yeda Crusius e Antônio Britto. Cabe destacar que as políticas públicas, de um modo geral, são aprovadas em uma data, mas os trâmites da proposta, como a liberalização de recursos, ocorrem em outro, de modo que, para esta pesquisa, apenas considerou a data de execução da iniciativa e/ou projeto. Assim, em alguns casos, a execução das atividades em um mandato de governo foi fruto da gestão anterior. Para tal, ainda que seja relevante a ilustração do envolvimento de cada governo para a área, os efeitos práticos e analíticos são reduzidos. Dessa forma, a importância do gráfico 01 é a observação da continuidade de execução das atividades para a temática mesmo com a troca de gestão, como o caso do projeto de Intercâmbio Pedagógico-cultural Brasil-Uruguai/Uruguai-Brasil que passou por 4 edições ao longo do recorte temporal desta pesquisa e com 4 governadores diferentes.

5.2 ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA

O ensino da língua é um dos elementos fundamentais para a promoção da diplomacia cultural, visto que o fortalecimento da aproximação dos povos se dá por meio da comunicação e interação social. A prática de difusão de um idioma em outro território remonta a França no início do século XX. Foi por meio da criação do Ministério dos Negócios Estrangeiro com a divisão da língua e cultura francesa no exterior, em 1910, que a prática começou a ser executada. O governo francês adotou a criação de uma rede de ensino formada por liceus e instituições culturais em diversos países do globo, intensificando, principalmente, nos territórios em

processo de colonização. Por conseguinte, o ensino da língua francesa recebeu prestígio internacionalmente, de modo que “a francofonia chegou a ser considerada condição essencial ao bom êxito de outras formas de ação cultural e técnica junto a estrangeiros” (RIBEIRO, 2011, p. 72). Para além do âmbito político, social e cultural, a língua francesa recebeu, no passado, e ainda recebe, na atualidade, retornos na esfera econômica, haja visto as receitas dos produtos editoriais.

Trazendo a discussão para o eixo geográfico desta pesquisa, identifica-se os primeiros indícios de fomento da língua espanhola e portuguesa no âmbito do Mercosul ainda antes do Tratado entrar em vigor. Isto porque, em 1994, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, acordo que deu ao Mercosul sua personalidade jurídica, foi designado que os idiomas oficiais do bloco são o espanhol e português e que a versão oficial dos documentos dos encontros e/ou reuniões do bloco deve ser no idioma do país sede do evento (BRASIL, 1994). Na linha ministerial, houve outra iniciativa que ocorreu em 13 de dezembro de 1991 entre os Ministros de Educação dos países-membros que resultou na assinatura do Protocolo de Intenções que demonstrou “o interesse em divulgar o aprendizado das línguas oficiais do MERCOSUL - espanhol e português - por meio dos Sistemas Educacionais; formal, não formal e informal”²³ (ARGENTINA, 1991, p. 2, tradução nossa). Para Weber (2016), esse documento abriu um precedente no eixo educacional destes países, principalmente, por permitir a difusão do ensino de língua entre os membros do bloco que, conseqüentemente, endossa a integração entre os povos.

As oportunidades para o eixo linguístico geradas por esse documento podem ser visualizadas entre os países-membros do Mercosul. Os atores criaram legislações e regulamentaram as diretrizes educacionais de ensino de língua estrangeira, no caso do Brasil, o espanhol, no caso da Argentina e Uruguai, o português. Essas estruturas criadas para atender a demanda de aprendizagem de outro idioma que, neste caso, corrobora as ações externas para a integração regional, podem ser compreendidas também como estratégias da diplomacia cultural. Neste sentido, de acordo com Santos (2019, p. 25), a Argentina promulgou a lei n° 25.468 de 17 de dezembro de 2008 que “estabelece que o português deve ter oferta obrigatória em todas as escolas argentinas de nível secundário e, a partir do nível primário, nas instituições de províncias fronteiriças com o Brasil”. Já no Uruguai, foi criada a lei n° 18.437 de 12 de dezembro de 2008 que parte da premissa de que

²³ “El interés de difundir el aprendizaje de los idiomas oficiales del MERCOSUR - español y portugues - a través de los Sistemas Educativos; formales, no formales e informales” (ARGENTINA, 1991, p. 2).

La educación lingüística tendrá como propósito el desarrollo de las competencias comunicativas de las personas, el dominio de la lengua escrita, el respeto de las variedades lingüísticas, la reflexión sobre la lengua, la consideración de las diferentes lenguas maternas existentes en el país (URUGUAY, 2008, art. 40, inc. 5, p. 10).

Para Teixeira (2016), o ensino da língua portuguesa no Uruguai é justificado por razões políticas e econômicas regionais, bem como por outras questões etnolinguísticas do país. Além dos vizinhos platinos, o Brasil promulgou a lei de nº 11.161 de 5 de agosto de 2005 sobre a disposição do ensino da língua espanhola nas escolas. Cabe ressaltar que as três legislações apresentadas possuem validade para a esfera nacional de seus respectivos territórios. Entretanto, atualmente, a efetividade dessas leis é considerada baixa, haja visto os próprios desafios e dificuldades do avanço do Mercosul em relação a integração regional (SANTOS, 2019). Por isso, é importante adentrar nas esferas subnacionais para verificar de fato a ocorrência dessas estratégias linguísticas, neste caso, no Rio Grande do Sul.

Em cumprimento a lei de nº 11.161 de 5 de agosto de 2005, em 2009, foi criado o Referencial Curricular do Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de estabelecer as diretrizes escolares para cada série em relação ao ensino da língua espanhola. Este documento é fundamental para a educação pública no estado, visto que se organiza e determina as competências e estratégias de cada componente curricular. Em relação ao ensino do idioma espanhol, de acordo com Citolin (2013, p. 160), o Referencial Curricular traz uma nova noção com o emprego da "acepção de língua adicional no lugar de língua estrangeira". A justificativa para tal, conforme o documento, é de que “essa língua adicional não é a segunda, pois outras línguas estão presentes”, de modo que “constituem patrimônios relevantes para a formação do cidadão a ponto de nos ocuparmos do seu cultivo na educação nacional, entendemos que, de alguma maneira, essas línguas fazem parte dos recursos necessários para a cidadania contemporânea. (RS, 2009, p. 127 e 128). Assim, a posição do estado sul-rio-grande em termos linguísticos e educacionais foi positivo a integração regional, uma vez que a palavra estrangeiro (ou língua estrangeira) que significa “o que é de fora, estranho” foi substituído pelo termo adicional que expressa “aquilo que é suplementar ou complementar a algo” (REZENDE, 2013, p. 363). Dessa forma, há a compreensão de que a língua espanhola é parte da vida social não somente dos estudantes gaúchos, mas da sociedade de um modo geral.

A parte do documento que versa sobre o ensino da língua adicional vai da página 125 até a 172, expondo os conteúdos programáticos, competências, habilidades e formas de avaliação a serem adotados pelos professores desde o 5º ano do ensino fundamental até o 3º ano

do ensino médio da rede de escolas públicas do estado gaúcho. O Referencial Curricular parte do princípio de que

[...] a aprendizagem de línguas é um direito de todo o cidadão, entendendo que, através de oportunidades para envolverem-se com textos relevantes em outras línguas, os educandos poderão compreender melhor a sua própria realidade e aprender a transitar com desenvoltura, flexibilidade e autonomia no mundo em que vivem e, assim, serem indivíduos cada vez mais atuantes na sociedade contemporânea, caracterizada pela diversidade e complexidade cultural (RS, 2009, p. 127).

Dessa forma, há a compreensão da Secretaria do Estado da Educação de que o ensino da língua adicional, como citado pelo próprio documento, é um dever da esfera pública, haja visto os retornos positivos para os indivíduos não somente na esfera acadêmica, mas também profissional. Cabe destacar ainda que este documento trata de uma adequação da lei nº 11.162 de 5 de agosto que prevê obrigatoriedade na oferta do componente curricular de língua espanhola nas escolas brasileiras, sendo facultativo ao aluno cursar ou não. Desse modo, até 2009 as bases curriculares sobre códigos de linguagens estavam à cargo dos municípios, ou seja, não havia diretrizes do estado gaúcho no que tange ao ensino da língua espanhola.

No que diz respeito às iniciativas e/ou projetos adotados para o ensino da língua espanhola no âmbito do estado do Rio Grande do Sul identifica-se a execução de algumas atividades. Estas, diferentemente das ações da seção anterior, não necessitam de serem catalogadas em um quadro, visto que versam sobre o meio eixo temático. Em 2005, foi realizado o Concurso da Secretaria de Educação juntamente com a Embaixada da Espanha no Brasil. Os alunos da rede pública estadual do 1º ano ao 5º ano realizaram um desenho, os do 6º ano ao 9º ano uma poesia e os alunos do ensino médio um ensaio, sendo os dois últimos, respectivamente, escritos no idioma espanhol (RS, 2005).

Em 23 de junho de 2006, a Secretaria do Estado da Educação do Rio Grande do Sul e o Ministério de Educação e Cultura do Reino da Espanha por meio da Embaixada da Espanha no Brasil assinaram uma parceria em matéria de promoção do ensino da língua espanhola. Essa parceria possibilitou a execução de iniciativas e projetos voltados para “a realização, gratuita, de cursos de atualização e aperfeiçoamento de professores de Língua Espanhola da rede pública estadual” (RS, 2006, s.p.). Desse modo, ao longo do recorte temporal desta pesquisa foram realizadas cerca de 7 capacitações de professores de Língua Espanhola junto a Embaixada da Espanha. Apesar do objetivo ser a difusão da língua espanhola no estado gaúcho, esta parceria ficou restrita a capacitação de professores da rede pública de ensino e não se estendeu aos estudantes.

Durante a visita e consulta ao AHRIS, não foi identificado nenhuma atividade voltada para o ensino da língua tanto espanhola quanto portuguesa. Assim, as informações coletadas nesta seção fazem parte das publicações do próprio site do Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ademais, não identificou nenhuma iniciativa e/ou projeto da Argentina e Uruguai para o ensino do idioma castelhano no estado sul-rio-grandense, apenas as atividades desenvolvidas por meio da Embaixada da Espanha. Desse modo, verifica-se que a difusão do espanhol no Rio Grande do Sul e do português na Argentina e no Uruguai por meio da diplomacia cultural ainda carece de ações, uma vez que as ações destes atores estão limitadas à esfera das escolas públicas.

5.3 PROMOÇÃO DA ARTE E DOS ARTISTAS

Um dos eixos fundamentais da diplomacia cultural de um país é a promoção da arte e dos artistas. A música, a dança, o teatro, a literatura, as artes plásticas e a arte audiovisual são manifestações artísticas que tocam e sensibilizam os indivíduos, sendo possível por meio delas construir pontes entre uma sociedade e outra. Segundo Ribeiro (2011), um exemplo do impacto proporcionado pela arte e pelos artistas foi a apresentação da Bossa Nova no concerto do Carnegie Hall, em 1962, que gerou simpatia e prestígio ao gênero musical a partir de então. Nesse caso em específico, Ribeiro elenca que o ramo musical poderia ter recebido mais êxito se houvesse o incentivo do Ministério de Relações Exteriores, uma vez que a pasta tem o potencial de facilitar possibilidades, especialmente, de visibilidade e prestígio internacional. Dessa forma, a participação dos órgãos públicos seja na esfera estatal seja subnacional é de suma importância para a expansão das artes e dos artistas, visto que, muitas vezes, esta área carece de incentivos e recursos financeiros para o desenvolvimento e aprimoramento.

A diplomacia cultural para a promoção da arte e dos artistas envolve diferentes elementos e estratégias, haja visto a pluralidade das manifestações artísticas. O *modus operandi* dessa política pública envolve ações culturais que contemplem “entre outras iniciativas, o intercâmbio de artistas, escritores, pesquisadores, grupos artísticos e integrantes de entidades públicas ou privadas ligadas aos diversos setores da cultura” (GETINO, 2005 apud SOARES, 2008, p. 61, tradução nossa)²⁴. Em uma linha temporal, identifica que a história da promoção

²⁴“Las acciones culturales contemplan, entre otras iniciativas, el intercambio de artistas, escritores, investigadores, grupos artísticos e integrantes de entidades públicas o privadas vinculadas a los diferentes sectores de la cultura” (GETINO, 2005 apud SOARES, 2008, p. 61).

da arte e dos artistas de caráter nacional em território estrangeiro esteve relacionada com os serviços culturais da diplomacia oficial, de modo que

Nesse exercício diplomático, desenrola-se também um trabalho de propaganda de modelos artísticos e de promoção de uma crítica de arte que conduz o pensamento e o olhar sobre a arte. O campo da história de exposições de arte, nesse caso, se relaciona com a história das relações internacionais. Trata-se, assim, de valorizar um território de fronteira que aproxima arte e política, a partir de uma história cultural das relações internacionais (KNAUSS, 2008, p. 188).

Essas atividades favorecem as produções artísticas em suas diferentes faces, contribuem para a formação profissional dos artistas e propiciam a aproximação de estrangeiros com a cultura nacional de determinado Estado. Pode-se relacionar que assim como a arma está para o soldado, a cultura está para as relações internacionais. Isto se deve ao fato da diplomacia cultural ter sua gênese marcada por ser “um elemento corretivo de imagem ou, mais drasticamente, como uma arma decisiva na hipótese de um futuro conflito” que, com o passar do tempo, transformou em um “instrumento de preservação da paz e enriquecimento da comunidade internacional” (RIBEIRO, 2011, p. 53). Esse contexto promove não somente a aproximação de uma cultura com a outra, mas, sobretudo, a construção gradual de uma nova imagem que, em muitos casos, é marcada pela distensão e redução de estereótipos e atividades xenóforas.

Os resultados da diplomacia cultural no plano regional podem ser identificados de maneira implícita na esfera econômica, haja visto a dificuldade de mensurar a relação existente entre o incentivo cultural e os dados macroeconômicos. Todavia, nas esferas políticas, sociais e, principalmente, culturais é possível identificar que

Las alianzas con diversos países, especialmente en el ámbito regional [...] han permitido también generar respuestas comunes a los desafíos que la globalización plantea, en particular el referido al resguardo de nuestras identidades a partir del patrimonio y nuestros activos culturales, con la puesta en práctica de nuevos proyectos de apoyo a la creación y la difusión de nuestras artes escénicas, experiencias museográficas, creaciones fílmicas y audiovisuales, entre otras (GARZA, 2009, p.26).

Assim, a promoção de iniciativas, projetos e/ou ações da diplomacia cultural permitem não somente a cooperação entre atores, mas, sobretudo, a preservação da identidade de dada sociedade. Desse modo, a forma de execução dessas ações pode-se dar por meio do envolvimento direto dos artistas, seja os levando para apresentações em outras sociedades seja por meio da cooperação multilateral ou bilateral com outros atores para a promoção da arte em território estrangeiro.

Tratando das atividades que os governos do Rio Grande do Sul realizaram de 1 de janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 2015 em relação à diplomacia cultural com o intuito de promover a integração regional, organizou as iniciativas e/ou projetos em dois quadros para a melhor compreensão. O quadro 02 refere os dados coletados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) por meio da pesquisa de campo realizada.

Quadro 02: Projetos aprovados e executados via Lei de Incentivo à Cultura (LIC) (1995 –2015)

ANO	PROJETO	ATOR(ES) ALVO(S)	OBJETIVO
1997	I Bienal de Artes Visuais do Mercosul	Países do Mercosul	Exposição de obras, apresentações artísticas, cursos para professores, oficinas e seminários voltados para área das artes plásticas
1997	V Festival de Dança do Mercosul – Bento Dança	Países do Mercosul	Intercâmbio cultural da dança gaúcha com os países do Cone Sul
1997	I Santa Maria Cheia de Graça - Salão de Humor do Mercosul	Países do Mercosul	Resgatar a mistura do humor com a arte gráfica
1997	III Rodeio Internacional do Mercosul e II Aldeia a Canção	Países do Mercosul	Promover a integração cultural por meio da dança, canto, usos e costumes
1998	VI Festival de Danças do Mercosul – Bento em Dança	Países do Mercosul	Intercâmbio cultural da dança gaúcha com os países do Cone Sul
1998	II Bienal de Artes Visuais do Mercosul	Países do Mercosul	Exposição de obras, apresentações artísticas, cursos para professores, oficinas e seminários voltados para área das artes plásticas
1998	II Santa Maria Cheia de Graça - Salão de Humor do Mercosul	Países do Mercosul	Resgatar a mistura do humor com a arte gráfica
1999	VII Festival de Dança do Mercosul – Bento em Dança	Países do Mercosul	Intercâmbio cultural da dança gaúcha com os países do Cone Sul
1999	Exposição Mercosul Canela	Países do Mercosul	Realização de shows musicais, debates e palestras com o intuito de promover o RS o polo cultural do Mercosul
2001	III Bienal de Artes Visuais do Mercosul	Países do Mercosul	Exposição de obras, apresentações artísticas, cursos para professores, oficinas e seminários voltados para área das artes plásticas
2002	VI Rodeio Internacional do Mercosul e V Festa Cultural Gaúcha	Países do Mercosul	Promover a integração cultural por meio da dança, canto, usos e costumes e cultivar o folclore e a cultura gaúcha
2003	IV Bienal de Artes Visuais do Mercosul	Países do Mercosul	Exposição de obras, apresentações artísticas, cursos para professores, oficinas e seminários voltados para área das artes plásticas
2005	V Bienal de Artes Visuais do Mercosul	Países do Mercosul	Exposição de obras, apresentações artísticas, cursos para professores, oficinas e seminários voltados para área das artes plásticas
2007	VI Bienal de Artes Visuais do Mercosul	Países do Mercosul	Exposição de obras, apresentações artísticas, cursos para professores,

			oficinas e seminários voltados para área das artes plásticas
2009	VII Bienal de Artes Visuais do Mercosul	Países do Mercosul	Exposição de obras, apresentações artísticas, cursos para professores, oficinas e seminários voltados para área das artes plásticas
2011	VIII Bienal de Artes Visuais do Mercosul	Países do Mercosul	Exposição de obras, apresentações artísticas, cursos para professores, oficinas e seminários voltados para área das artes plásticas
2011	III Santa Maria Cheia de Graça - Salão de Humor do Mercosul	Países do Mercosul	Resgatar a mistura do humor com a arte gráfica
2012	I Simpósio Internacional do Mercosul de Escultores	Países do Mercosul	Enriquecer o patrimônio artístico em pedra basáltica no estado
2012	I Simpósio Internacional de Escultura do Mercosul "Abraço Argentina-Brasil"	Argentina	Promover a arte plástica em escultura em formato binacional
2013	IX Bienal de Artes Visuais do Mercosul	Países do Mercosul	Exposição de obras, apresentações artísticas, cursos para professores, oficinas e seminários voltados para área das artes plásticas
2013	II Simpósio Internacional do Mercosul de Escultores	Países do Mercosul	Enriquecer o patrimônio artístico em pedra basáltica no estado
2014	III Simpósio Internacional do Mercosul de Escultores	Países do Mercosul	Enriquecer o patrimônio artístico em pedra basáltica no estado

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro acima refere-se somente aos projetos aprovados e executados dentro do recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, de modo se desconsiderou todos aqueles que não foram executados motivos diversos, desde questões de adequação da proposta a normativa da LIC até questões orçamentárias da Sedac. Cabe ressaltar também que o ano de referência utilizado na elaboração deste quadro é a data de execução da proposta e não a data de cadastramento da mesma via o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Pró-Cultura) vinculado à Sedac. Isto porque, em alguns casos, a proposta é aprovada, mas não é executada no período previsto. Levando em consideração os dados coletados e apresentados no quadro 02, pode-se realizar algumas considerações.

Em primeiro lugar, em termos quantitativos, foram executadas vinte e duas propostas protocoladas no Pró-Cultura para receber o incentivo previsto na LIC de 1996. Antes de tecer considerações a respeito das propostas, cabe destacar o processo que envolve as propostas após o cadastramento. Os passos são os seguintes: i) primeiro, a proposta passa por análise de analistas do Pró-Cultura com observação dos requisitos necessários, documentação e ajustes²⁵; ii) no segundo passo, a proposta passa pela avaliação do Conselho Estadual de Cultura (CEE)

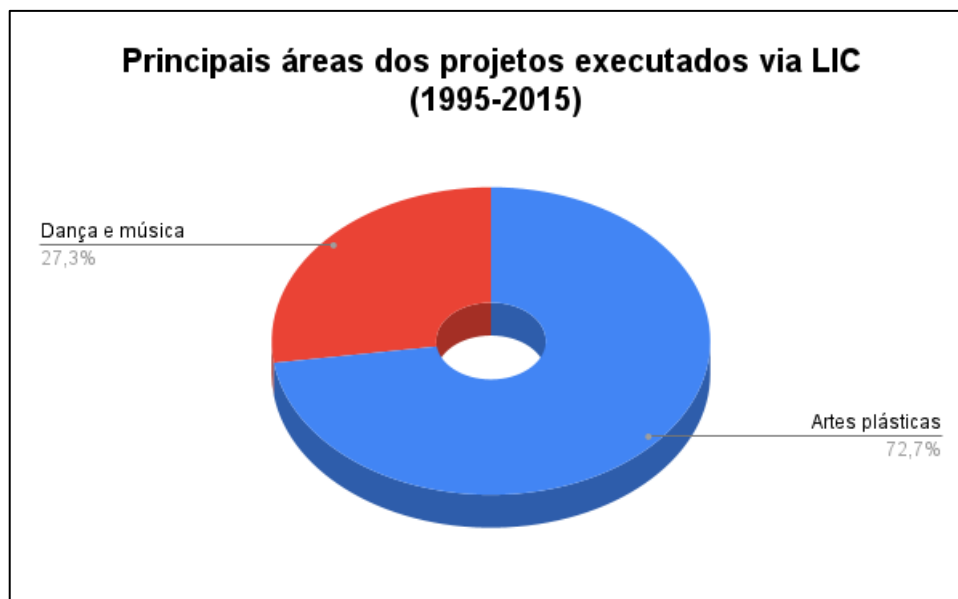
²⁵ Nesta etapa, os proponentes recebem como resposta o deferimento ou indeferimento da proposta, cabendo recurso no caso da última, respectivamente.

que verifica o mérito cultural e o grau de prioridade da mesma, sendo esta fase composta por duas etapas, a avaliação individual e a avaliação coletiva²⁶; iii) o terceiro passo, é realizado somente se a proposta foi considerada recomendada e prioritária, nessa fase o projeto passa para a aprovação da Sedac que autoriza a captação de recurso pelo CEC; iv) na quarta etapa, o produtor cultural responsável pela proposta encaminha para o Pró-Cultural o formulário de Manifestação de Interesse em Patrocinar/Termo de Compromisso – MIP/TC; v) na quinta etapa, a Sedac autoriza o financiamento de acordo com o cumprimento dos requisitos; vi) na sexta etapa, o recurso é liberado ao proponente da proposta que poderá solicitar ao produtor cultural o patrocínio do projeto; vii) somente nessa etapa que ocorre execução da proposta. Assim, cada projeto passa por no mínimo sete etapas até sua execução, podendo variar para mais de acordo com a resposta obtida em cada etapa.

Em segundo lugar, é importante destacar que todos os vinte e dois projetos executados via Sedac por meio da LIC são considerados como promovidos pelo estado do Rio Grande do Sul, ainda que a ideia tenha surgido de uma pessoa física ou jurídica. Neste sentido, esses projetos visando a promoção da arte e dos artistas realizados ao longo do recorte temporal desta pesquisa foram executados por vias subnacionais de incentivo fiscal. Tratando das atividades em si, destaca-se que dos vinte e dois projetos executados, dezesseis foram para a área das artes plásticas que envolvem a pintura, escultura, grafismo, entre outras, e seis foram para a área da dança e música, conforme pode ser observado no gráfico 02.

Gráfico 02: Principais áreas dos projetos executados via LIC (1995-2015)

²⁶Na etapa da avaliação individual, o proponente pode receber as seguintes respostas: diligência (necessidade de ajustes orçamentários ou mais detalhamento), não recomendado ou recomendado, sendo que as duas primeiras opções, respectivamente, cabe recurso. Já na etapa da avaliação coletiva, o proponente pode receber como resposta que a proposta não é prioritária ou prioritária, no caso da primeira opção, respectivamente, a mesma é encaminhada para a Sedac para arquivamento.



Fonte: Elaborado pela autora.

Por sua vez, as outras áreas da arte como o teatro, literatura e arte audiovisual não receberam incentivo fiscal via LIC pela Sedac. Esse fato pode ser relacionado com as ideias discutidas por Ribeiro (2011) que elenca o alto custo operacional dessas áreas, principalmente, pelas questões de logística dos artistas e equipamentos utilizados. Dessa forma, a promoção dessas áreas acabam sendo mais custosas e requerem mais atenção na redação da proposta, em especial, para os quesitos orçamentários.

O terceiro ponto a ser destacado refere-se ao público-alvo das propostas executadas. Das vinte e duas propostas, apenas uma foi destinada para apenas um ator, para a Argentina, sendo que todas as outras visam alcançar os países membros do Mercosul. Uma característica dessas vinte e uma propostas é que em todas o Mercosul foi mencionado no título da proposta cadastrada via Pró-Cultura, demonstrando o interesse em promover as demonstrações artísticas para alcançar esses atores e/ou realçar a cultura compartilhada com estes. Neste sentido, esses projetos buscam, em sua grande maioria, ressaltar a cultura do bloco e, em alguns casos, promover o estado do Rio Grande do Sul como o polo cultural do Mercosul, haja visto sua proximidade, identidade e elementos que o relacionam com os países vizinhos. Nesse sentido, a cultura foi utilizada para execução de projetos com o intuito de “marcar ou reafirmar determinadas presenças” (RIBEIRO, 2011, p. 40), uma vez que foi instrumentada com a finalidade de fortalecer a identidade dessas sociedades, bem como preservar o patrimônio histórico-cultural da região.

Por fim, cabe destacar que todos os projetos executados via LIC tiveram edições posteriores, sendo algumas recebendo novamente incentivo da Sedac e outras não. Os motivos

para o indeferimento das propostas variam desde questões documentais, técnicas e falta de itens até questões relativas ao orçamento e à prioridade da LIC. Apesar disso, muitas propostas em virtude do seu prestígio social utilizaram os meios de comunicação para expor a falta de incentivo, como pode ser observado no Anexo A. Assim, alguns destes projetos, podem ter tido edições que não foram promovidas pelo Rio Grande do Sul devido à falta de incentivo da lei estadual, de modo que foram realizados por iniciativa de patrocinadores e ações de outras origens que não a do estado.

Além dos projetos promovidos pelo Rio Grande do Sul via Lei de Incentivo à Cultura, houve também iniciativas e/ou projetos para a área da promoção da arte e dos artistas de autoria do próprio estado ou em parceria com outro ator. O quadro 03 ilustra estas ações que foram desenvolvidas ao longo do recorte temporal desta pesquisa.

Quadro 03: Iniciativas/projetos da diplomacia cultural no âmbito da promoção da arte e dos artistas

ANO	INICIATIVA E/OU PROJETO	ATOR(ES) PROMOTOR(ES)	ATOR(ES) ALVO(S)	OBJETIVO
2010	12º Fórum Estadual de Museus	Rio Grande do Sul	Argentina e Uruguai	Fomentar a troca de experiências de instituições museológicas
2011	Exposição Colônia do Sacramento: nossa origem	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Promover o conhecimento da cidade uruguaia fundada por portugueses
2011	1ª Mostra de Filmes Contemporâneos Uruguaios	Rio Grande do Sul e Uruguai	Rio Grande do Sul e Uruguai	Exibição de filmes uruguaios em prol da cooperação audiovisual
2011	1º Seminário de Produção e Cooperação Cinematográfica no Mercosul	Rio Grande do Sul e Uruguai	Países do Mercosul	Cooperação em formação e produção cinematográfica
2011	Semana da Cultura Uruguaia	Uruguai	Rio Grande do Sul	Expor a cultura uruguaia no Rio Grande do Sul
2012	Semana da Cultura do Rio Grade do Sul	Rio Grande do Sul	Uruguai	Divulgar a cultura gaúcha no Uruguai
2013	Semana da Cultura Uruguaia	Uruguai	Rio Grande do Sul	Expor a cultura uruguaia no Rio Grande do Sul

Fonte: Elaborado pela autora.

Em termos quantitativos, foram realizadas sete iniciativas e/ou projetos dentro do recorte temporal desta pesquisa, sendo que duas foram em cooperação com o Uruguai buscando alcançar a cooperação bilateral entre esses dois atores. Em relação a estas iniciativas e/ou projetos, nota-se que diferentemente do intercâmbio de pessoas e ensino da língua houve atividades somente a partir de 2010. Ou seja, a partir do último ano de mandato da governadora Yeda Crusius. Esta questão pode ser relacionada com a própria Lei de Incentivo à Cultura, visto

que essa legislação é a principal forma do estado do Rio Grande do Sul promover a diplomacia cultural para outros países. Dessa forma, essas ações sejam individuais sejam em cooperação com outro(s) ator(es) buscaram complementar as atividades desenvolvidas pela Sedac via LIC. Além do Uruguai, as ações do estado tiveram como público-alvo a Argentina e os países do Mercosul como um todo.

Uma questão importante a ser destacada é que essas ações tiveram como eixo temático a produção cinematográfica e audiovisual que, conforme já discutido, é um setor de alto custo quando comparado com outros. Por sua vez, essa cooperação envolveu a cooperação tanto em exibição de filmes uruguaios no Rio Grande do Sul quanto a formação e a produção do setor audiovisual com os países do Mercosul. Além dessas, das sete iniciativas e/ou projetos realizados, três referem-se à Semana Cultural Uruguia e do Rio Grande do Sul, sendo duas edições da primeira, respectivamente, e uma da segunda. Nessas iniciativas e/ou projetos foram realizadas diferentes manifestações artísticas tanto de uruguaios para gaúchos quanto de gaúchos para uruguaios. O intuito dessas atividades era propiciar uma familiaridade e aproximação da cultura do outro por meio de apresentações de artistas. Dessa forma, pode-se concluir que essas iniciativas e/ou projetos visaram, sobretudo, fortalecer os valores e cultura pampeana no plano regional (RIBEIRO, 2011).

5.4 PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E INTELECTUAL

Dentre o rol de atuação da diplomacia cultural de um ator, destaca-se o apoio e cooperação técnica e intelectual. Essa área é caracterizada pelo fortalecimento dos âmbitos educacionais, científicos, tecnológicos e culturais com o objetivo de promover trocas de informações e experiências. A importância do fomento dessa vertente da diplomacia cultural está estritamente relacionada com a formação e difusão do conhecimento. Nesse sentido, o ator público ao apoiar e propor uma cooperação técnica e intelectual com outro facilita e propicia “a confiança de importantes fontes externas de informação para a comunidade internacional” (RIBEIRO, 2011, p. 42). Destarte, a partir dessas parcerias os atores promovem tanto o envolvimento quanto o desenvolvimento da educação, ciência, tecnologia e cultura de modo conjunto, promovendo assim o intercâmbio de ideias, projetos e pessoas.

Quanto a definição das ações voltadas para esse eixo, de acordo com Bica (2021, p.28), pode-se caracterizar a cooperação técnica e intelectual como atividades que “consiste basicamente na troca de informações, produção e análise de conhecimento, atividades para as quais é imprescindível a existência de um ambiente favorável ao entendimento, afinidade,

trocas culturais e comunicação afetiva”. Desse modo, a cooperação nessas áreas é um estágio posterior à construção de relações culturais, sendo, de um modo geral, um fruto da aproximação de atores e sociedades. Assim, a diplomacia cultural não atua somente por meio da difusão de uma cultura em outro território, mas também por meio de instrumentos de cooperação que aproximam e desenvolvem distintas áreas. Por isso,

“não é absurdo pressupor que a comunidade científica internacional tenha maior respeito pela ciência de um país cuja cultura conheça e admire, do que pela ciência de um país cuja cultura desconheça, ou da qual apenas tenha notícias remotas e estereotipadas” (RIBEIRO, 2011, p. 42).

Assim, a cooperação técnica e intelectual de um ou mais atores propicia uma relação baseada em aspectos de credibilidade e prestígio que, conseqüentemente, reforça o ambiente de harmonia e confiança, afastando pré-conceitos e visões negativas de determinada sociedade. Desse modo, a diplomacia cultural atua não somente como um elemento de projeção de valores e identidades, mas também de saberes e informações, criando elos e relações sólidas e de longo prazo.

Trazendo a questão para o objeto desta pesquisa, compreende-se por cooperação técnica e intelectual neste eixo toda aquela ação promovida pelo Rio Grande do Sul ou em parceria com o estado gaúcho para com a Argentina, Uruguai e/ou organismos políticos vinculados a estes dois. Nesta seção, a fonte de dados é o site do Governo do Estado do Rio Grande do Sul que dispõe de todos os projetos e/ou iniciativas firmados pelo estado com outros atores no eixo de cooperação em diferentes matérias. Os dados coletados e apresentados nesta seção, em específico, referem-se somente aqueles voltados para o eixo da educação, ciência, tecnologia e cultura, não sendo considerado outros que abrangem outras áreas, como agricultura, saúde e segurança, visto que estas não são objeto desta pesquisa. O quadro 04 apresenta os dados coletados sobre a cooperação técnica e intelectual do Rio Grande do Sul com outros atores dentro do recorte temporal da presente pesquisa.

Quadro 04: Iniciativas/projetos da diplomacia cultural da cooperação intelectual e técnica

ANO	INICIATIVA E/OU PROJETO	ATOR(ES) PROMOTOR(ES)	ATOR(ES) ALVO(S)	OBJETIVO
2002	Convênio de cooperação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e Universidad de la Republica (UdelaR)	Rio Grande do Sul e Uruguai	Rio Grande do Sul e Uruguai	Cooperação em ensino, pesquisa e extensão

2003	Centros Internacionais de Educação nas áreas de Ciência e Tecnologia	Rio Grande do Sul e Uruguai	Rio Grande do Sul e Uruguai	Cooperação em ciência e tecnologia
2011	Parceria entre Instituto Estadual de Cinema (Iecine-RS) e o Instituto de Cinema e Audiovisual do Uruguai (Icau)	Rio Grande do Sul e Uruguai	Rio Grande do Sul e Uruguai	Promover cooperação técnica e intelectual no setor audiovisual
2011	Programa Gaúcho/Oriental de Educação, Ciência, Tecnologia e Cultura	Rio Grande do Sul e Uruguai	Rio Grande do Sul e Uruguai	Cooperação na área da educação, ciência, tecnologia e cultura
2012	Convênio de cooperação em informações	Rio Grande do Sul e Maldonado (Uruguai)	Rio Grande do Sul e Maldonado (Uruguai)	Cooperação técnica e estatística em informações de turismo
2012	Convênio entre Fundação Cultural Piratini e Multimedios SAPEM	Rio Grande do Sul e Argentina	Rio Grande do Sul e Argentina	Cooperação técnica para intercâmbio de conteúdo informativo

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do quadro apresentado acima, pode-se realizar alguns comentários a respeito das iniciativas e/ou projetos executados. Em termos quantitativos, foram realizadas ao longo de 1 de janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 2015 seis ações visando a cooperação em matéria técnica e intelectual do Rio Grande do Sul com a Argentina, Uruguai e organismos políticos vinculados a estes dois.

Em primeiro lugar, cabe destacar que todas as seis cooperações são de caráter bilateral, não tendo nenhuma multilateral, ou seja, foram realizadas pelo Rio Grande do Sul com algum outro ator. Os atores associados dessas iniciativas e/ou projetos foram a Argentina, Uruguai e o Departamento de Maldonado (Uruguai), de modo que o público-alvo se refere a estas unidades políticas e a suas respectivas populações. Entretanto, das seis, uma foi em cooperação com a Argentina e outra com Maldonado, de maneira que a maior parte dessas parcerias do estado gaúcho foram destinadas à sociedade uruguaia como um todo.

Em segundo lugar, quanto a forma dessas iniciativas e/ou projetos, estas variam entre convênio, parceria, programa e construção de espaço, sendo que três são a primeira, respectivamente, e as outras três foram de cada. No que tange aos convênios, estes voltaram para três eixos: cooperação entre instituições de nível superior com o intuito de propiciar a troca de experiências em matéria de ensino, pesquisa e extensão, bem como propiciar o compartilhamento de informações e formações; cooperação para intercâmbio de informações técnicas e estatísticas em relação a cultura e ao turismo da região; e cooperação em matéria de comunicação, em especial, informativa com a finalidade de promover trocas de conteúdos. A parceria entre Instituto Estadual de Cinema (Iecine-RS) e o Instituto de Cinema e Audiovisual

do Uruguai (Icau), por sua vez, foi firmada entre duas instituições públicas ligadas ao setor cinematográfico, visando objetivos de aperfeiçoamento, desenvolvimento e intercâmbios técnicos e intelectuais entre ambas. Em relação aos Centros Internacionais de Educação nas áreas de Ciência e Tecnologia, foram criados dois, um na cidade de Salto, no Uruguai, e outro em Uruguaiana, Rio Grande do Sul, com a finalidade de promover debates, pesquisas e aprimoramento no conhecimento técnico-científico de ambos atores.

Quanto ao Programa Gaúcho/Oriental de Educação, Ciência, Tecnologia e Cultura tem três eixos de atuação, sendo o objetivo na área da educação

[...] estruturar um programa de capacitação e treinamento para professores. Na área de tecnologia, Brasil e Uruguai estabeleceram o acordo de cooperação no desenvolvimento de parques tecnológicos e incubadoras e organizar um programa de coincubação RS/Uruguai. [...] Na área cultural, os governos definiram um intercâmbio que prevê a apresentação de uma mostra do RS em Montevideo (RIO GRANDE DO SUL, 2012, s.p.).

Um do importante em relação a este programa, é que ele foi a base do desenvolvimento das iniciativas da Semana da Cultura Uruguaia e da Semana da Cultura do Rio Grande do Sul apresentadas na seção anterior. Ou seja, essa cooperação foi a base para iniciativas e/ou projetos na área de promoção da arte e dos artistas tanto de gaúchos quanto de uruguaios. Desse modo, ainda que pareça que essas ações são isoladas, na verdade, estas estão conectadas entre si mesmo tendo focos distintos.

Dessa maneira, essas iniciativas e/ou projetos realizaram visaram, em sua maioria, a aproximação dos setores públicos dos atores envolvidos. Ademais, a área da educação, ciência e tecnologia foram os focos dessas cooperações. Contudo, pode-se notar por meio dos dados apresentados que a maior proximidade do estado gaúcho é com o Uruguai, haja visto que apenas uma iniciativa e/ou projeto foi em parceria com a Argentina e houve até uma para outra unidade subnacional uruguaia. Assim, é possível traçar um paralelo entre essas atividades com a integração da região, uma vez que estas contribuem não somente para um ambiente favorável entre os atores, mas, sobretudo, para a criação de elos que transcendem a esfera estatal e subnacional, alcançando as sociedades e outras esferas da mesma.

6 INTERAÇÃO DA DIPLOMACIA CULTURAL COM A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Ao longo do recorte temporal desta pesquisa, observou-se diferentes iniciativas e/ou projetos do estado do Rio Grande do Sul de forma individual e cooperada com outros atores. Essas ações tiveram por eixo principal o fortalecimento da cultura, dos elementos e dos bens culturais da região. Desse modo, ainda que sejam atividades de cunho subnacional, nota-se a interação existente entre a diplomacia cultural do estado com a integração regional. Assim, esta seção propõe discutir as questões relativas ao sucesso e experiências positivas das políticas subnacionais para a diplomacia cultural, bem como os desafios e dificuldades ainda presentes em relação ao avanço da integração cultural do estado gaúcho com as populações argentinas e uruguaias.

6.1 INICIATIVAS BEM-SUCEDIDAS

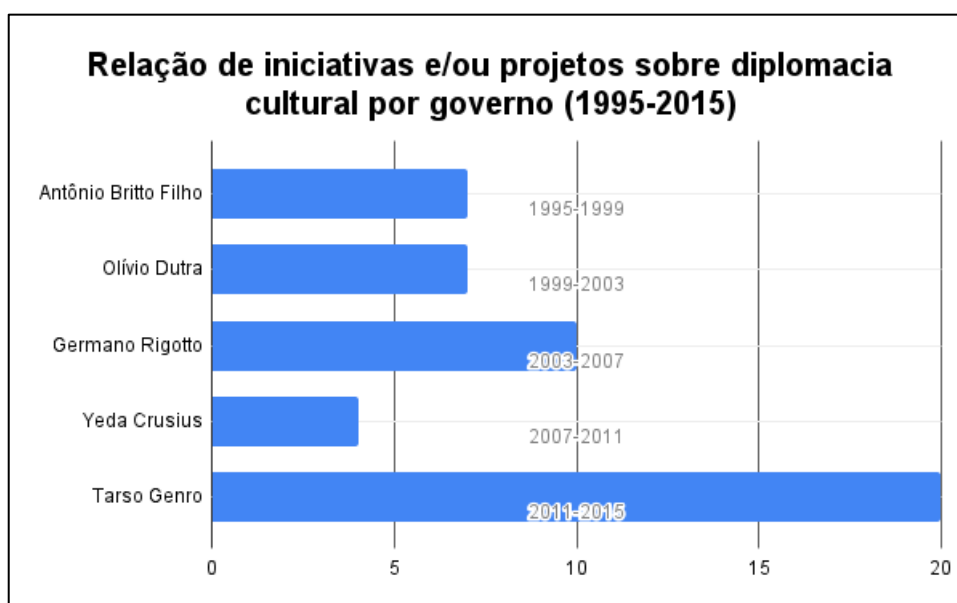
Ao longo dos capítulos desta pesquisa foi apresentado a relação cultural existente entre o Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai e demonstrado as iniciativas e/ou projetos executados, especialmente, pelo estado gaúcho por meio da diplomacia cultural que, por conseguinte, promove a integração entre estes organismos políticos e suas respectivas sociedades. Dentre as ações realizadas, seja de cunho individual do estado seja via cooperação com outro ator, algumas se destacam em virtude ao prestígio recebido e até mesmo por conta da realização de edições e eventos posteriores ao recorte temporal desta pesquisa. Segundo Ribeiro (2011), a implementação de agenda e estratégia sobre diplomacia cultural entre atores com semelhanças sociais e econômicas é extremamente favorável tanto para o emissor quanto para o receptor. Isto se deve ao fato de que se cria ou fortalece relações de proximidade entre indivíduos por vias culturais que, conseqüentemente, favorece a realização de atividades a longo prazo e expansão de ações para outros segmentos da sociedade.

Entretanto, a maior dificuldade de uma política pública sobre ações culturais é a demonstração de seus retornos sejam econômicos e comerciais sejam sociais e culturais. Diferentemente de outras áreas, a cultura tem resultados, na maioria dos casos, ao longo prazo e não no imediato, bem ocorre por vias silenciosas. Assim, existe uma dificuldade de traçar uma relação, por exemplo, entre eventos culturais e aumento das operações econômicas e financeiras, visto que não a difusão cultural nem sempre é o único fator preponderante para operações bem-sucedidas (RIBEIRO, 2011). Apesar disso, esta seção se dedica a identificação,

ainda que superficialmente, de alguns pontos do retorno e sucesso da diplomacia cultural executada de 1995 a 2015 pelo Rio Grande do Sul.

O primeiro ponto a ser tratado refere-se aos dados quantitativos das iniciativas e/ou projetos executados por via diplomacia cultural, os quais foram apresentados na seção anterior. As informações dos quatro eixos - intercâmbios de pessoas, ensino da língua, promoção da arte e dos artistas e cooperação técnica e intelectual – foram somadas e separadas pelos seus respectivos anos de realização e, posteriormente, catalogadas de acordo com a gestão do Palácio do Piratini. Assim, o gráfico 03 apresentado abaixo é a representação destes dados.

Gráfico 03: relação de iniciativas e/ou projetos sobre diplomacia cultural por governo (1995-2015)



Fonte: Elaborado pela autora.

Em termos absolutos, foram realizadas quarenta e oito iniciativas e/ou projetos ao longo do mandato dos cinco governadores do estado do Rio Grande do Sul. A partir deste gráfico, é possível identificar que, com exceção do governo de Yeda Crusius, a diplomacia cultural seguiu uma linha crescente de investimentos e fomentos seja por meio de ações financiadas pelo estado sul-rio-grandense de forma individual ou em parceria com outro ator seja por meio de incentivos fiscais a projetos. O governo de Tarso Genro foi o que mais promoveu iniciativas e/ou projetos para a diplomacia cultural, sendo seguido de Germano Rigotto, Olívio Dutra, Antônio Britto e Yeda Crusius, respectivamente.

Nesse sentido, pode-se estabelecer uma relação entre o número de iniciativas e/ou projetos executados por Tarso Genro com a própria estrutura de sua gestão haja visto a criação da Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais (ACRI) que exerceu “um papel de

coordenação e de orientação política, partindo do pressuposto de que a implementação das ações na esfera internacional deve competir a cada uma das secretarias no seu âmbito de atuação” (ÑUNEZ, 2014, p. 49). Assim, a execução de atividades internacionais por qualquer secretaria possuía maior margem e autonomia, bem como o próprio governador apreciava mais de perto as ações propostas pelas pastas. Contudo, não pode ignorar o fato de que, em alguns casos, as iniciativas e/ou projetos já haviam tido edições anteriores ao mandato de Tarso Genro, de modo que houve, na maioria, a manutenção e a ampliação das ações visando a diplomacia cultural sul-rio-grandense.

Dentre as iniciativas e/ou projetos que mais receberam e ainda recebem prestígio que, conseqüentemente, demonstram ações bem-sucedidas, são as do eixo da promoção da arte e dos artistas via lei de incentivo fiscal. Embora haja atividades que em algumas edições não receberam a captação de recursos por distintos motivos, estas ainda sim foram realizadas graças a ações sociais e patrocínios da iniciativa privada, de modo que se preservou a continuidade a longo prazo da diplomacia cultural do estado. Dentre do rol destas iniciativas e/ou projetos, destaca-se a Bienal das Artes Visuais do Mercosul ou também chamada de Bienal do Mercosul. Resgatando a gênese do projeto que teve sua primeira edição em 1997 por meio do incentivo da LIC, este

[...] nasceu assumindo o tom integracionista dos entusiastas do Tratado de Assunção para os países do Cone do Sul e, com o intuito de celebrar e fortalecer o acordo para o MERCOSUL (Mercado Comum para os países do Cone Sul) visou estabelecer um espaço simbólico estratégico para a integração econômica regional que, àquela altura, já dava mostras de enfraquecimento político e comercial (KNAAK, 2017, p. 2020).

Em 2022, embora não seja o recorte temporal desta pesquisa, a Bienal do Mercosul está em sua décima terceira edição, demonstrando a prossecução das atividades desde 1997. O projeto conta com o financiamento do Pró-Cultura vinculado à Secretaria da Cultura, que proporciona um espaço de exposição e troca não somente dos artistas dos países do Mercosul, mas também de outros. Entretanto, a Bienal é essencialmente “uma manifestação regionalista” que promove “uma dimensão fortemente simbólica e afirmativa das potencialidades do Mercosul” (MORAES, 2002, p. 4).

Como já mencionado, medir os resultados e retornos das edições da Bienal é complicado. Contudo, desde 1997 até 2021 as edições somam

[...] 795 dias de exposição física ao público e 137 dias de exposições virtuais, 74 exposições físicas e 1 exposição virtual, 6.061.698 visitas, acesso totalmente

franqueado, 1.283.269 agendamentos escolares, 214.724 m² de espaços expositivos preparados, áreas urbanas e edifícios redescobertos e revitalizados, 4845 obras expostas, intervenções urbanas de caráter efêmero e 16 obras monumentais deixadas para a cidade, 233 patrocinadores e apoiadores ao longo da história, participação de 1.831 artistas, mais de mil empregos diretos e indiretos gerados por edição, além de seminários, conversa com o público, oficinas, curso para professores, formação e trabalho como mediadores para 1.680 jovens (FUNDAÇÃO BIENAL DO MERCOSUL, c2022, s.p.).

Desse modo, pode-se notar que o projeto se enquadra como uma iniciativa bem-sucedida do Rio Grande do Sul, uma vez que atuou em diferentes frentes não somente na para a promoção da arte e dos artistas, mas também na área da educação, intercâmbio de pessoas e geração de postos de trabalho. Assim, esta é, sem sombras de dúvidas, uma das atividades que foram criadas durante o recorte temporal desta pesquisa e permanecem em atuação, inclusive, dentre os documentos consultados no AHRS, a maior parte, refere-se às edições da Bienal do Mercosul. Destarte, é inegável o papel desempenhado pelo projeto em relação à integração regional com os países vizinhos por meio da arte e dos artistas.

Outro projeto bem-sucedido é o Festival de Dança do Mercosul – Bento em Dança que, em 2022, completou sua vigésima nona edição, sendo a primeira realizada em 1993. Cabe destacar que o projeto não teve todas suas edições fomentadas pela lei de incentivo fiscal do Rio Grande Sul, de modo que, em algumas, o evento contou com outras formas de financiamento, conforme já apresentado na seção anterior. Destaca-se também o Rodeio Internacional do Mercosul realizado pela primeira vez em 1995 e que, em 2022, completa sua vigésima quarta edição. Este evento é um tanto quanto simbólico para a região dos pampas, uma vez que envolve diretamente a relação do homem com o campo e com os animais, especialmente, com o gado e cavalo, que é histórica. O simbolismo é tamanho que, em 13 de novembro de 2013, foi promulgada a lei estadual n^o 14. 357 que institui anualmente no município de São Gabriel o Rodeio Internacional do Mercosul. Não se pode negar que as atrações do rodeio promovem uma aproximação do Rio Grande do Sul com as populações da Argentina e Uruguai, ou seja, corroboram a sinergia entre a diplomacia cultural e a integração regional.

Cabe ressaltar também que a lei de incentivo à cultura do Rio Grande do Sul é democrática em relação às legislações de outros estados brasileiros. Isto se deve ao fato de que projetos com mais de 80% de incentivo fiscal no valor total é proibido a cobrança de ingressos. Além disso, estudantes e professores possuem entrada gratuita nos eventos com captação de recursos via LIC. Desse modo, o estado possui o entendimento da garantia dos “direitos culturais de forma mais plural e integrada, pensando-se um modelo que conjuga os mecanismos

de incentivo fiscal com ações de natureza afirmativa” (SOUZA, 2015, p. 13). Destarte, a experiência do Rio Grande do Sul vem servindo de exemplo para outras unidades federativas, principalmente, quanto à sua forma democrática de promover os bens culturais.

Embora reconheça a dificuldade de mensurar os impactos econômicos e comerciais promovidos pela diplomacia cultural, é possível identificar que ao longo do recorte temporal desta pesquisa os dados do comércio tanto do Brasil para a Argentina e Uruguai quanto do Rio Grande do Sul para os dois países seguiram uma linha crescente. Não há a pretensão de estabelecer uma relação de determinismo das quarenta e oito iniciativas e/ou projetos no aumento do comércio regional, mas sim demonstrar que desde a entrada em vigor do Mercosul os saldos comerciais foram positivos. Na tabela 01 apresentada no Anexo B, está representado o ranking dos três primeiros estados com maior cifra de exportação para Argentina e Uruguai de 1997 a 2014, sendo que o primeiro país, respectivamente, é o principal parceiro do Brasil e o segundo, oscila do quarto ao oitavo lugar dentro do recorte temporal desta pesquisa. Cabe ressaltar que o período observado é do primeiro trimestre de 1997 até o último trimestre de 2014 em virtude da falta de dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços no período anterior a 1997. Desse modo, os dados apresentados se referem ao acumulado de dezoito anos ainda que o recorte temporal desta pesquisa seja de vinte anos.

Em relação aos dados da tabela 01, pode-se identificar que o saldo das exportações do Rio Grande do Sul para a Argentina oscilou positivamente de US \$678.333.661, em 1997, para US \$1.343.569.101, em 2014. Já para Uruguai a cifra foi de US \$197.362.473, em 1997, para US \$506.544.501, em 2014. Desse modo, é inegável que o comércio do Rio Grande do Sul teve um ganho expressivo ainda que no início da integração do Mercosul havia o receio da competição entre essas três economias, haja visto as semelhanças entre elas. Apesar dos dados comerciais positivos, não se pode utilizar a execução da diplomacia cultural como justificativa, uma vez que existem outros elementos que contribuem para essas cifras. Contudo, não se deve descartar o papel das políticas culturais subnacionais para criação de um ambiente de familiaridade e confiança que, por consequência, propicia a integração regional.

Por outro lado, os dados da tabela 01 apresentam informações relevantes no que diz respeito a posição do Rio Grande do Sul no ranking do comércio brasileiro com a Argentina e Uruguai. Dos dezoito anos, em doze o estado gaúcho ocupou a segunda posição entre as unidades federativas com maior parcela de exportação para a Argentina, sendo que em cinco anos ficou no terceiro lugar e em apenas um ano não ocupou nenhuma das três primeiras posições. Quando observado o saldo em relação às exportações para o Uruguai, a vantagem se

amplia, visto que dos dezoito anos em dezesseis o Rio Grande do Sul ficou no segundo lugar e em dois no terceiro. Tanto nas exportações para a Argentina quanto para o Uruguai o estado de São Paulo que ocupou a primeira posição. Desse modo, embora reconheça dificuldade de estabelecer uma relação entre as iniciativas e/ou projetos culturais com o aumento do comércio, nota-se que o Rio Grande do Sul não se trata meramente do traslado das relações comerciais entre o eixo Brasil-Uruguai-Argentina, mas representa um estado competitivo em relação aos outros estados brasileiros.

Para além das questões econômicas, ao longo do recorte temporal pode-se notar que não foi somente os governos e suas respectivas secretarias e instituições que se envolveram na diplomacia cultural do estado, mas também entidades e grupos sociais. De acordo com Soares (2008, p. 56), há uma rede responsável tanto pelas ideias quanto pela execução de atividades que é formada por “novos atores internacionais como artistas, intelectuais, professores e pesquisadores universitários, alguns empresários e ONGs”. Estes buscaram “a realização de exposições, à criação de programas de cooperação, de mobilidade de docentes e alunos em universidades da região”, bem como a “a facilitação de bens culturais e à criação de vínculos e intercâmbios de expressões culturais” (PODESTÁ, 2004 *apud* SOARES, 2008, p. 56). Desse modo, o clima favorável propiciado pela diplomacia cultural do Rio Grande do Sul permite a associação de pessoas, grupos e entidades com o intuito de entrelaçar e fortalecer os espaços e a cultura da região.

6.2. DESAFIOS E DIFICULDADES

A sinergia entre a diplomacia cultural e integração regional possui desafios e dificuldades, mesmo que o Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai tenham laços e elementos que os aproximam. A explicação se deve ao fato da cultura ainda não ser uma pauta relevante dentro das esferas políticas e sociais, visto que há uma maior concentração em temas econômicos e comerciais. De acordo com Soares (2008, p. 54), há uma inexistência de uma diplomacia cultural dentro dos países do Mercosul e no bloco como um todo que permita uma complementaridade da atividade diplomática tradicional, havendo assim uma prevalência de “estratégias inspiradas pelo hard power e a subvalorização do soft power”. Desse modo, embora a globalização destaque elementos do soft power, os atores do Mercosul ainda mantêm um interesse estrito a questões econômicas e comerciais. Por sua vez, essa percepção também é identificada no âmbito subnacional.

Tratando dos desafios e dificuldades da agenda da diplomacia cultural do Rio Grande do Sul para a Argentina e Uruguai, nota-se alguns pontos. Em primeiro lugar, a cultura permanece sob custódia dos grupos artísticos, não sendo uma parte importante da agenda política dos governadores. Embora na seção anterior foram apresentadas ações para a área, percebe-se que, a maior parte, vêm de iniciativas dos próprios artistas. Dentre os quatro segmentos analisados por esta pesquisa - intercâmbio de pessoas, ensino da língua, promoção da arte e dos artistas e cooperação técnica e intelectual - o que mais recebeu fomento foi o eixo da promoção da arte e dos artistas. Em verdade, a maioria dessas iniciativas e/ou projetos receberam incentivo fiscal, sendo que os agentes mais interessados na execução eram os artistas e não o estado gaúcho, haja visto que a ideia, o projeto, a estrutura e o *modus operandi* foi elaborado pelos mesmos. Desse modo, identifica-se que “a cultura não é utilizada para desenvolvimento de estratégia voltada à divulgação internacional [...]. O conhecimento da riqueza de suas literatura, música, tradições, festas, cinema, sua produção científica permanecem restritas a grupos de especialistas” (SOARES, 2018, p. 57). Essa questão corrobora para que a diplomacia permaneça alicerçada no eixo tradicional, não explorando a cultura em suas diversas dimensões, principalmente, na vertente de construção de laços entre as sociedades.

Em segundo lugar, a cultura da região ainda carece de reconhecimento interno, ou seja, dentro das próprias sociedades. Isso se deve ao fato de que ainda não há o entendimento de que a mesma é um instrumento de relacionamento e política pública. Desse modo, a falta desse entendimento tanto pelos agentes sociais quanto políticos configura em um desafio e dificuldade da região. Assim,

Para avanzar en proyectos de bloques regionales sólidos y sustentables resulta necesario desarrollar y potenciar el conocimiento mutuo entre las sociedades y culturas que interactúan. Las desconfianzas, los malos entendidos, las situaciones de incomunicación pueden surgir no solo de intereses divergentes, sino de dificultades reales en encontrar los modos de comprender alternativas de convergencia (GRIMSON, 2007, *apud* SOARES, 2008, p. 57).

Destarte, a cultura ainda não é compreendida a partir de uma ótica política pela sociedade que, conseqüentemente, implica em desafios e dificuldades na construção de diálogos e confianças com outras sociedades. Desse modo, a mesma ainda é vista como uma questão simbólica, de modo que retrai possíveis avanços da integração regional.

Em terceiro lugar, identificou-se que dentro do rol das iniciativas e/ou projetos promovidos ao longo do recorte temporal desta pesquisa, a região ainda carece de instrumentos

para promoção do ensino da língua tanto portuguesa na Argentina e Uruguai quanto espanhola no Rio Grande do Sul. Isto porque embora tenha algumas ações, como por exemplo Referencial Curricular proposta em 2009 pelo estado gaúcho, a área de difusão do idioma é muito restrita, demonstrando-se ser um desafio para a região, principalmente, para as fronteiras cujo contato e as relações entre as sociedades são mais intensos. Na mesma linha, as ações de capacitação e formação de professores de língua espanhola realizadas pelo estado foram em parceria com a embaixada da Espanha, quando poderia ter sido por países latino-americanos, especialmente, com os vizinhos, Argentina e Uruguai. Ou seja, em relação à língua, ainda há uma necessidade de desvincular das características eurocêntricas e afirmar os valores da própria região.

Em quarto lugar, destaca-se a necessidade de iniciativas e/ou projetos voltados para a Argentina, visto que em comparação com o Uruguai há poucas ações destinadas para o vizinho e sua respectiva população, de modo que há uma lacuna a ser preenchida. Embora compreenda que a maior densidade do país argentino esteja localizada na fronteira com o Estado uruguaio, existe uma necessidade de aproximar do país em virtude das semelhanças culturais, sociais e econômicas da sociedade sul-rio-grandense. Assim, existem desafios e dificuldades da política subnacional do Rio Grande em relação à diplomacia cultural a serem superados. Desse modo, como pode ser observado, esta seção foi destinada a exemplificação e discussão das lacunas e obstáculos que o estado gaúcho ainda possui em relação ao estabelecimento de uma política cultural para dentro e para fora de suas fronteiras como forma de compreensão dos hiatos da integração regional por vias culturais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paradiplomacia ou políticas subnacionais vem cada vez mais ganhando espaço e adesão das unidades políticas. Em verdade, esta não representa uma contestação da política externa estatal, mas uma forma de complementar por meio de atividades descentralizadas questões necessárias e específicas de determinados atores. No caso desta pesquisa, focou-se na diplomacia cultural executada pelo Rio Grande do Sul para os países com que o estado faz fronteira, Argentina e Uruguai, devido às características históricas e as semelhanças culturais existentes. Desse modo, as ações gaúchas para ambos os países não objetivaram promover uma contraposição com a diplomacia desenvolvida pelo Estado brasileiro, mas sim possibilitar diálogos mais próximos e sanar lacunas da integração cultural da região.

Desse modo, no início desta pesquisa questionou-se como que a diplomacia cultural proposta pelo Rio Grande do Sul para com a Argentina e Uruguai foi utilizada na execução de políticas subnacionais visando a integração regional entre 1995 e 2015? Neste sentido, a partir das ideias pré-concebidas foi proposto a hipótese de que considerando-se os processos históricos, sociopolíticos e culturais vivenciados pelo estado do Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai, as relações internacionais regionais contribuíram para a formação de um ambiente favorável entre os atores. Isto, por sua vez, exigiu a adoção de políticas subnacionais para áreas culturais, visando fomentar a convivência e relacionamento entre as populações. Assim, a diplomacia cultural subnacional se insere como um mecanismo de concertação de valores culturais, mas também possibilita, mediante a confiança mútua e aos laços identitários, negociações em prol da integração regional.

A diplomacia cultural sul-rio-grandense como instrumento da política subnacional foi utilizada ao longo do recorte temporal desta pesquisa para diferentes eixos. Ao longo da investigação científica, coleta de dados, pesquisa documental e pesquisa de campo, foi possível confirmar a hipótese levantada no início deste trabalho. Os valores históricos, culturais, as relações entre as populações e a necessidade de construção de mecanismos de valorização da cultura da região foram os elementos fundamentais que corroboram o rigor da hipótese.

No primeiro capítulo, buscou-se realizar um panorama histórico que abordasse a formação do Rio Grande do Sul, os elementos que possibilitam os laços entre o estado gaúcho com a Argentina, Uruguai e suas respectivas populações, bem como resgatar os conflitos que ocorreram na região. A partir dessa visão, pode-se notar que apesar de momentos de tensões entre os atores, a região possui relações importantes que, conseqüentemente, colaboram para

caracterização de uma zona de semelhanças históricas, sociais, produtivas e culturais. Esses laços atravessam gerações e promovem a construção de uma identidade regional, como elencado por Joca Martins, que mesmo com diferenças significativas entre si, possuem proximidades ainda que sejam três pátrias distintas. Desse modo, essa visão histórica permitiu a compreensão de que a região é um ambiente propício para o desenvolvimento da diplomacia cultural tanto como forma de levar as particularidades de uma cultura para outra sociedade para a apreciação, conhecimento e quebra de estereótipos quanto como forma de realçar a cultura da região. Desse modo, uma zona considerada bélica no passado, atualmente, é um espaço favorável para a execução de políticas culturais tanto em caráter subnacional quanto estatal.

No segundo capítulo, realizou-se uma compilação das noções teóricas e conceituais utilizadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Dentre os conceitos discutidos, destaca-se a Lei de Incentivo à Cultura, homologada em 1996 pelo governo gaúcho. Esta legislação abriu um caminho para o incremento via fomento público de políticas culturais tanto de natureza regional quanto internacional. Como é sabido, a cultura é uma área que carece de recursos e, muitas vezes, é negligenciada em função dos resultados não serem tão claros e imediatos. Por esta razão, essa lei permitiu um estímulo ao desenvolvimento da arte e dos artistas gaúchos.

Os dados coletados focaram no eixo geográfico desta pesquisa, sendo identificado que os projetos inscritos no Pró-Cultura para a captação de recursos visaram o eixo do Mercosul e tiveram várias edições. Cabe ressaltar que estes projetos são inscritos por pessoas físicas e jurídicas, revelando por parte dessas entidades a identificação da semelhança cultural existente ou quiçá a necessidade de expansão dos valores e bens culturais para estes ou parceria com esses atores. Desse modo, a captação de recursos dos projetos via LIC possibilitaram uma forma de diplomacia cultural do estado gaúcho, seja por meio do financiamento integral, em iniciativas com 100% de incentivo fiscal, ou parcial, com uma porcentagem de incentivo. Ademais, destaca-se que essa legislação estadual é considerada uma das mais democratizantes do país em virtude de seu entendimento de proporcionar o acesso à cultura como um direito de todos os cidadãos.

No terceiro capítulo, realizou-se uma caracterização da internacionalização do Rio Grande do Sul. Julgou-se necessário em virtude da compreensão das raízes das políticas subnacionais executadas. A partir dos dados, constatou-se que o estado gaúcho em virtude dos acontecimentos históricos e de sua formação política, social, econômica e cultural foi estruturado para o âmbito internacional, mais especificamente, para a região platina. As políticas subnacionais foram institucionalizadas, em 1987, com a criação da Secretaria Especial

para os Assuntos Internacionais com demandas específicas do estado. Desde então, as gestões seguintes do Palácio do Piratini empreenderam atividades para o plano internacional.

No caso do recorte temporal desta pesquisa, é possível identificar que, ainda que as estruturas da paradiplomacia ou política subnacionais tenham diferenças entre si, houve com os cinco governadores um engajamento nas relações exteriores do estado. As ações se deram ora individuais ora cooperadas com outro(s) ator(es) com a finalidade de estabelecer políticas culturais que, na maioria dos casos, ultrapassam suas respectivas gestões. Desse modo, nota-se que no passado uma região que foi marcada por ser um braço armado do governo central brasileiro devido às questões fronteiriças e conflitos de interesses, na atualidade, se insere como um braço importante para o Brasil para a questão da integração cultural, especialmente, devido suas semelhanças culturais com os países vizinhos.

No quarto capítulo, buscou-se descrever as políticas subnacionais executadas pelo estado gaúcho tanto por meio da LIC quanto por iniciativa própria ou cooperada com outro(s) ator(es). De modo geral, nota-se que as iniciativas e/ou projetos empreendidos visaram estabelecer uma política pública de longo prazo. Essa afirmação baseia-se nas edições posteriores que muitas ações tiveram, a exemplo da Bienal do Mercosul, do Projeto de Intercâmbio Pedagógico-cultural Brasil-Uruguai/Uruguai-Brasil e da Semana da Cultura do Rio Grande do Sul, entre outras. As atividades sejam em solo gaúcho sejam em solo argentino ou uruguaio buscaram não somente a troca de experiências e criar uma relação de proximidade entre os artistas e o público-alvo, mas, sobretudo, possibilitaram a construção de pontes para integração da região tendo em vista os elementos culturais. Desse modo, é inegável que as iniciativas e/ou projetos da diplomacia cultural sul-rio-grandense executadas ao longo do recorte temporal desta pesquisa, possibilitaram resultados para outras esferas da sociedade, muito embora seja difícil sua mensuração.

No último capítulo, procurou-se destacar as iniciativas e/ou projetos bem-sucedidos, bem como os desafios e dificuldades que ainda persistem na integração cultural da região. Identifica-se que várias atividades da diplomacia cultural do estado gaúcho até os dias atuais (ano de 2022) possuem prestígio, atuação e protagonismo. Para além disso, muitas dessas alcançaram o âmbito internacional e cada vez mais vem consagrando um público ainda maior, especialmente, as atividades de promoção da arte e dos artistas. Por outro lado, ainda existem questões que precisam de maiores esforços e incentivos públicos, como o caso do ensino da língua espanhola no estado gaúcho e de projetos de ensino da língua portuguesa nos países vizinhos como uma forma de promover uma facilitação da comunicação entre as populações.

Assim, considerando a língua como um modo de comunicação e interação social, faz-se necessário a implementação de políticas subnacionais voltadas para o âmbito do ensino do idioma espanhol, em especial, promovidas em cooperação com a Argentina e Uruguai que são dois pólos de conhecimento linguístico. Desse modo, pode-se notar, de modo geral, que as iniciativas e/ou projetos para as diferentes áreas culturais do estado tiveram resultados considerados positivos e prestigiosos, mas por outro lado ainda existem demandas concretas de questões pontuais para o avanço da integração cultural da região.

Ainda neste capítulo, observou-se que o volume das exportações do Rio Grande do Sul para a Argentina e o Uruguai aumentaram durante o recorte temporal desta pesquisa. Embora o foco primordial seja as questões culturais que envolvem a região, não se pode destacar que as relações entre os atores, na maioria dos casos, são iniciadas por vias comerciais, uma vez que os ganhos são visualizados mais rapidamente. Desse modo, ao longo da coleta de dados desta pesquisa, verificou-se que o saldo das exportações gaúchas oscilou positivamente em relação à cifra total do Brasil para a Argentina e o Uruguai. Este fato sem dúvidas merece destaque em virtude das dúvidas e dos temores que a sociedade sul-rio-grandense tinha no início do processo de integração do Mercosul, uma vez que se temia prejuízos na economia do estado em função das semelhanças dos setores produtivos e econômicos dos três atores. Ou seja, os dados comerciais revelam que não houve prejuízo para a economia do Rio Grande do Sul a partir de 1995, mas sim que os resultados foram positivos também entre o comércio intrabloco, não representando uma concorrência entre o estado gaúcho, a Argentina e o Uruguai. Desse modo, ainda que não seja possível estabelecer uma relação entre estes números e as políticas culturais realizadas, pode-se observar que a integração cultural caminhou ao lado do comércio, um âmbito fortalecendo o outro.

A experiência do Rio Grande do Sul enquanto um ator subnacional serve para outras unidades federativas e, principalmente, para a política externa brasileira em seu caráter estatal e centralizado. Isto se deve em função da consideração da utilização da diplomacia cultural como uma forma de integrar não somente os Estados ou as unidades políticas, mas, sobretudo, promover a integração entre as populações e os núcleos culturais das mesmas. A política externa brasileira ao observar o poder que a cultura possui dentro dos processos de regionalismo poderá realizar ações e atividades em outras regiões com o intuito de aproximar e estabelecer laços mais duradouros. Dessa forma, esta pesquisa demonstra o caráter que as políticas subnacionais exercem dentro do âmbito regional sem representar uma divergência para a esfera estatal.

Em virtude da magnitude e complexidade do presente trabalho, esta pesquisa não tem a intenção de esgotar os estudos sobre o assunto. Ademais, ressalta-se que se trata de uma temática ainda pouco explorada dentro do universo acadêmico e científico, de modo que esta apenas representa uma análise exploratória. Conforme apresentado, a diplomacia cultural do Rio Grande do Sul foi utilizada como um instrumento de políticas subnacionais durante o recorte de 1 de janeiro de 1995 a 1 de janeiro de 2015. Por sua vez, isto contribuiu para que a integração regional estivesse alicerçada por outras vias, neste caso, culturais. Desse modo, as ações subnacionais representam uma forma dos atores alcançarem objetivos e demandas específicas tanto para o núcleo político quanto para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABCCC. **História do cavalo crioulo**. Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos, c2022. Disponível em: <<https://www.cavalocrioulo.org.br/studbook/historia>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.
- ALMEIDA, Eliane Moreira de; GROSSI, Patrícia Krieger. A representação da mulher no tradicionalismo gaúcho: estereótipo e subversão. **Anais do IV seminário internacional de políticas públicas, intersetorialidade e família**, out. 2019. Disponível em: <<https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipinf/assets/edicoes/2019/artigo/20.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2022.
- AMORIM, Márcio Estrela de. Cooperação na fronteira: a política binacional de educação profissional nas cidades gêmeas de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 14, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/6958>>. Acesso em: 12 de novembro de 2022.
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1997.
- ARGENTINA. **Lei 26.468 de 16 de janeiro de 2009**. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26468-149451>>. Acesso em: 17 de novembro de 2022.
- ARGENTINA. **Protocolo de Intenciones**. Ministros da Educação do Mercosul. Buenos Aires, 1991. Disponível em: <<http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL000586.pdf>>. Acesso em: 17 de novembro de 2022.
- BARBA, Fabiola Rodríguez. Diplomacia cultural. ¿Qué es y qué no es? **Espacios Públicos**, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/676/67642415002.pdf>>. Acesso em: 25 de novembro de 2022.
- BARBA, Fabiola Rodríguez. Diplomacia Cultural. Una nota exploratoria. **Observatoire des Amériques Montréal**, 2014. Disponível em: <https://ceim.uqam.ca/db/IMG/pdf/cda_volume_14_numero_3_juin_2014.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2022.
- BARÃO, Giulia Ribeiro. Cultura e diplomacia cultural no século XXI: proposta de revisão do pensamento brasileiro de Relações Internacionais. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.3. n.5, 2014. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/3213/1966>>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.
- BAUER, Rodrigo; HARDEN, Fabrício. Pampa. In: MARTINS, Joca. **Pampa**. Local: Mega Tchê, 2008. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/joca-martins/1483856/>>. Acesso em: 8 de maio de 2022.
- BEMFICA, Flavia Cristina. **Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em:

<<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2518/1/389703.pdf>>. Acesso em: 3 de novembro de 2022.

BICA, Jônatas. **As relações Brasil-PALOP**: uma perspectiva a partir da lusofonia e da diplomacia cultural. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/242114/001144185.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

BOURBON, Elena. Introducion. *In*: UNIVERSAL FORUM OF CULTURES. **New Ignorances, New Literacies**: Learning to Live Together in a Globalizing World. Barcelona: Unesco, 2004. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139524>>. Acesso em: 13 de outubro de 2022.

BORJA, Janira Trípodí. **A retórica do silêncio: cultura no Mercosul**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/1401-a-retorica-do-silencio-cultura-no-mercosul>>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111161.htm>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.901 de 09 de novembro de 1996**. Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1901.htm>. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

BRICEÑO RUIZ, José. **Las teorías de la integración regional**: más allá del eurocentrismo. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colômbia/Centro de Pensamiento Global, 2018. Disponível em: <<https://ediciones.ucc.edu.co/index.php/ucc/catalog/download/67/57/515-1?inline=1>>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª. Brasília: Ed.UnB, 2002.

CERVO, Amado. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, ano 46, n. 1, p. 2-22, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/zbz5ycSxKHRYZCRpkPqRyGF/?lang=pt>>. Acesso em: 2 de novembro de 2022.

CITOLIN, Cristina Bohn. **Eu falo, tu hablas, vos hablás, nos ensinamos e aprendemos juntos**: aulas de línguas em cursos binacionais. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de

Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3210/CristinaCitolin.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

DALMOLIN, Indiará Sartori *et al.* Intercâmbio acadêmico cultural internacional: uma experiência de crescimento pessoal e científico. **Revista Brasileira Enfermagem**, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/6vx88CbD39Hhvb9Z78pzmn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

DJENDEREDJIAN, Julio C. La colonización agrícola en argentina, 1850-1900: problemas y desafíos de un complejo proceso de cambio productivo en santa fe y entre ríos. América Latina en la Historia Económica. **Revista de Investigación**, n. 30, 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2791/279124240004.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

FERREIRA, Bruno Guedes. **Atores públicos subnacionais e política externa brasileira: a paradiplomacia no Rio Grande do Sul (2007 – 2014)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6566/2/DIS_BRUNO_GUEDES_FERREIRA_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 6 de novembro de 2022.

FUNDAÇÃO BIENAL DO MERCOSUL. Histórico. **Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul**, c2022. Disponível em: <<https://www.bienalmercosul.art.br/historico>>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

GARZA, Alberto Fierro. La diplomacia cultural como instrumento privilegiado de la política exterior. **Revista Mexicana de Política Exterior**, 2009. Disponível em: <<https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/742>>. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. Disponível em: <https://monoskop.org/images/3/39/Geertz_Clifford_A_interpretacao_das_culturas.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 11 de maio de 2022.

GOMES, Weslaine Welllida. Rouanet: a (re)forma de uma lei. **Revista Três Pontos**, 2011.

HOWES NETO, Guilherme. **De bota e bombacha: um estudo antropológico sobre as identidades gaúchas e o tradicionalismo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6200/HOWES%20NETO%2c%20GUILHERME.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

INCHAUSPE, Pedro. **La tradición y el gaucho: ensayo y antecedentes**. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 2011. Disponível em: <https://elbaile.com.ar/wp-content/uploads/2017/02/ENTRADA_78_LA_TRADICION_Y_EL_GAUCHO_01.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

ISER, Guilherme de Cruzeiro. **Os entes subnacionais nas Relações Internacionais: o fenômeno da paradiplomacia**. Dissertação (Mestre em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/81385/000904668.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 de novembro de 2022.

JARDIM, Natália Hedlund. A atuação paradiplomática do Rio Grande do Sul nos governos Tarso Genro e José Ivo Sartori. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 20, n. 39, p. 158 - 181, 1º sem. 2021. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/23497/18640>>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

JARDIM, Natália Hedlund. **A qualificação da paradiplomacia dos estados federados: o caso do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/231592/001133199.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 6 de novembro de 2022.

JÚNIOR MENDONÇA, Wilson. O Regionalismo Pós-Liberal na América do Sul. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/7575/6554>>. Acesso em: 28 de outubro de 2022.

KNAUSS, Paulo. Os sentidos da arte estrangeira no Brasil: exposições de arte no contexto da Segunda Guerra Mundial. Esboços: histórias em contextos globais, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2008v15n19p187>>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

KNAAK, Bianca. Primeira Bienal do Mercosul uma exposição para a história da arte na América Latina. **26º Encontro da Associação Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas**, 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202219/001061275.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Nativismo: Um fenômeno social gaúcho**. Porto Alegre: L&pm, 1985.

LIMA, Lucas Carlos. Uti Possidetis Juris e o Papel do Direito Colonial na Solução de Controvérsias Territoriais Internacionais. **Sequência**, n. 77, nov. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/seq/a/C6DNqHytRkZvPz6ZvKSLXdx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em:

<<https://books.scielo.org/id/kkf5v/pdf/luvizotto-9788579830082-03.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

MAEDER, Ernesto J. A. **Manual de historia argentina colonial**. Resistencia- Chaco, Instituto de Investigaciones Geohistóricas (IIGHI) CONICET - UNNE, 2018. Disponível em: <<https://iighi.conicet.gov.ar/wp-content/uploads/sites/29/2020/04/Libro-Cuadernos-Docentes-Nº-10-Definitivo-compressed.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

MAYER, Ricardo da Silva. **O Rio Grande do Sul e as bombas de chimarrão como expressão de identidades culturais**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16852/DIS_PPGPC_2018_MAYER_RICARDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 25 de junho de 2022.

MÈRCHER, Leonardo. **Paradiplomacia cultural nas Organizações Internacionais: Buenos Aires e Rio de Janeiro na CGLU e Mercocidades**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2013. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/30372/R%20-%20D%20-%20LEONARDO%20MERCHER.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 de outubro de 2022.

MORAES, Frederico. I Biental do Mercosul: regionalismo e globalização. **Margens/Márgenes: Revista de Cultura**, 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/margens_margenes/article/view/10700>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

MURADÁS, Jones. **A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15718/000682253.pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

NIZAMI, Farhan. Our common history: globalization and memory. In: UNIVERSAL FORUM OF CULTURES. **New Ignorances, New Literacies: Learning to Live Together in a Globalizing World**. Barcelona: Unesco, 2004. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139524>>. Acesso em: 13 de outubro de 2022.

NOVELLI, Guilherme. **Malambo: o sapateio gaúcho**. Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br/edicoes/180/malambo--o-sapateado-gaucha>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

NUNES, Bruno Blois; JESUS, Thiago Silva de Amorim. A Milonga e o Pampa: atravessamentos culturais entre Brasil, Argentina e Uruguai. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, 2019. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/7036/1/A_Milonga_e_o_Pampa.pdf>. Acesso em: 8 de julho de 2022.

NUNES, Carmen Juçara da Silva. **A paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://depsec.unifap.br/intranet/arquivos/arq6599.pdf>>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

ÑUNEZ, Tarson. A Experiência da Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. *In: MARCOVITCH, Jacques; DALLARI, Pedro B. A. (orgs.). Relações Internacionais de Âmbito Subnacional: A Experiência de Estados e Municípios no Brasil*. São Paulo: IRI-SP, 2014.

OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.3, n.9, 1989. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/RBCS/09/rbcs09_01.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2022.

OLIVEN, Ruben George. Rio Grande do Sul, um estado de fronteira. **Centro de Estudos de Literatura e Psicanálise**, 2021. Disponível em: <https://www.celpsyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&Itemid=0&id=802>. Acesso em: 18 de julho de 2022.

PACHECO, Gimena. Malambo: ¿solo una danza? Articulaciones de sentido entre música, memoria e identidad(es). **Revista latinoamericana de estudios em musica popular**, 2021. Disponível em: <<https://contrapulso.uahurtado.cl/index.php/cp/article/view/73/37>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

PANIAGUA, Edson Romario Monteiro; COLVERO, Ronaldo Bernadino; PINTO, Muriel. A geopolítica e a política externa do Império brasileiro na região platina no século XIX (1844 – 1864). **Estudios históricos**, 2015. Disponível em: <<https://estudioshistoricos.org/15/eh%201507.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

PÉRICO, Franco Gatelli; GONÇALVES, Roberto Birch. Intercâmbio acadêmico: as dificuldades de adaptação e de readaptação. **SciELO: Educação e Pesquisa**, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/ncP7zLgbPM48QqtbjLcYBpD/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

PERUFFO, Luiza. **A paradiplomacia gaúcha e a diplomacia do Itamaraty: um paralelo no período 1987 – 2022**. Dissertação (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21480/000736651.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 de novembro de 2022.

PRADO, Débora Figueiredo Mendonça do. A atuação internacional dos governos subnacionais: construções conceituais, limites e contribuições para o caso brasileiro. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/846/397>>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

RAMOS, Fabielly Bellagamba. **A Paradiplomacia no Estado do Rio Grande do Sul: análise dos três últimos mandatos governamentais (2003-2014)**. Dissertação (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível

em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117291/000955947.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 de outubro de 2022.

REAL DE AZUA, Carlos. **Uruguay, una sociedad amortiguadora?** Ediciones de la Banda Oriental, 1984.

REYES, Maria Eugenia Menéndez. Diplomacia cultural: aproximación al concepto, y apuntes sobre el modelo de diplomacia cultural en España. **Revista de Gestión Cultural**, 2018.

Disponível em: <<http://ojs.upv.es/index.php/cs/article/view/10816>>. Acesso em: 29 de outubro de 2022.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Ministério da Cultura. In: _____. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/56/ministerio-da-cultura-1985-1990-1992#:~:text=91.144%2C%20de%2015%20de%20março,Cultura%20\(BRASIL%2C%201985](http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/56/ministerio-da-cultura-1985-1990-1992#:~:text=91.144%2C%20de%2015%20de%20março,Cultura%20(BRASIL%2C%201985)>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.

REZENDE, Joffre Marcondes de. Emigrante e imigrante. Estrangeiro. Nacional e internacional. **Revista de Patologia Tropical / Journal of Tropical Patholog**, 2014.

Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/iptsp/article/view/28058>>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

RIBEIRO, José Iran. “Tudo isto é indiada coronilha (...) não é como essa cuscada lá da corte” O serviço militar na cavalaria e a afirmação da identidade rio-grandense durante a Guerra dos Farrapos. In: POSSAMAI, Paulo César. **Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Editora da UFPel, 2010. Disponível em:

<<https://wp.ufpel.edu.br/nphr/files/2017/08/GENTE-DE-GUERRA-E-FRONTIEIRA.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

RIBEIRO, Wagner Costa. Aquífero Guarani: gestão compartilhada e soberania. **SciELO**, Estudos Avançados, 2008. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ea/a/cfC3GfPDzvRNWkLqdLsLwnN/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 25 de junho de 2022.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. **Histórico**. Secretaria da Cultura, c2022. Disponível em:

<<https://cultura.rs.gov.br/historico>>. Acesso em: 30 de outubro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Altas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Planejamento

Governamental, 5 Ed., 2020. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/edicao>>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. **Grito do Chamamé**. Projetos Culturais, agosto de 2011. Disponível em:

<http://www.procultura.rs.gov.br/ver_projeto.php?cod=9452>. Acesso em 20 de julho de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Plano de Governo de Tarso Genro**, 2010. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29092453-plano-de-governo-governo-de-tarso-genro-periodo-de-2011-a-2014.pdf>>. Acesso em: 6 de novembro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 10.846**, de 19 de agosto de 1996. Porto Alegre, RS, 1996. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=10503&hTexto=&Hid_IDNorma=10503#:~:text=LEI%20N%2010.846%2C%20DE%2019,DO%20RIO%20GRANDE%20DO%20SUL>. Acesso em: 5 de novembro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n.º 13.490**, de 21 de julho de 2010. Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%2010.846.pdf>>. Acesso em: 5 de novembro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Alunos do Colégio Uruguai vão a Montevidéo para intercâmbio de escolas públicas. **Portal do governo do estado do Rio Grande do Sul**, 13 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/alunos-do-colegio-uruguai-vaio-a-montevidео-para-intercambio-de-escolas-publicas>>. Acesso em: 09 de novembro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação firma parceria com Embaixada da Espanha. **Secretaria da Educação**, 23 de junho de 2006. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/secretaria-da-educacao-firma-parceria-com-embaixada-da-espanha>>. Acesso em: 19 de novembro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Concurso sobre Don Quijote premia alunos de escolas estaduais. **Secretaria da Educação**, 10 de outubro de 2005. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/concurso-sobre-don-quiote-premia-alunos-de-escolas-estaduais>>. Acesso em: 18 de outubro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial curricular**. Lições do Rio Grande: linguagens códigos e suas tecnologias, língua portuguesa e literatura, língua estrangeira moderna. Secretaria de Educação, v. I, 2009. Disponível em: <https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/refer_curric_voll.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Tarso instala Fórum Gaúcho Oriental de Educação, Cultura, Tecnologia e Inovação em Jaguarão. **Portal do governo do estado do Rio Grande do Sul**, 28 de março de 2012. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/tarso-instala-forum-gaúcho-oriental-de-educacao-cultura-tecnologia-e-inovacao-em-jaguarao>>. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.357, de 18 de novembro de 2013**. Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.357.pdf>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: trajetória e contemporaneidade. **Nossos documentos**, Fundação Garibaldi Brasil, 2008. Disponível em:

<<http://documentos-fgb.blogspot.com/2008/11/politicas-culturais-no-brasil-trajetria.html>>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

RUIZ, Sandra Montoya. La redefinición de la diplomacia cultural en el mundo contemporáneo. **OASIS**, núm. 17, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/531/53130269009.pdf>>. Acesso em: 25 de novembro de 2022.

SADECK, Bruno; FROIO, Liliana Ramalho; MEDEIROS, Marcelo de Almeida. Os governos subnacionais e o Mercosul: um balanço dos 10 anos de funcionamento do FCCR. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, ISSN 2236-4811, Vol. 8 (2), 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/228832271.pdf>>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.

SALEH, Francys Peruzzi. Bombacha: o símbolo da identidade gaúcha. **ModaPalavra** e-periódico, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5140/514051496009.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. A Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 29, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cint/a/hZvcYwZZdMWJ34dKbXvwdZw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 de outubro de 2022.

SANCHEZ, Michelle Rattón et al. Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/gKcfZnzSZC7kjhJndL8YSmJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 25 de novembro de 2022.

SANTOS, Maristela Silva dos. **O ensino da língua espanhola no Rio Grande do Sul: quais as perspectivas para o futuro?** Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8929/Maristela%20Silva%20dos%20Santos_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 de novembro de 2022.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da cultura pampeana sul-rio-grandense: volume I**. Pelotas: Fructos do Paiz, 2019a.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da cultura pampeana sul-rio-grandense: volume II**. Pelotas: Fructos do Paiz, 2019b.

SILVA, Marco Antônio Medeiros da. **A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959 - 1963**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6308/2/474714%20-%20Texto%20Completo.pdf>>. Acesso em: 9 de novembro de 2022.

SIMON, Pedro. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989. Disponível em:

<<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29084330-mensagem1989.pdf>>. Acesso em: 2 de novembro de 2022.

SOARES, Paulo Sergio Moreira; SANTOS, Maria Dionísia Costa dos; POSSA, Mario Valente. **Carvão Brasileiro: tecnologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2008. Disponível em:

<http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/2039/1/carvao_brasileiro_tecnologia_e_meio_ambiente.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul Cultural. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2008. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mLtpW4YcQGfJ4FWZ3868KBf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

SOUZA, Eva Joelma Pires de; FIOREZE, Zélia Guareschi; SILVA, Ana Maria Radaelli da. A construção do território do Rio Grande do Sul: uma visão da revista do IHGRGS. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/56.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

STURZA, Eliana. Portunhol: língua, história e política. **Gragoatá**, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33621/19608>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

TATSCH, Juliane. O contato de línguas na Tríplice Fronteira do Rio Grande do Sul: o caso do linguajar gaúcho. Ideação, 2011. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/5247>>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo; ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. A militarização da região sul do Brasil como estratégia portuguesa de apropriação. **Caminhos de Geografia**, 2012.

TEIXEIRA, Edilson. Enseñanza pública del portugués en Uruguay. **Associação Brasileira de Hispanistas**, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.cfe.edu.uy/handle/123456789/885>>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

URUGUAY. **Ley nº 18.437 de 12 de diciembre de 2008**. Ley general de educación. Disponível em: <<https://www.ineed.edu.uy/images/pdf/-18437-ley-general-de-educacion.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra P. O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. **Comissão Econômica para a América Latina e Caribe**, Serie Comercio Internacional, 2007. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4428/S2007612_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

VERISSIMO, Erico. Um romancista apresenta sua terra. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto; BISSÓN, Carlos Augusto. **Nós, os gaúchos** 2. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994. p. 242-251.

WEBER, Andréa. Política de línguas e fronteiras no Mercosul: novos sentidos para o espanhol, o português e o guarani. **Veredas Atemática**, v. 20, n. 20, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/28154>>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.

VIZENTINI, Paulo. O Brasil e o mundo, do apogeu à crise do neoliberalismo: a política 64 externa de FHC à Lula (1995-2004). **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 37, p. 317-331, jan – jun, 2005. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9/1602>>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.

ZAMBERLAN, Luciano *et al.* Do Churrasco à Parrilla: Um Estudo Sobre a Influência da Cultura nos Rituais Alimentares de Brasileiros e Argentinos. **XXXIII Encontro da ANPAD**, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/MKT2833.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

ANEXO A

Figura 01: Reportagem sobre o indeferimento da VIII edição do Bento em Dança pela SEDAC

QUARTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2000

5099-7700/00-1

CULTUR

SEGUNDO CADERNO

MARCO DE DANÇAS - 1999



O Bento Em Dança do ano passado recebeu mais R\$ 189 mil da Lei de Incentivo à Cultura

Bento Em Dança está sem Lei Estadual de Incentivo

Festival de dança não foi considerado relevante em avaliação

Começa na sexta-feira, dia 6, a 8ª edição do Bento Em Dança, considerado o maior festival de dança gaúcho em número de bailarinos e coreógrafos participantes.

Antes do início do evento, uma polêmica: um parecer que classificou o evento como um intercâmbio regional de academias de dança fez com que o festival perdesse o direito de captar verbas usando a Lei Estadual de Incentivo a Cultura (LIC). Para este ano, a situação é irreversível.

Oficialmente batizado Festival de Danças do Mercosul, o evento reúne dançarinos e coreógrafos de diversos estilos no Parque de Eventos de Bento Gonçalves e nas ruas da cidade. Desde 1995, o festival captava recursos utilizando a LIC, o que bastava para bancar até 60% do custo do evento, que neste ano – incluindo passagens aéreas, cachês e hospedagem – chegou a R\$ 870 mil. Se a situação não se reverter, o valor terá de ser arcado pela organização, que já tenta sensibilizar o empresariado local para usar a Lei Federal de Incentivo à Cultura.

Divulgado no início de setembro, o parecer foi emitido pelo Conselho Estadual de Cultura, formado por 12 membros eleitos por entidades culturais do Rio Grande do Sul e seis representantes do governo estadual. O parecer traz uma avaliação do Instituto Estadual de Artes Cênicas (Ieacen): "Esse evento não beneficia a Arte da Dança como um todo, nem o grande público (a comunidade). Isso porque, em verdade, não apresenta a amplitude descrita na sua justificativa e objetivos". Além disso, o parecer afirma: "O orçamento, para um evento amador, é totalmente fora da realidade, isto é, R\$ 875.244,72 (...) sendo que o último, concedido em 1999, no valor de R\$ 189 mil, permitiu a realização do evento".

Erci Grapiglia, coordenadora do Bento em Dança, afirma que sempre solicitou mais do que o conselho aprovou e que, em 1999, o Bento Em Dança custou mais de R\$ 700 mil.

– Se eu pudesse fazer um festival com R\$ 100 mil, faria um por mês – declara Erci.

Maturino Luz, presidente do conselho, explica que a entidade tem um limite de R\$ 20 milhões por ano para ser dividido entre os proponentes à LIC, e por isso a seleção vem se tornando mais criteriosa nos últimos dois anos.

– A LIC tem sido uma panacéia. A cultura do Rio Grande do Sul não pode depender de apenas R\$ 20 milhões.

Coordenadora não abre mão de concurso e oficinas em 2001

A partir do parecer do conselho, Erci vai reavaliar como o festival vai ficar no ano que vem. Mas adianta que o formato foi muito bem até agora, e que não abre mão do concurso e das oficinas, dois pontos criticados no parecer.

– Santa Catarina tem o Festival de Dança de Joinville, e todo mundo aposta nele. A grandeza do nosso festival também é enorme – lamenta a coordenadora do Bento Em Dança.

Apesar da polêmica, o festival começa na noite de sexta-feira, com uma apresentação do grupo mexicano Delfos, que pela primeira vez dança em um palco gaúcho. Para a realização do evento, a organização conta com o apoio da iniciativa privada e dos governos federais do Brasil, da Espanha, da Argentina e do México. Entre as atrações, estão os argentinos Luiz Ortigoza e Marcela Goicoechea, o francês Dominique Portier e a italiana Claudia Zaccari.

Para atrair o público, que, segundo a organização, no ano passado superou as 11 mil pessoas, o preço do ingresso foi reduzido. Na abertura e no encerramento, o ingresso custa R\$ 8 (R\$ 4 para estudantes). Nos outros dias, os ingressos saem por R\$ 5 (R\$ 2,50 para estudantes). O encerramento será no dia 14, também com o Delfos.

Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

ANEXO B

Tabela 01: Ranking dos três primeiros estados brasileiros líderes em exportação para Argentina e Uruguai (1997-2014)

ANO	EXPORTAÇÃO BRASIL-ARGENTINA		EXPORTAÇÃO BRASIL-URUGUAI	
	TRÊS PRIMEIROS ESTADOS	CIFRA US\$	TRÊS PRIMEIROS ESTADOS	CIFRA US\$
1997	São Paulo	3.714.079.553	São Paulo	371.409.944
	Minas Gerais	684.482.622	Rio Grande do Sul	197.362.473
	Rio Grande do Sul	678.333.661	Minas Gerais	58.050.878
1998	São Paulo	3.779.180.627	São Paulo	373.905.522
	Rio Grande do Sul	708.264.068	Rio Grande do Sul	213.168.339
	Minas Gerais	594.721.783	Minas Gerais	72.693.475
1999	São Paulo	2.880.986.747	São Paulo	277.594.085
	Rio Grande do Sul	570.729.993	Rio Grande do Sul	183.529.345
	Minas Gerais	411.625.243	Santa Catarina	49.697.945
2000	São Paulo	3.140.881.581	São Paulo	249.600.547
	Rio Grande do Sul	660.293.535	Rio Grande do Sul	199.308.205
	Minas Gerais	442.684.247	Santa Catarina	55.183.952
2001	São Paulo	2.248.319.559	São Paulo	256.859.569
	Rio Grande do Sul	573.326.172	Rio Grande do Sul	168.165.989
	Rio de Janeiro	463.126.967	Santa Catarina	58.080.834
2002	São Paulo	1.033.303.925	São Paulo	157.338.339
	Rio Grande do Sul	210.537.482	Rio Grande do Sul	112.852.138
	Minas Gerais	204.993.767	Paraná	30.882.798
2003	São Paulo	1.917.298.403	São Paulo	157.683.834
	Rio Grande do Sul	606.931.408	Rio Grande do Sul	105.400.079
	Minas Gerais	321.945.257	Santa Catarina	30.651.998
2004	São Paulo	3.342.649.352	São Paulo	246.101.013
	Rio Grande do Sul	877.294.467	Rio Grande do Sul	163.068.969
	Minas Gerais	544.869.781	Rio de Janeiro	63.078.968
2005	São Paulo	4.685.915.998	São Paulo	340.136.262
	Rio Grande do Sul	1.065.289.454	Rio Grande do Sul	199.578.325
	Minas Gerais	755.231	Rio de Janeiro	84.128.524
2006	São Paulo	5.769.833.734	São Paulo	359.553.386
	Rio Grande do Sul	1.098.982.266	Rio Grande do Sul	205.631.711
	Paraná	937.808.939	Paraná	132.849.291
2007	São Paulo	6.982.274.248	São Paulo	439.452.020
	Rio Grande do Sul	1.478.956.004	Rio Grande do Sul	294.910.365
	Paraná	1.207.488.376	Rio de Janeiro	170.314.807
2008	São Paulo	8.368.130.444	São Paulo	581.433.843

	Minas Gerais	1.625.674.678	Rio Grande do Sul	388.061.239
	Rio Grande do Sul	1.615.945.356	Paraná	258.715.371
2009	São Paulo	5.851.316.003	São Paulo	444.219.484
	Rio Grande do Sul	2.125.288.530	Rio Grande do Sul	283.932.206
	Minas Gerais	1.200.817.721	Rio de Janeiro	200.667.627
2010	São Paulo	8.395.286.900	São Paulo	600.319.032
	Minas Gerais	2.038.599.729	Rio Grande do Sul	363.202.683
	Rio Grande do Sul	1.678.256.770	Paraná	151.139.602
2011	São Paulo	9.870.828.754	São Paulo	799.510.100
	Minas Gerais	2.767.351.549	Rio Grande do Sul	417.793.918
	Rio Grande do Sul	1.975.490.493	Paraná	305.496.690
2012	São Paulo	8.021.086.587	São Paulo	619.345.914
	Minas Gerais	2.031.820.076	Paraná	481.873.363
	Paraná	1.830.125.239	Rio Grande do Sul	412.305.539
2013	São Paulo	8.234.176.038	São Paulo	831.287.031
	Minas Gerais	2.083.225.510	Rio Grande do Sul	491.532.340
	Paraná	2.046.214.829	Paraná	182.350.282
2014	São Paulo	5.979.929.290	São Paulo	1.113.219.509
	Minas Gerais	1.491.793.623	Rio de Janeiro	716.935.486
	Rio Grande do Sul	1.343.569.101	Rio Grande do Sul	506.544.501

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.